



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Dados do Processo

Processo: 201654101421	Distribuição: 16/09/2016
Número Único: 0006986-18.2016.8.25.0040	Competência: 2ª Vara Cível de Lagarto
Classe: Procedimento Comum	Fase: PARA SENTENÇA
Situação: Andamento	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

Assuntos

- DIREITO DO CONSUMIDOR - Responsabilidade do Fornecedor - Indenização por Dano Material

Dados das Partes

Requerente: Rosangela Santana de Jesus

Endereço:

Complemento:

Bairro:

Cidade: LAGARTO - Estado: SE - CEP: 49400000

Requerente: Advogado(a): NATÁLIA MARIA FONTES VASCONCELOS 9273/SE

Requerente: Advogado(a): NATÁLIA MARIA FONTES VASCONCELOS 9273/SE

Advogado(a): PAULA CRISTINA DA SILVEIRA OLIVEIRA 9878/SE

Requerido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Endereço: RUA SENADOR DANTAS

Complemento:

Bairro: CENTRO

Cidade: RIO DE JANEIRO - Estado: RJ - CEP: 20031205

Requerido: Advogado(a): KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ 2592/SE



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Processos Apensados:

--

Processos Dependentes:

--



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

16/09/2016

MOVIMENTO:

Distribuição

DESCRIÇÃO:

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 201654101421, referente ao protocolo nº 20160914152202294, do dia 14/09/2016, às 15:22 horas, denominado Procedimento Comum, de Indenização por Dano Material.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Bela. NATÁLIAVASCONCELOS
ADVOGADAOAB/SE 9273



**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR(A) JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA
CÍVEL DA COMARCA DE LAGARTO -SERGIPE**

ROSÂNGELA SANTANA DE JESUS, brasileira, maior e capaz, portadora do CPF nº 2944460528, RG nº 31390722 – SSP/SE, residente e domiciliada no Povoado Alto da Boa Vista, nº 1817 – BOA VISTA – Lagarto - Sergipe- CEP.49.400-000, não possui endereço eletrônico, vem à presença de Vossa Excelência, por meio do seu procurador adiante assinado (procuração em anexo), propor a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATORIO-DPVAT

Em desfavor de SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, companhia de seguros participante do Consorcio de Seguradoras que operam o seguro de danos pessoais causados por veículo de via terrestre, localizada na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, Passando aduzir os fatos e fundamentos adiante articulados:

DO REQUERIMENTO DE JUSTIÇA GRATUITA

Primeiramente, vem a Autora requerer as benesses da GRATUIDADE DA JUSTIÇA, nos termos da Lei nº 1.060/50, por ser pobre nos termos legais e



Bela. NATÁLIAVASCONCELOS
ADVOGADOAB/SE 9273



acepção jurídica do termo, e não poder arcar com as custas processuais sem que isto cause prejuízo a si própria e a sua família.

Por esta razão, alternativa não lhe resta senão a de pedir a concessão do benefício da assistência judiciária disciplinado pela Lei nº 1.060 de 05 de fevereiro de 1950 e a Constituição Federal de 1988. Diz o art. 4º da supra citada Lei, in litteris:

“A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família.

DOS FATOS

A requerente se envolveu em acidente de trânsito no dia 15-05-2014, onde sofreu lesões na face e fratura de sódio e na mandíbula bilateral, conforme relatórios médico em anexo, diante disso, a paciente foi submetida a procedimento cirúrgico sob anestesia geral para redução cruenta das fraturas no dia 03-07-2014.

Com isso, a Requerente ficou em acompanhamento pós operatório por 30 dias para nova indicação de possível retorno das atividades. Ficou ainda com restrição alimentar e de atividades físicas.

Com isso, a Requerente postulou, junto a Requerida, **processo administrativo para o recebimento da indenização. No entanto, até o presente momento, a requerida não indenizou a requerente.**

Frisa-se que toda documentação necessária já fora enviada, bem como todos os relatórios médicos, conforme anexo.

DO DIREITO

Diante do que será exposto não restará dúvida do direito da requerente de receber a indenização do seguro obrigatório DPVAT, uma vez que o valor a ser recebido pela requerente em caso de invalidez permanente é de **13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, vez que ocorreu Politrauma, conforme relatório médico em anexo, assim a **requerente está incapaz para trabalhar.**



Bela. NATÁLIAVASCONCELOS
ADVOGADOAB/SE 9273



Neste sentido já se posicionou as Turmas Recursais do Estado de

RS:

TJ-RS - Apelação Cível AC 70058783846 RS (TJ-RS)

Data de publicação: 10/07/2014

Ementa: APELAÇÃO. SEGUROS. DPVAT . **AÇÃO DE RESSARCIMENTO DE DESPESAS MÉDICAS E SUPLEMENTARES.** É devido o reembolso das **despesas** de assistência **médica** e suplementares devidamente comprovadas até o montante de R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), caso dos autos. Aplicação do art. 3º , inciso III , da Lei nº 6194 /74. Apelação desprovida. (Apelação Cível Nº 70058783846, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Elisa Carpin Corrêa, Julgado em 26/06/2014).

TJ-RS - Apelação Cível AC 70058385659 RS (TJ-RS)

Data de publicação: 17/04/2014

Ementa: APELAÇÃO. SEGUROS. SEGURO DPVAT . **AÇÃO DE RESSARCIMENTO DE DESPESAS MÉDICAS E SUPLEMENTARES.** 1. De acordo com a Lei n. 6194 /74 em seu art. 3º , inc. III , é devido o reembolso das **despesas** de assistência **médica** e suplementares, devidamente comprovadas, até o montante de R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais). 2. No caso, a parte autora deixou de juntar o boletim de atendimento, a fim de comprovar o nexo de causalidade entre o acidente e as lesões sofridas. APELO DESPROVIDO. (Apelação Cível Nº 70058385659, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Elisa Carpin Corrêa, Julgado em 03/04/2014).

TJ-RS - Recurso Cível 71005105309 RS (TJ-RS)

Data de publicação: 27/04/2015

Ementa: RECURSO INOMINADO. COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). **AÇÃO DE RESSARCIMENTO DE DESPESAS MÉDICAS E HOSPITALARES.** FRATURA MAXILAR. O autor,



Bela. NATÁLIAVASCONCELOS
ADVOGADAOAB/SE 9273



pintor autônomo, sofreu acidente automobilístico em decorrência de manobra indevida de marcha ré efetuada pela contratante de seus serviços, ocasião em que àquela na condução de veículo colidiu na escada provocando sua queda enquanto exercia as atividades laborais. Do acidente restou com fraturas no nariz, maxilar e fratura de punho e rádio. A instituição ré pede provimento ao recurso, alegando a ausência de nexo causal, bem como que as **despesas** pelo tratamento odontológico não estão cobertas pelo seguro, as quais foram de cunho estético. Correta a sentença, posto que comprovado o nexo de causalidade entre o acidente ocorrido no dia 21.12.2013 e as lesões sofridas pelo autor, as quais lhe causaram as fraturas mencionadas, além de outras lesões ósseas (fls. 12/36) cujas **despesas** foram de R\$ 5.602,08 (fls. 37/41), sendo o reembolso limitado na sentença em R\$ 2.700,00 , nos termos do art. 3º , inc. III , da Lei nº 6.194 /74. Justificáveis os gastos odontológicos haja vista a fratura bucomaxilofacial, não merecendo, portanto, reparo a sentença. A correção monetária deverá ser calculada pelo IGPM, conforme entendimento da S.14 das Turmas Recursais. A incidência da correção fixada na sentença, a partir da citação, ainda que em desacordo à Súmula, não pode ser reformada em respeito ao princípio da proibição de reformatio in pejus. SENTENÇA... MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71005105309, Primeira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Fabiana Zilles, Julgado em 23/04/2015).

Os julgados acima defendem, por tanto, que o segurado seja beneficiado por motivo de todas as sequelas que sofreu, passando a receber uma quantia justa, nem exorbitante, nem inferior aos traumas a que passou. Além do mais, ninguém está preparado para a ocorrência de um sinistro, o Seguro Obrigatório DPVAT visa justamente amenizar as despesas financeiras que o vitimado irá despendar; que em um caso de invalidez permanente, nunca cessarão.



Bela. NATÁLIAVASCONCELOS
ADVOGADAOAB/SE 9273



Certo é que uma indenização nunca trará de volta a vida que a autora tinha, mas ajudaria em suas necessidades, que nesse momento se faz tão necessária, que é para isso que serve o seguro: amenizar a perda, no caso da autora.

Portanto, a requerente faz *juz* a ter seu seguro tabelado na forma prevista no inciso I, §1º, art. 3º da Lei do Seguro DPVAT, como demonstrado acima, ou seja, faz *juz* a receber o valor total do seguro, haja vista o politrauma que sofreu, e indicação do laudo médico oficial, tal valor corresponde à R\$ 13.500 (treze mil e quinhentos reais), acrescentado de correção monetária e juros de mora a contar da citação.

Ademais, a pretensão da Requerente encontra embasamento legal na Lei nº 6.194/74 que regula o pagamento das indenizações decorrentes de seguro obrigatório. Assevera o art. 3º, alínea "b":

"Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art:

Art. 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada: a. ... b. até 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário mínimo vigente no País -no caso de invalidez permanente", (grifos meus).

A indenização deve ser paga com base no valor do salário mínimo vigente na época do pagamento, mediante simples PROVA DO ACIDENTE e do DANO DECORRENTE, conforme elencado no art. 5º, § 1º, da referida Lei:

"Art. 5º-O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abo/ida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º - A indenização referida neste artigo será paga com base no valor da época da liquidação do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de quinze dias da entrega dos seguintes documentos:



Bela. NATÁLIAVASCONCELOS
ADVOGADOAB/SE 9273



a) certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte;

b) prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico-assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente - no caso de danos pessoais.

§2º- Os documentos referidos no § 1º serão entregues à Sociedade Seguradora, mediante recibo, que os especificará.

§ 3º - Não se concluindo na certidão de óbito o nexo de causa e efeito entre a morte e o acidente, será acrescentada a certidão de auto de necropsia, fornecida diretamente pelo Instituto Médico Legal, independentemente de requisição ou autorização da autoridade policial ou da jurisdição do acidente.

§ 4º - Havendo dúvida quanto ao nexo de causa e efeito entre o acidente e as lesões, em caso de despesas médicas suplementares e invalidez permanente, poderá ser acrescentado ao boletim de atendimento hospitalar, relatório de internamento ou tratamento, se houver, fornecido pela rede hospitalar e previdenciária, mediante pedido verbal ou escrito, pelos interessados, em formulário próprio da entidade fornecedora.

O artigo 5º, § 4º, da Lei 6.194/74, com redação dada pela Lei 8.441/92, é uma regra que prevê uma exceção ("...havendo dúvida...").

Por esse motivo a disposição legal traz o verbo "poder" no futuro do presente, indicando possibilidade ("...poderá ser acrescentado..."), ou seja, é uma indicação de eventualidade e não uma determinação, um imperativo ou obrigação. Portanto, nos termos da lei, se NÃO houver dúvida justificável quanto ao nexo de causa e efeito entre o acidente e as lesões mediante a simples verificação dos documentos exigidos (prova da invalidez e registro da ocorrência policial), qualquer outra exigência é ILEGAL.

Nesse passo, a Terceira Turma Recursal Cível do Egrégio Tribunal de Justiça, já apreciou questão relativa à validade do laudo de exame de corpo de delito



Bela. NATÁLIAVASCONCELOS
ADVOGADOAB/SE 9273



do Instituto Médico Legal que atesta invalidez permanente para o pagamento da indenização do Seguro Obrigatório - DPVAT.

A ementa do acórdão é a seguinte: "f- SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. O laudo do IML comprova a invalidez permanente, laudo oficial, o que impõe a procedência da lide Valor de indenização em múltiplos de salários mínimos vigentes à época da liquidação do sinistro, na forma da Lei 6.194/74, art. 3o, alíneas 'a', e art. 5o, §1º, sendo manifestamente ilegal a resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados que fixa em montante inferior.

Lei recepcionada pela Constituição Federal. 2- Quitação dada pelo beneficiário, em valor inferior ao devido, não afasta o direito do interessado de obter a diferença de valor fundada em Lei.

Sobre a correção monetária e os juros legais pretendidos:

Neste diapasão, é bom ressaltar que a pretensão da autora é receber a indenização do seguro DPVAT, devida pela Requerida, no montante de 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), aplicando-se a correção monetária pelos índices do IGPM-FGV, a partir do ajuizamento da Ação, bem como os juros legais devidos desde a citação, conforme dispõe a Súmula nº 14, das Egrégias Turmas Recursais.

DO DANO MORAL

Inicialmente, é importante ressaltar que, por definição, danos morais são lesões sofridas pelas pessoas físicas ou jurídicas, em certos aspectos de sua personalidade, caracterizados, no entanto, sempre por via de reflexos produzidos, por ação ou omissão de outrem.

Existem circunstâncias em que o ato lesivo, afeta os direitos de personalidade do indivíduo, sua honra, sua dignidade, individualidade, pessoalidade, seu bem-estar íntimo, suas virtudes, causando-lhe, enfim, mal-estar ou uma indisposição de natureza espiritual. Sendo assim, a reparação, em tais casos, reside no pagamento de uma soma pecuniária, arbitrada pelo consenso do juiz, que possibilite ao lesado uma satisfação compensatória da sua dor íntima e dos dissabores sofridos, em virtude da ação ilícita do lesionado.

Em outras palavras, são aqueles danos que atingem a moralidade, personalidade e a afetividade da pessoa, causando-lhes constrangimentos, vexames, dores, enfim, sentimentos e sensações negativas.



Bela. NATÁLIAVASCONCELOS
ADVOGADOAB/SE 9273



Com advento da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a aceitação pela reparação do dano moral se consagrou, de forma irrestrita e abrangente, sendo alçado este direito à categoria de garantia fundamental, e considerada como cláusula pétrea, portanto, imutável, art. 5º, incisos V, X, XXXV, a saber:

“V – é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

....

X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito de indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

....

XXXV – a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.”

O Código de Defesa do Consumidor também considera a indenização por dano moral em seu art. 6º, VI e VII. Eis o teor do texto normativo a que se faz remessa:

"Art. 6º. São direitos básicos do consumidor:

(...)

VI - a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais, morais, individuais, coletivos e difusos;

VII - o acesso aos órgãos judiciários e administrativos, com vistas à prevenção ou reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos ou difusos, assegurada a



Bela. NATÁLIAVASCONCELOS
ADVOGADOAB/SE 9273



**proteção jurídica, administrativa e técnica aos
necessitados."**

E ainda os artigos 14 e 39 do CDC estabelece que, *ad
verbum:*

**"Art. 14 - O fornecedor de serviços responde,
independentemente da existência de culpa, pela reparação
dos danos causados aos consumidores por defeitos
relativos à prestação dos serviços, bem como por
informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição
e riscos."**

**Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços,
dentre outras práticas abusivas:**

....

**VI - executar serviços sem a prévia elaboração de
orçamento e autorização expressa do consumidor,
ressalvadas as decorrentes de práticas anteriores entre as
partes;"**

No que diz respeito ao assunto, o STF já decidiu:

**"cabimento de indenização, a título de dano moral, não
sendo exigível a comprovação de prejuízo". (RT 614/236).**

Hoje, doutrina e jurisprudência, de modo seguro, tranquilo e
pacífico, consolidaram o entendimento no sentido de que, o dano moral puro deve ser
reparado mediante indenização.

DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

Acerca da inversão do ônus da prova, não resta dúvidas que autor
faz jus a mesma, pois amparado pelo Código de Defesa do Consumidor, uma vez que a
relação de consumo está plenamente estabelecida entre ele e a seguradora ora
requerida.



Bela. NATÁLIAVASCONCELOS
ADVOGADOAB/SE 9273



A Requerida receberá os valores correspondentes ao seguro obrigatório. Assim sendo, a requerida passou a figurar como “fornecedor” em uma verdadeira relação de consumo, nos termos do art. 3º da Lei 8.078/90. Senão vejamos:

Art. 3º: Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividades de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços. (grifo nosso)

Neste mesmo sentido o requerente passou a figurar na relação consumerista como “consumidor” nos termos do art. 2º da Lei acima citada, senão vejamos:

Art. 2º: Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquirir ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.

Provada a verdadeira relação de consumo existente no caso em apreço, o ônus da prova se faz necessário uma vez que se deve reconhecer a vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo em respeito à política nacional de relações de consumo e ao art. 4º, I, da Lei 8.078/90.

Considerando a vulnerabilidade do consumidor, a inversão do ônus da prova é direito básico dos consumidores em relações como as do caso em apreço. O art. 6º, inciso VIII, é claro e preciso neste aspecto, senão vejamos:

Art. 6º: São direitos básicos do consumidor:

-
-
-



Bela. NATÁLIAVASCONCELOS
ADVOGADAOAB/SE 9273



VIII – a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

DOS PEDIDOS

Em vista do exposto, requer-se a Vossa Excelência que se digne determinar as seguintes providências legais:

- a) A procedência da presente demanda para:
- b) Condenar a Requerida a pagar a Requerente o valor de R\$. 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais);
- c) à condenação da Ré ao pagamento de **INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS** AO AUTOR num valor de 10.000,00 (dez mil reais), com a devida atualização, tendo como parâmetro a situação fática exposta, a doutrina e os dispositivos legais que corroboram com o pedido. Tendo em vista a negativa de pagamento do seguro;
- d) **Inversão do ônus da prova**, nos termos do Art. 3º, § 2º, e Art. 6º, VIII, do CDC, haja vista a incontroversa incidência deste diploma legal ao presente caso;
- e) Julgar ao final, procedente, a presente ação, condenando o requerido na quantia acima apostada, devidamente acrescida de juros e correção monetária.
- f) que a parte acionada seja citada e intimada a juntar aos autos o devido processo administrativo, sob pena de pagar a multa cominatória.
- g) Ainda, REQUER se digne V. Exa. a conceder a GRATUIDADE DA JUSTIÇA, nos termos da Lei nº 1.060/50, por ser pobre nos termos da lei, não podendo arcar, sem seu próprio prejuízo, com as despesas e custas do presente processo;
- h) Requer, também, a condenação da requerida no pagamento das CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NA RAZÃO DE 20% (vinte por cento) sobre o valor total da condenação e demais cominações de estilo, por ser de inteira e valiosa “JUSTITIA”;



Bela. NATÁLIAVASCONCELOS
ADVOGADAOAB/SE 9273



Protesta e requer provar o alegado por todos os meios de prova em direito permitidos.

Dá-se à causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) para efeito de alçada.

Nestes Termos,

Pede e aguarda deferimento.

Lagarto-SE, 14 de setembro de 2016.

NATÁLIA MARIA FONTES VASCONCELOS

OAB/SE 9273

REGISTRO DE PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DE ENFERMAGEM

Nome do paciente: João da Silva
 Atendimento: Unidade Lento: CP
 Data: 12/12/2012

MANHÃ

HORA	PROCEDIMENTOS REALIZADOS	CARIMBO / ASSINATURA
07:00	Realizar a higiene bucal do paciente com água e sabão.	
08:00	Realizar a higiene pessoal do paciente com água e sabão.	
09:00	Realizar a higiene das mãos do paciente com água e sabão.	
10:00	Realizar a higiene das mãos do paciente com água e sabão.	
11:00	Realizar a higiene das mãos do paciente com água e sabão.	
12:00	Realizar a higiene das mãos do paciente com água e sabão.	
13:00	Realizar a higiene das mãos do paciente com água e sabão.	
14:00	Realizar a higiene das mãos do paciente com água e sabão.	
15:00	Realizar a higiene das mãos do paciente com água e sabão.	
16:00	Realizar a higiene das mãos do paciente com água e sabão.	
17:00	Realizar a higiene das mãos do paciente com água e sabão.	
18:00	Realizar a higiene das mãos do paciente com água e sabão.	
19:00	Realizar a higiene das mãos do paciente com água e sabão.	
20:00	Realizar a higiene das mãos do paciente com água e sabão.	
21:00	Realizar a higiene das mãos do paciente com água e sabão.	
22:00	Realizar a higiene das mãos do paciente com água e sabão.	
23:00	Realizar a higiene das mãos do paciente com água e sabão.	

TARDE

HORA	PROCEDIMENTOS REALIZADOS	CARIMBO / ASSINATURA
13:30	Realizar a higiene bucal do paciente com água e sabão.	
14:30	Realizar a higiene pessoal do paciente com água e sabão.	
15:30	Realizar a higiene das mãos do paciente com água e sabão.	
16:30	Realizar a higiene das mãos do paciente com água e sabão.	
17:30	Realizar a higiene das mãos do paciente com água e sabão.	
18:30	Realizar a higiene das mãos do paciente com água e sabão.	
19:30	Realizar a higiene das mãos do paciente com água e sabão.	
20:30	Realizar a higiene das mãos do paciente com água e sabão.	
21:30	Realizar a higiene das mãos do paciente com água e sabão.	
22:30	Realizar a higiene das mãos do paciente com água e sabão.	
23:30	Realizar a higiene das mãos do paciente com água e sabão.	

NOITE

HORA	PROCEDIMENTOS REALIZADOS	CARIMBO / ASSINATURA
23:30	Realizar a higiene bucal do paciente com água e sabão.	
00:30	Realizar a higiene pessoal do paciente com água e sabão.	
01:30	Realizar a higiene das mãos do paciente com água e sabão.	
02:30	Realizar a higiene das mãos do paciente com água e sabão.	
03:30	Realizar a higiene das mãos do paciente com água e sabão.	
04:30	Realizar a higiene das mãos do paciente com água e sabão.	
05:30	Realizar a higiene das mãos do paciente com água e sabão.	
06:30	Realizar a higiene das mãos do paciente com água e sabão.	
07:30	Realizar a higiene das mãos do paciente com água e sabão.	
08:30	Realizar a higiene das mãos do paciente com água e sabão.	
09:30	Realizar a higiene das mãos do paciente com água e sabão.	
10:30	Realizar a higiene das mãos do paciente com água e sabão.	
11:30	Realizar a higiene das mãos do paciente com água e sabão.	
12:30	Realizar a higiene das mãos do paciente com água e sabão.	



Hospital Gabriel Soares

FICHA DE ANESTESIA

Nº internamento

Nº registro

Anestesia:

Gust. Silveira

Nome: Guilherme Gonçalves de JesusData: 03/07/16Enf. Quarto

Leito

Sexo M

Cor

Idade 38Cirurgião: Dr. Sérgio Silveira

Auxiliares

Diag. Pré-op:

Diag. Pós-op:

Op. Proposta:

Op. Realizada:

Premedicação:

Hora

Resultado 1-2-3-4-5-6

Início Anest. 15:45 Início Op. 15:45 Altura Anest. 15:45 Risco Operatório 1-2-3-4 Estado Físico 1-2-3-4-5-6-7

O2

do Plano

200
180
160
140
120
100
80
60
40
20

ANOTAÇÕES

Agente Anestésico: Guilherme Gonçalves de JesusTécnica: Intubação orotraquealAparelho: Indução Posição Local Punção Líquido RetiradoTécnica: Intubação Posição após Posição Operatório Resultado: B-R-MDuração da Operação: 15:45 Duração da Anestesia: 15:45 Consciência: 15:45Condução no final da Operação: EstávelObservações: Intubação orotraqueal

Anestesiista



HGS

Hospital Gabriel Soares

FICHA DE ATO CIRÚRGICO

PACIENTE: Renata Santana de Jesus
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO: Fratura bilateral da mandíbula
CIRURGIA REALIZADA: Redução e fixação de fraturas da mandíbula
CIRURGIÃO: Dra. Sara Vasconcelos
AUXILIARES: Thiago Silva
ANESTESIA: Genl ANESTESISTA: Nara
DIAGNÓSTICO POS - OPERATÓRIO: sem lesões
☐ CIRURGIA LIMPA:
☒ CIRURGIA POTENCIALMENTE CONTAMINADA:
☐ CIRURGIA CONTAMINADA ☐ CIRURGIA INFECTADA:
INFECÇÃO PRESENTE À ADMISSÃO? ☐ SIM ☒ NÃO:
TOPOLOGIA DA INFECÇÃO:
☐ VIAS AÉREAS SUPERIORES ☐ PULMONAR ☐ URINÁRIA ☐ SNC ☐ TGI:
☐ CUTÂNEO ☐ APARELHO CARDIO- VASCULAR ☐ OUTROS:

DESCRIÇÃO DO ATO CIRÚRGICO

Intubação orotraqueal com tubo 7,0
Intubação de traqueia com tubo 7,0
Exatidão orotraqueal com tubo 7,0
Exatidão orotraqueal com tubo 7,0
Redução das fraturas
Ressecção de tecido mandibular
Instalação de sistema de fixação
Sutura por planos
Ressecção de tecido mandibular

DATA 03/07/14

Dra. Sara Vasconcelos
Cirurgia Bucodentária
CRO-SE 1520

ASSINATURA DO CIRURGIÃO

PACIENTE

Nome do Paciente: ROSANGELA SANTANA DE JESUS

Codigo Paciente 13435000291002

Plano: Individual () Empresa (X) Qual Empresa TIV LINDUSTRIA VEIRA LTDA

Filial Prestador ARACAJU

Empresa Custo Operacional ? Sim () Nao (X)

Prestador Solicitante: ULTRA SOM C/C LTDA - ARACAJU

Telefone: 7932056200

Medico Solicitante: SARA ARIANA DE ABREU DE VASCONCELOS

Telefone: 0850000000

PROCEDIMENTO AUTORIZADO

Codigo AMB/CBRPM: 30207120

Senha: 688553217

Tipo Liberacao Procedimento: NORMAL

Cirurgia ou procedimento: FRATURAS COMPLEXAS DE MANDIBULA - REDUÇAO CIRURGICA COM FIXAÇÃO OSSEA E EVEN

Urgencia () Eletivo (X)

Exames apresentados para justificar a autorizacao do procedimento:

INFORMACOES ADICIONAIS

Dt Autorizacao	Dt Parecer Auditor	Dt Parecer Especialista	Dt Liberacao GRIAP	Dt Internacao
0906/2014	0906/2014	1306/2014	1306/2014	0307/2014
Autorizados	Auditor	Especialista	Operador GRIAP	
ALICEJ	EDUCARV	OSMARF	SAMARAN	
Dt Informacao Paciente			Qdt Dias	Situacao
0307/2014			5	LIBERADO

MATERIAL AUTORIZADO

USUARIO COM COBERTURA OPME

Codigo	Descricao	Tipo Fornecedor	Qtd	VL DOU VL Fornec	VL GRIAP	Tx Com	Autoris	Ip Lib
1471	PLACA DE RECONSTRUÇÃO DE TITAN	ME FORNECEDOR	1	1.150,16	1.150,16	35,00	SIM	NR
1472	PARAFUSO MINI 2,4 MM	ME FORNECEDOR	8	154,38	154,38	35,00	SIM	NR
99829328	PARAFUSO DE MICRO FRAGMENTOS	S FORNECEDOR	22	154,38	154,38	35,00	SIM	NR
99832735	PLACA DE RECONSTRUÇÃO DE TITAN	S FORNECEDOR	4	1.150,16	1.150,16	35,00	SIM	NR
99832735	PLACA DE MINI OU MICRO FRAGMEN	S PRESTADOR		361,81	361,81			NAO

Exames apresentados para justificar a autorizacao do material:

OBSERVAÇÃO



HGS

Hospital Gabriel Scarys

RECEITUÁRIO

Resôngelo Fontano de Jesus

RELATÓRIO

Paciente vítima de acidente de trânsito envolvendo com protura de mandíbula bilateral dia 15/07/14. Foi submetido o procedimento cirúrgico sob anestesia geral para redução cruento dos proturos no dia 03/07/14.

A paciente ficou em acompanhamento pós-operatório por 30 dias para novo avaliação de possível retorno das atividades. Ficou com restrição alimentar e de atividades físicas.

Cid Joz G.

Assinatura

04/07/14

Dra. Sara Casconcellos
Cirurgia Bucodentofacial
CRO-SE 1520

Consultar Processo

DPVAT

DADOS DO PROCESSO

Aviso provisório: ASP-749131/2014
 Número do sinistro: 3140022512
 Nome da vítima: ROSANGELA SANTANA DE JESUS
 CPF: 029.444.605-28
 Titular do CPF: ROSANGELA SANTANA DE JESUS - PRÓPRIO
 Natureza: INVALIDEZ
 Data ocorrência: 15/05/2014
 Nome do analista: CAMILA DA SILVA REIS

STATUS

19/01/2015 Negado sob suspeita
 18/11/2014 Aguardando análise da seguradora líder
 14/11/2014 Processo cadastrado
 31/10/2014 Documentação pendente (solicitado pela Seguradora Líder)

Documentos pendentes do sinistro:

Boletim de Ocorrência: Adendo ao boletim de ocorrência informando os dados do veículo em que a vítima estava e se era condutor ou passageiro.

AGENCIADOR

Sucursal: SAO PAULO
 Nome: WILLIANS SANTOS DE FREITAS SERV ME

ENVIO À SEGURADORA LÍDER

Data de envio: 18/11/2014

PAGAMENTOS (BENEFICIÁRIOS)

Pagamento	Rateio	Beneficiário	CPF	Valor	Dados bancário
NENHUM PAGAMENTO AGENDADO					

PAGAMENTOS REJEITADOS/CANCELADOS (BENEFICIÁRIO)

Data	Beneficiário	CPF	Valor	Dados bancário	Motivo
NENHUM PAGAMENTO REJEITADO/CANCELADO					



HOSPITAL REGIONAL DE LAGARTO
MONS. JOÃO BATISTA DE CARVALHO DALTRIO



RELATÓRIO MÉDICO

PACIENTE ROSÂNGELA Siqueira de Jesus 20 ANOS

ATENDIDO(A) EM 15.03.2014

QUADRO CLÍNICO Paralela vítima de acidente de moto. Apresenta lesão em face e fratura de maxila e mandíbula.

DIAGNÓSTICO POLITRAUMATISMO

CONDUTA E DATA DA LIBERAÇÃO: Paralela foi submetida a conduta ortopédica com osteossíntese e liberação por tumor

LAGARTO/SE, 24 DE Setembro DE 2014

Dr. Fernando Garbagnoli

CRM/SE 3809
Diretor Técnico
Cirurgião Geral

MÉDICO RESPONSÁVEL PELO ATENDIMENTO

MS/DATASUS		HOSPITAL REGIONAL DE LAGARTO	
No. DO BE: 228490		DATA: 15/05/2014 HORA: 18:01 USUARIO: CWOBRATA	
CNS:		SETOR: 01 - CLASSIFICACAO DE RISCO	
IDENTIFICACAO DO PACIENTE			
NOME	: ROSANGELA SANTANA DE JESUS	DOC....	
IDADE.....	: 30 ANOS NASC: 30/03/1984	SEXO... FEMININO	
ENDERECO.....	: BAIRRO ALTO DA BOA VISTA	NUMERO:	
COMPLEMENTO....	: CASA BAIRRO:		
MUNICIPIO.....	: LAGARTO	UF: SE	CEP.... -
NOME PAI/MAE...	: MANOEL DE SANTANA DE JESUS	/ EDINALVA SANTANA DE JESUS	
RESPONSAVEL....	: O PROPRIO	TEL.... 39431917	
PROCEDENCIA....	: LAGARTO		
ATENDIMENTO....	: ACIDENTE MOTOCICLISTICO (MOTOS)		
CASO POLICIAL..	: NAO	PLANC DE SAUDE....	: NAO
ACID. TRABALHO:	: NAO	VEIO DE AMBULANCIA:	: NAO
PA: [X] <i>arrHg</i>] PULSO: [] TEMP.: []			
EXAMES COMPLEMENTARES: [] RAIOS X [] SANGUE [] URINA [] TC			
[] LIQUOR [] ECG [] ULTRASSONOGRAFIA			
SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO			
DADOS CLINICOS:			
DIAGNOSTICO: <i>Fratura Radio Distal E</i>		CID:	
<i>Fratura Radio Distal</i>		[] HORARIO DA MEDICACAO	
<i>Fratura Radio Distal</i>			
<i>Fratura Radio Distal</i>			
<i>Fratura Radio Distal</i>			
DATA DA SAIDA: / /		HORA DA SAIDA:	
ALTA: [] DECISAO MEDICA [] A PEDIDO [] EVASAO [] DESISTENCIA			
[] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO			
INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):			
TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):			
OBITO: [] ATE 48HS [] APÓS 48HS		[] FAMILIA [] IML [] ANAT. PATOL.	
<i>Assinatura do Paciente/Responsavel</i>		<i>Assinatura e Carimbo do Medico</i>	
ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSAVEL		ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO	



Fundação
Hospitalar
de Saúde

HOSPITAL REGIONAL DE LAGARTO - MONS. JOÃO BATISTA DE CARVALHO DALTR
PRONTO SOCORRO
CLASSIFICAÇÃO DE RISCO / ATENDIMENTO DO ENFERMEIRO

☐ BUSCA ESPONTÂNEA ☐ ENCAMINHAMENTO ☐ SAMU ☐ GESTANTE ☐ NÃO GESTANTE ☐ ACIDENTE DE TRABALHO ☐ SIM ☐ NÃO

Queixa: vítima de acidente de trânsito, batido no
braço e dor no braço E

Patologia de base: ☐ HAS ☐ DM ☐ Glicopatia ☐ Outras: Nega ☒ NÃO ☐ SIM

Sinais Vitais: ☐ Escala de Coma de Glasgow: ☐ Escala de Dor: ☐

FC (bpm): 74 FR (rpm): 99 TAx (°C): 36,7 PA (mmHg): 115/70 GLC (mg/dL): 115 Peso (kg): 60 Abertura Ocular: 3 Resposta Verbal: 3 Resposta Motora: 5 TOTAL: 16

SISTEMA NERVOSO	SISTEMA RESPIRATÓRIO	SISTEMA CARDIOVASCULAR	SISTEMA GASTROINTESTINAL	SISTEMA GENITOURINÁRIO	SISTEMA ORTOCARTELLAR
<input type="checkbox"/> Convulsões <input type="checkbox"/> Incontinência <input type="checkbox"/> Encefalopatia <input type="checkbox"/> Demência <input type="checkbox"/> Coma <input type="checkbox"/> Tumor <input type="checkbox"/> Trauma <input type="checkbox"/> Infecção <input type="checkbox"/> Anemia <input type="checkbox"/> Outros:	<input type="checkbox"/> Dispneia <input type="checkbox"/> Dispnéia <input type="checkbox"/> Ortapnéia <input type="checkbox"/> Bradipnéia <input type="checkbox"/> Taquidnéia <input type="checkbox"/> Tosse <input type="checkbox"/> Hx. intercorr. <input type="checkbox"/> Hemoptise <input type="checkbox"/> Tir. crônica <input type="checkbox"/> Sotopne <input type="checkbox"/> OUTROS:	<input type="checkbox"/> Normocárdia <input type="checkbox"/> Bradicárdia <input type="checkbox"/> Taquicárdia <input type="checkbox"/> Hipertensão <input type="checkbox"/> Hipotensão <input type="checkbox"/> P. Rápido <input type="checkbox"/> P. Arritmico <input type="checkbox"/> Doi. cardíaca <input type="checkbox"/> Angina <input type="checkbox"/> OUTROS:	<input type="checkbox"/> Fígado <input type="checkbox"/> Rígido <input type="checkbox"/> Gástrico <input type="checkbox"/> Hematêmico <input type="checkbox"/> Emese <input type="checkbox"/> Náusea <input type="checkbox"/> Vômito <input type="checkbox"/> Diarréia <input type="checkbox"/> Constipação <input type="checkbox"/> OUTROS:	<input type="checkbox"/> Anúria <input type="checkbox"/> Micção <input type="checkbox"/> Colúria <input type="checkbox"/> Hematúria <input type="checkbox"/> Disúria <input type="checkbox"/> Glicúria <input type="checkbox"/> Cálculo <input type="checkbox"/> Sanguinúria <input type="checkbox"/> Sangramento <input type="checkbox"/> Ginecologia <input type="checkbox"/> OUTROS:	<input type="checkbox"/> Artrose <input type="checkbox"/> Artrite <input type="checkbox"/> Carpalopatia <input type="checkbox"/> Luxação <input type="checkbox"/> Fratura <input type="checkbox"/> Escoriação <input type="checkbox"/> Hematomas <input type="checkbox"/> Susp. linfite <input type="checkbox"/> Doi. pleurales <input type="checkbox"/> OUTROS:

Classificação de Risco: ☐ AZUL ☐ AMARELO ☒ VERDE ☐ VERMELHO ☐ CLÍNICO ☐ PEDIÁTRICO ☒ CIRÚRGICO ☐ ENFERMAGEM ☐ ORTOPÉDICO

Horas de Class: 17:50

Sandra Frade dos A. Nascimento
Enfermeira
COREN-SE 121912
Assinatura do Enfermeiro

PRESCRIÇÃO MÉDICA

Horas de avaliação médica:

ANOTAÇÃO DE ENFERMAGEM

**FICHA DE REGISTRO INTERNAÇÃO
DADOS PESSOAIS**

Atendimento
25143290



09/07/2014 13:40:46

ESTE PROMITÁRIO É PROPRIEDADE DO HOSPITAL. PROIBIDO SER RETIRADO DO HOSPITAL.

Endereço	Nome do Paciente	Sexo	Nascimento	Idade
11842056	ROSANGELA SANTANA DE JESUS	F	20/04/1984	30
RG	CPF	Categoria Profissional	Estado Civil	
31350722 SSP SE	2944460528		2-SOLTEIRO	
Endereço				
R POYUABO BOA VISTA DA VISTA 1917 BOA VISTA LAGARTO-SE CEF 4900000-0				
Telefone Residencial	Telefone Trabalho	Nome da Mãe		
7938898726		EDNALVA SANTANA DE JESUS		

DADOS DO ATENDIMENTO

Sector			
600535-RECEPCAO PRINCIPAL - HGS ARACAJU			
Data	Hora	Matrícula	Tipo Documento
09/07/2014	13:35		
Médico Atendente			Clinica
2007386 SARA JULIANA DE ABREU VASCONCELOS			4-CIRURGICA
Médico Acompanhante			Tipo Atendimento
2007386 SARA JULIANA DE ABREU VASCONCELOS			0-INTERNACAO

DADOS DO CONVENIO

Convênio	Plano	T.V.I. INDUSTRIA VIEIRA LTDA
NO CARPETA ARACAJU	2-PLANO EMPRESA ENFERMARIA	COLETIVO
Carteira	Validade	
1345500291002034		

DADOS DA INTERNAÇÃO

Posto	Acomodação	
POSTO INTERNACAO - HGS ARACAJU	ENFOZ ENFERMARIA 08	03
N. C. 12	Procedimento	Senha
1332216	59898668	890553217
1332216	50207126	698553217
Descrição		
INTERNACAO		
FRATURAS COMPLEXAS DE MANDIBULA - REDUÇAO CIRURGICA COM FIXACAO OSEEA E EVENTUAL BLOQUEIO INTERMAXILAR		

X Rosângela Santana de Jesus

TERMO DE RESPONSABILIDADE E OUTROS AJUSTES

DADOS DO PACIENTE

Nome: ROSANGELA SANTANA DE JESUS

RG: 3.399522 CPF: 2944460528

Endereço: POVOADO BOA ALTO DA VISTA 1817 BOA VISTA LAGARTO SE 49000000

DADOS DO RESP. LEGAL (NA IMPOSSIBILIDADE DO PACIENTE ASSINAR)

Nome: ROSANGELA SANTANA DE JESUS

RG: 3.399522 CPF: 2944460528

Endereço: POVOADO BOA ALTO DA VISTA 1817 BOA VISTA LAGARTO SE 49000000

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, o paciente acima qualificado ou, na impossibilidade do mesmo fornecer seus dados e/ou subscrever este termo, o seu responsável acima identificado, um ou outro reconhecem que foram devidamente esclarecidos sobre a condição de saúde do referido paciente sob tratamento no ULTRASSOM S/S ARACATU - HOSP GABRIEL SOARES.

Declaram, mais, que os profissionais responsáveis pela assistência médica ao paciente em momento indicaram as opções de tratamento médico-hospitalar constantes no prontuário respectivo.

Mesmo considerando os riscos inerentes, o signatário responsabilizou-se integralmente e optou pelo seguinte tratamento (a ser conferido ao enfermo acima qualificado):

3-207126-TRAUMATISMOS COMPLEXOS DE MANDIBULA - REDUÇÃO CIRÚRGICA COM FIXAÇÃO OSSÍEA - EVENTUAL BLOQUEIO TEMPORÁRIO

O signatário após devidamente identificado de todos os riscos do tratamento acima especificado optou pela adoção de tal prática médica, por entender que esta constitui a melhor assistência a ser dispensada ao paciente, responsabilizando-se integralmente por sua decisão.

O paciente e/ou seu responsável declaram, portanto, estarem absolutamente informados sobre o procedimento médico a que o paciente será submetido tudo em obediência aos arts. 40, 48, 49, 51, 50 e 59 do Código de Ética Médica.

LAGARTO SE, 03 de JULHO, de 2014.

Paciente ou Responsável Legal

TESTEMUNHAS

EVOLUÇÃO MÉDICA

NOME DO PACIENTE:

João Carlos, Santana, 1º grau

INTERMURIA ()

APARTAMENTO ()

LEITO

DATA:

04/01/94

HORA:

14:00

ASSINATURA

Exame físico: paciente em repouso, sem queixas, sem alterações de consciência, sem alterações de estado geral, sem alterações de comportamento, sem alterações de estado de ânimo.

Dr. João Carlos Santana
CRO-SE 1320

40714

01/05

01/05

Paciente em repouso, sem queixas, sem alterações de estado geral, sem alterações de comportamento, sem alterações de estado de ânimo. Exame físico: paciente em repouso, sem queixas, sem alterações de consciência, sem alterações de estado geral, sem alterações de comportamento, sem alterações de estado de ânimo.

Dr. João Carlos Santana
CRO-SE 1320



Engine 1 dr 1

Data: 03/07/2014 Hora: 19:53
 Posição: POSTO INTERNAÇÃO - HOSPITAL CAJURU
 Peso: 50,00 kg Letto: EN0709

[illegible]

Accession Number

1

④

2

—



Year	U.S. should take action (%)	U.S. should not take action (%)
1997	75	25
1998	85	15
1999	82	18
2000	88	12
2001	90	10
2002	92	8
2003	94	6
2004	95	5

1. $\frac{1}{2}$
 2. $\frac{1}{3}$
 3. $\frac{1}{4}$
 4. $\frac{1}{5}$
 5. $\frac{1}{6}$
 6. $\frac{1}{7}$
 7. $\frac{1}{8}$
 8. $\frac{1}{9}$
 9. $\frac{1}{10}$
 10. $\frac{1}{11}$
 11. $\frac{1}{12}$
 12. $\frac{1}{13}$
 13. $\frac{1}{14}$
 14. $\frac{1}{15}$
 15. $\frac{1}{16}$
 16. $\frac{1}{17}$
 17. $\frac{1}{18}$
 18. $\frac{1}{19}$
 19. $\frac{1}{20}$
 20. $\frac{1}{21}$
 21. $\frac{1}{22}$
 22. $\frac{1}{23}$
 23. $\frac{1}{24}$
 24. $\frac{1}{25}$
 25. $\frac{1}{26}$
 26. $\frac{1}{27}$
 27. $\frac{1}{28}$
 28. $\frac{1}{29}$
 29. $\frac{1}{30}$
 30. $\frac{1}{31}$
 31. $\frac{1}{32}$
 32. $\frac{1}{33}$
 33. $\frac{1}{34}$
 34. $\frac{1}{35}$
 35. $\frac{1}{36}$
 36. $\frac{1}{37}$
 37. $\frac{1}{38}$
 38. $\frac{1}{39}$
 39. $\frac{1}{40}$
 40. $\frac{1}{41}$
 41. $\frac{1}{42}$
 42. $\frac{1}{43}$
 43. $\frac{1}{44}$
 44. $\frac{1}{45}$
 45. $\frac{1}{46}$
 46. $\frac{1}{47}$
 47. $\frac{1}{48}$
 48. $\frac{1}{49}$
 49. $\frac{1}{50}$
 50. $\frac{1}{51}$
 51. $\frac{1}{52}$
 52. $\frac{1}{53}$
 53. $\frac{1}{54}$
 54. $\frac{1}{55}$
 55. $\frac{1}{56}$
 56. $\frac{1}{57}$
 57. $\frac{1}{58}$
 58. $\frac{1}{59}$
 59. $\frac{1}{60}$
 60. $\frac{1}{61}$
 61. $\frac{1}{62}$
 62. $\frac{1}{63}$
 63. $\frac{1}{64}$
 64. $\frac{1}{65}$
 65. $\frac{1}{66}$
 66. $\frac{1}{67}$
 67. $\frac{1}{68}$
 68. $\frac{1}{69}$
 69. $\frac{1}{70}$
 70. $\frac{1}{71}$
 71. $\frac{1}{72}$
 72. $\frac{1}{73}$
 73. $\frac{1}{74}$
 74. $\frac{1}{75}$
 75. $\frac{1}{76}$
 76. $\frac{1}{77}$
 77. $\frac{1}{78}$
 78. $\frac{1}{79}$
 79. $\frac{1}{80}$
 80. $\frac{1}{81}$
 81. $\frac{1}{82}$
 82. $\frac{1}{83}$
 83. $\frac{1}{84}$
 84. $\frac{1}{85}$
 85. $\frac{1}{86}$
 86. $\frac{1}{87}$
 87. $\frac{1}{88}$
 88. $\frac{1}{89}$
 89. $\frac{1}{90}$
 90. $\frac{1}{91}$
 91. $\frac{1}{92}$
 92. $\frac{1}{93}$
 93. $\frac{1}{94}$
 94. $\frac{1}{95}$
 95. $\frac{1}{96}$
 96. $\frac{1}{97}$
 97. $\frac{1}{98}$
 98. $\frac{1}{99}$
 99. $\frac{1}{100}$
 100. $\frac{1}{101}$
 101. $\frac{1}{102}$
 102. $\frac{1}{103}$
 103. $\frac{1}{104}$
 104. $\frac{1}{105}$
 105. $\frac{1}{106}$
 106. $\frac{1}{107}$
 107. $\frac{1}{108}$
 108. $\frac{1}{109}$
 109. $\frac{1}{110}$
 110. $\frac{1}{111}$
 111. $\frac{1}{112}$
 112. $\frac{1}{113}$
 113. $\frac{1}{114}$
 114. $\frac{1}{115}$
 115. $\frac{1}{116}$
 116. $\frac{1}{117}$
 117. $\frac{1}{118}$
 118. $\frac{1}{119}$
 119. $\frac{1}{120}$
 120. $\frac{1}{121}$
 121. $\frac{1}{122}$
 122. $\frac{1}{123}$
 123. $\frac{1}{124}$
 124. $\frac{1}{125}$
 125. $\frac{1}{126}$
 126. $\frac{1}{127}$
 127. $\frac{1}{128}$
 128. $\frac{1}{129}$
 129. $\frac{1}{130}$
 130. $\frac{1}{131}$
 131. $\frac{1}{132}$
 132. $\frac{1}{133}$
 133. $\frac{1}{134}$
 134. $\frac{1}{135}$
 135. $\frac{1}{136}$
 136. $\frac{1}{137}$
 137. $\frac{1}{138}$
 138. $\frac{1}{139}$
 139. $\frac{1}{140}$
 140. $\frac{1}{141}$
 141. $\frac{1}{142}$
 142. $\frac{1}{143}$
 143. $\frac{1}{144}$
 144. $\frac{1}{145}$
 145. $\frac{1}{146}$
 146. $\frac{1}{147}$
 147. $\frac{1}{148}$
 148. $\frac{1}{149}$
 149. $\frac{1}{150}$
 150. $\frac{1}{151}$
 151. $\frac{1}{152}$
 152. $\frac{1}{153}$
 153. $\frac{1}{154}$
 154. $\frac{1}{155}$
 155. $\frac{1}{156}$
 156. $\frac{1}{157}$
 157. $\frac{1}{158}$
 158. $\frac{1}{159}$
 159. $\frac{1}{160}$
 160. $\frac{1}{161}$
 161. $\frac{1}{162}$
 162. $\frac{1}{163}$
 163. $\frac{1}{164}$
 164. $\frac{1}{165}$
 165. $\frac{1}{166}$
 166. $\frac{1}{167}$
 167. $\frac{1}{168}$
 168. $\frac{1}{169}$
 169. $\frac{1}{170}$
 170. $\frac{1}{171}$
 171. $\frac{1}{172}$
 172. $\frac{1}{173}$
 173. $\frac{1}{174}$
 174. $\frac{1}{175}$
 175. $\frac{1}{176}$
 176. $\frac{1}{177}$
 177. $\frac{1}{178}$
 178. $\frac{1}{179}$
 179. $\frac{1}{180}$
 180. $\frac{1}{181}$
 181. $\frac{1}{182}$
 182. $\frac{1}{183}$
 183. $\frac{1}{184}$
 184. $\frac{1}{185}$
 185. $\frac{1}{186}$
 186. $\frac{1}{187}$
 187. $\frac{1}{188}$
 188. $\frac{1}{189}$
 189. $\frac{1}{190}$
 190. $\frac{1}{191}$
 191. $\frac{1}{192}$
 192. $\frac{1}{193}$
 193. $\frac{1}{194}$
 194. $\frac{1}{195}$
 195. $\frac{1}{196}$
 196. $\frac{1}{197}</$

ACASA PERFILADO

PROSECUTIO MEDICA

20.08.2016

1

Quota di 72719
 Pagamento della quota di 72719
 Pagamento della quota di 72719

Quota di 72719

Quota di 72719

Quota di 72719

Quota di 72719

Quota di 72719

Quota di 72719

Quota di 72719

Quota di 72719

Quota di 72719

Quota di 72719

Quota di 72719

Quota di 72719

Quota di 72719

Quota di 72719

Quota di 72719

Quota di 72719

Quota di 72719

Quota di 72719

Quota di 72719

Quota di 72719

Quota di 72719

Quota di 72719

Quota di 72719

Quota di 72719

Quota di 72719

Quota di 72719

Quota di 72719

Quota di 72719

Quota di 72719

Quota di 72719

Quota di 72719

Quota di 72719

Quota di 72719

Quota di 72719

Quota di 72719

Quota di 72719

Quota di 72719

Quota di 72719

Quota di 72719

Quota di 72719

Quota di 72719

Quota di 72719

Quota di 72719

Quota di 72719

Quota di 72719

Quota di 72719

Quota di 72719

Quota di 72719

Quota di 72719

Quota di 72719

Quota di 72719

Quota di 72719

Quota di 72719

Quota di 72719

Quota di 72719

Quota di 72719

Quota di 72719

Quota di 72719

Atto di notorietà e prova di vita

Dr. Sara Vascenzi
 Chirurgia Proctologica
 CRO-SE 1920

Atto di notorietà e prova di vita
 Dr. Sara Vascenzi
 CRO-SE 1920

Atto di notorietà e prova di vita
 Dr. Sara Vascenzi
 CRO-SE 1920

Atto di notorietà e prova di vita
 Dr. Sara Vascenzi
 CRO-SE 1920

Atto di notorietà e prova di vita
 Dr. Sara Vascenzi
 CRO-SE 1920

SALA DE RECUPERAÇÃO PÓS-ANESTÉSICO

EVOLUÇÃO ENFERMAGEM

Orio

SRPA As hs Data: / /

Pós-cirurgia: 1. 2. 3. 4. 5. 6. 7. 8. 9. 10. 11. 12.

Intensidade:

de: 4. Monitorização:

OXÍMETRO

MÔNITOR

VENTILADOR

STONIA CAPNÓGRAFO

des/min PAIM

360 Venosa: Central 6. Incisão Cirúrgica:

Periférica \ Unida

SINAIS VITAIS

15 30 45 60 90 120 150 180

Alta Assinada

Encaminhado Para:

ÍNDICE DE ALBRETE-KROULIK
MINUTOS 0 30 60 120 180

RESPIRAÇÃO

CIRCULAÇÃO

SAT

ATIV. MUSC

CONSCIÊNCIA

LAKE

AValiação DO Índice ALBRETE KROULIK

RESPIRAÇÃO:

2. Apóia ventilar profundo ou tossir

3. Dispneia ou respiração entalada

0. Alargada

CIRCULAÇÃO: 2. F.A. entre 10 e 20 valor Pré-Anestésico

1. PA mais ou menos 25 a 30 valor Pré-Anestésico

0. 2ª mais ou menos 50 valor Pré-Anestésico

SAT O2 2. 92-95% 3. 95-98%

CONSC 2. Despertar local mente

1. 30-60% 2. Despertar no Flanar

0. 90-95% 3. Não responde a estímulos auditivos

ATIVIDADE: 2. Ativa e move 4. Externamente

MUSCULAR 3. Apóia a mover 2. Externamente

0. Apóia a mover 3. Externamente

PRONT. CONTENDO:

RX: ECO:

TOMO: DOUTOS.

RNM: PERTENCES:

MAMOGRAFIA:

USG:

EX.LAB:

ECG:

Alta: Dormitório

Unidade de Destino:

Ass. Enf/ Aux. Enf



OBSERVAÇÃO DE ENFERMAGEM

NOME DO PACIENTE:		ENFERMARIA ()	LEITO:
DATA/HORA		PROF. CATH	ASSINATURA
12	12/05/2015	12/05/2015	
13	13/05/2015	13/05/2015	
14	14/05/2015	14/05/2015	
15	15/05/2015	15/05/2015	
16	16/05/2015	16/05/2015	
17	17/05/2015	17/05/2015	
18	18/05/2015	18/05/2015	
19	19/05/2015	19/05/2015	
20	20/05/2015	20/05/2015	
21	21/05/2015	21/05/2015	
22	22/05/2015	22/05/2015	
23	23/05/2015	23/05/2015	
24	24/05/2015	24/05/2015	
25	25/05/2015	25/05/2015	
26	26/05/2015	26/05/2015	
27	27/05/2015	27/05/2015	
28	28/05/2015	28/05/2015	
29	29/05/2015	29/05/2015	
30	30/05/2015	30/05/2015	
31	31/05/2015	31/05/2015	
32	01/06/2015	01/06/2015	
33	02/06/2015	02/06/2015	
34	03/06/2015	03/06/2015	
35	04/06/2015	04/06/2015	
36	05/06/2015	05/06/2015	
37	06/06/2015	06/06/2015	
38	07/06/2015	07/06/2015	
39	08/06/2015	08/06/2015	
40	09/06/2015	09/06/2015	
41	10/06/2015	10/06/2015	
42	11/06/2015	11/06/2015	
43	12/06/2015	12/06/2015	
44	13/06/2015	13/06/2015	
45	14/06/2015	14/06/2015	
46	15/06/2015	15/06/2015	
47	16/06/2015	16/06/2015	
48	17/06/2015	17/06/2015	
49	18/06/2015	18/06/2015	
50	19/06/2015	19/06/2015	
51	20/06/2015	20/06/2015	
52	21/06/2015	21/06/2015	
53	22/06/2015	22/06/2015	
54	23/06/2015	23/06/2015	
55	24/06/2015	24/06/2015	
56	25/06/2015	25/06/2015	
57	26/06/2015	26/06/2015	
58	27/06/2015	27/06/2015	
59	28/06/2015	28/06/2015	
60	29/06/2015	29/06/2015	
61	30/06/2015	30/06/2015	
62	01/07/2015	01/07/2015	
63	02/07/2015	02/07/2015	
64	03/07/2015	03/07/2015	
65	04/07/2015	04/07/2015	
66	05/07/2015	05/07/2015	
67	06/07/2015	06/07/2015	
68	07/07/2015	07/07/2015	
69	08/07/2015	08/07/2015	
70	09/07/2015	09/07/2015	
71	10/07/2015	10/07/2015	
72	11/07/2015	11/07/2015	
73	12/07/2015	12/07/2015	
74	13/07/2015	13/07/2015	
75	14/07/2015	14/07/2015	
76	15/07/2015	15/07/2015	
77	16/07/2015	16/07/2015	
78	17/07/2015	17/07/2015	
79	18/07/2015	18/07/2015	
80	19/07/2015	19/07/2015	
81	20/07/2015	20/07/2015	
82	21/07/2015	21/07/2015	
83	22/07/2015	22/07/2015	
84	23/07/2015	23/07/2015	
85	24/07/2015	24/07/2015	
86	25/07/2015	25/07/2015	
87	26/07/2015	26/07/2015	
88	27/07/2015	27/07/2015	
89	28/07/2015	28/07/2015	
90	29/07/2015	29/07/2015	
91	30/07/2015	30/07/2015	
92	31/07/2015	31/07/2015	
93	01/08/2015	01/08/2015	
94	02/08/2015	02/08/2015	
95	03/08/2015	03/08/2015	
96	04/08/2015	04/08/2015	
97	05/08/2015	05/08/2015	
98	06/08/2015	06/08/2015	
99	07/08/2015	07/08/2015	
100	08/08/2015	08/08/2015	



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

16/09/2016

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

01/10/2016

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

I Tendo em vista a entrada em vigor do Novo Código de Processo Civil, intime-se a parte autora, pela imprensa, para, no prazo de 15 (quinze) dias emendar a inicial no sentido de retificar o valor atribuído à causa, conforme preceitua os artigos 291 a 293 do NCPC. Ressalte-se que sua inércia acarretará o indeferimento da inicial (art. 321, parágrafo único, do NCPC).II Após o decurso do aludido prazo, com ou sem manifestação, certifique-se e volvam conclusos.Lagarto/SE, de 2016.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim

Decisão ou Despacho

Processo nº: 201654101421

I – Tendo em vista a entrada em vigor do Novo Código de Processo Civil, intime-se a parte autora, pela imprensa, para, no prazo de 15 (quinze) dias **emendar a inicial no sentido de retificar o valor atribuído à causa, conforme preceitua os artigos 291 a 293 do NCPC.**

Ressalte-se que sua inércia acarretará o indeferimento da inicial (art. 321, parágrafo único, do N CPC).

II – Após o decurso do aludido prazo, com ou sem manifestação, certifique-se e volvam conclusos.

Lagarto/SE, de 2016.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

10/10/2016

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Emenda da Inicial realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: NATÁLIA MARIA FONTES VASCONCELOS - 9273}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Bela. NATÁLIA MARIA FONTES VASCONCELOS
ADVOGADA OAB/SE 9273



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2º
VARA CÍVEL DA COMARCA DE LAGARTO – SERGIPE**

Processo nº 201654101421

Rosangela Santana de Jesus, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem, mui respeitosamente, à preclara presença de Vossa Excelência, emendar a inicial, conforme despacho exarado no dia 03/10/2016, retificando para tanto o valor atribuído a causa.

Dá-se à causa o valor de R\$ 23.500,00 (vinte três mil e quinhentos reais), para efeito de alçada.

Nestes Termos,

Pede e espera deferimento.

Lagarto/SE, 10 de outubro de 2016.

NATÁLIA MARIA FONTES VASCONCELOS
OAB/SE 9273



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

27/10/2016

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

11/11/2016

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Despacho. I Preenchidos os requisitos essenciais e não sendo o caso de improcedência liminar do pedido, tendo a parte autora manifestado expressamente interesse na realização da audiência de conciliação, nos termos do art. 319, VII, designo a referida audiência para o dia 24/01/2017, às 09h30min na sala de audiência desta vara, onde as partes deverão estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Intime-se a parte autora, pela imprensa, através de seu advogado. II Cite-se o requerido, por AR, com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência, da audiência aprazada, a qual deverá demonstrar, com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, seu desinteresse na conciliação, mediante petição. III - Advirtam-se as partes de que a ausência ao ato implicará o reconhecimento do ato atentatório a dignidade da justiça com a aplicação de multa prevista no §8º do art.334 NCPC. IV Caso a parte ré demonstre desinteresse na realização de audiência de conciliação, entendendo ser justificativa suficiente para determinar o cancelamento da audiência anteriormente designada, sem incidir, inclusive, os efeitos apontados no item anterior. Nesse caso, o protocolo do pedido de cancelamento da audiência deve ser considerado como o termo inicial para o oferecimento da sua resposta, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme artigo 335, inciso II, do CPC/15. V Havendo audiência e restando infrutífera a solução amigável do litígio em razão de ausência de qualquer das partes ou por desinteresse, a data da assentada deve ser considerada como o termo inicial para o oferecimento da contestação. Ressalte-se que diante da não apresentação de contestação poderão ser reputados verdadeiros os fatos alegados pelo autor (art. 344 e 345 do CPC/15). VI Apresentada a contestação em que forem arguidos fatos impeditivos e modificativos do direito autoral, bem como juntados documentos, intime-se a parte autora para no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se, requerendo o que entender cabível. Em caso de ausência de contestação, volvam os autos conclusos. Cumpra-se. Lagarto/SE, de 2016. Edinaldo César Santos Júnior Juiz de Direito
 Designo o dia 24/01/2017 às 09:30hs para que seja realizada audiência Conciliação.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim

Decisão ou Despacho

Processo nº: 201654101421

Despacho.

I – Preenchidos os requisitos essenciais e não sendo o caso de improcedência liminar do pedido, tendo a parte autora manifestado expressamente interesse na realização da audiência de conciliação, nos termos do art. 319, VII, designo a referida audiência para o dia **24/01/2017, às 09h30min** na sala de audiência desta vara, onde as partes deverão estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Intime-se a parte autora, pela imprensa, através de seu advogado.

II – Cite-se o requerido, por AR, com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência, da audiência aprazada, a qual deverá demonstrar, com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, seu desinteresse na conciliação, mediante petição.

III - Advirtam-se as partes de que a ausência ao ato implicará o reconhecimento do ato atentatório a dignidade da justiça com a aplicação de multa prevista no §8º do art.334 NCPC.

IV – Caso a parte ré demonstre desinteresse na realização de audiência de conciliação, entendo ser justificativa suficiente para determinar o cancelamento da audiência anteriormente designada, sem incidir, inclusive, os efeitos apontados no item anterior. Nesse caso, o protocolo do pedido de cancelamento da audiência deve ser considerado como o termo inicial para o oferecimento da sua resposta, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme artigo 335, inciso II, do CPC/15.

V – Havendo audiência e restando infrutífera a solução amigável do litígio em razão de ausência de qualquer das partes ou por desinteresse, a data da assentada deve ser considerada como o termo inicial para o oferecimento da contestação.

Ressalte-se que diante da não apresentação de contestação poderão ser reputados verdadeiros os fatos alegados pelo autor (art. 344 e 345 do CPC/15).

VI – Apresentada a contestação em que forem arguidos fatos impeditivos e modificativos do direito autoral, bem como juntados documentos, intime-se a parte autora para no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se, requerendo o que entender cabível. Em caso de ausência de contestação, volvam os autos conclusos.

Cumpra-se.

Lagarto/SE, de 2016.

Edinaldo César Santos Júnior

Juiz de Direito



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

18/11/2016

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de nº: 201654106702 do tipo (NCPC) - Mandado Citação e Intimação - Procedimento Comum - audiência[MD04145] protocolado nesta data.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
2ª VARA CIVIL DE LAGARTO
Rod. Antônio Martins de Menezes, km 36, S/N
Bairro - Horta Cidade - Lagarto
Cep - 49400-000 Telefone - (79)3632-1700



201654106702

PROCESSO: 201654101421 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0006986-18.2016.8.25.0040
NATUREZA: Procedimento Comum
Requerente: Rosangela Santana de Jesus
Requerido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente, fica Vossa Senhoria **CITADO(A)** para a audiência de Conciliação ou de Mediação na forma do Art. 334, para a finalidade abaixo transcrita.

Finalidade: Comparecer a este Juízo para audiência de Conciliação ou de Mediação, de acordo com Arts. 334 e 344 do CPC. Não havendo autocomposição, o prazo para a contestação, 15 (quinze) dias, será contado na forma do Art. 335 do CPC. Fica advertido(a) que deverá comparecer a referida audiência acompanhado(a) de advogado(a) ou defensor(a) público(a).

Despacho: Despacho. I Preenchidos os requisitos essenciais e não sendo o caso de improcedência liminar do pedido, tendo a parte autora manifestado expressamente interesse na realização da audiência de conciliação, nos termos do art. 319, VII, designo a referida audiência para o dia 24/01/2017, às 09h30min na sala de audiência desta vara, onde as partes deverão estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Intime-se a parte autora, pela imprensa, através de seu advogado. II Cite-se o requerido, por AR, com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência, da audiência aprazada, a qual deverá demonstrar, com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, seu desinteresse na conciliação, mediante petição. III - Advirtam-se as partes de que a ausência ao ato implicará o reconhecimento do ato atentatório a dignidade da justiça com a aplicação de multa prevista no §8º do art.334 NCPC. IV Caso a parte ré demonstre desinteresse na realização de audiência de conciliação, entendo ser justificativ

Data e horário da audiência: 24/01/2017 às 09:30, **Local:** NESTE JUÍZO

Advertência: O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.

Qualificação da parte ré:

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Residência: RUA SENADOR DANTAS,
Bairro: CENTRO
CEP: 20031205
Cidade: RIO DE JANEIRO - RJ

Tais Wiltshire Soares do Amaral
Escrivão(ã)/Chefe de Secretaria/Subsecretário
Documento assinado eletronicamente

Ilmº (a) Sr(a)

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Residência: RUA SENADOR DANTAS,
Bairro: CENTRO
CEP: 20031205
Cidade: RIO DE JANEIRO - RJ

[TM4145,MD150]



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

24/01/2017

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Iniciada a audiência, foi feita a proposta de solução amigável do litígio, a qual restou infrutífera, diante da ausência da parte requerente. A parte requerida na oportunidade juntou carta de preposição e substabelecimento e procuração. Assim, faço conclusão dos autos. Presentes intimados.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



*Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Lagarto/SE*

Processo nº.: 201654101421 Procedimento Comum
Requerente(s): ROSANGELA SANTANA DE JESUS
Requerido(s): SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
S/A

TERMO DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e quatro (24) dia do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e dezesseis (2017), às 09:30 horas, nesta Cidade de Lagarto/SE, Estado de Sergipe, na Sala das Audiências do Juízo de Direito, onde presente se achava a Conciliadora Bela. MARILIAN RIBEIRO DE SOUSA MARIANO, que esta subscreve. Apregoadas as partes, ausente a requerente, presente sua Advogada e o requerido representado pelo preposto a Sra. Tamires de Souza Celestino.

Iniciada a audiência, foi feita a proposta de solução amigável do litígio, a qual restou infrutífera, diante da ausência da parte requerente. A parte requerida na oportunidade juntou carta de preposição e substabelecimento e procuração. Assim, faço conclusão dos autos. Presentes intimados. Nada mais havendo a tratar, mandou o(a) Conciliador(a) lavrar o presente termo que, lido e achado conforme, fica devidamente assinado. Para constar, eu, _____ Técnico(a) Judiciário(a), que o digitei e subscrevi.


MARILIAN RIBEIRO DE SOUSA MARIANO

CONCILIADORA


NATÁLIA MARIA FONTES VASCONCELOS -- 9273/SE
Advogada Requerente


TAMIRES DE SOUZA CELESTINO
Preposta

CARTA DE PREPOSIÇÃO

SEGURADORA LIDER S.A., empresa seguradora com sede à Rua Senador Dantas, 74 – Centro, Rio de Janeiro – RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, representada por Kelly Chrystian Silva Santana, brasileira, advogada, inscrita na OAB/SE sob o n 2.592, nomeia o seguinte preposto:

NOME: Tameris de Souza Celestino
RG: 015.094.995-20

para representá-la na condição de **PREPOSTO**, podendo comparecer a audiências, fazer acordos, fazer requerimentos e depoimentos, enfim, podendo praticar todos os atos necessários para o perfeito cumprimento da presente.

Aracaju, *24* de *junho* de *2017*.

Kelly Chrystian Silva Santana
Kelly Chrystian Silva Santana
OAB/SE 2.592



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

24/01/2017

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Aguarde-se o prazo para apresentação de contestação. Transcorrido o prazo, certifique-se. Após, à conclusão. Lagarto/SE, de 2017.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

Decisão ou Despacho

Processo nº: 201654101421

Aguarde-se o prazo para apresentação de contestação.

Transcorrido o prazo, certifique-se.

Após, à conclusão.

Lagarto/SE, de 2017.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

03/02/2017

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Petição Avulsa do Advogado/Procurador/Defensor/Promotor KELLY CHRYSTIAN SILVA SANTANA (2592-SE) ao processo eletrônico. Protocolizado sob nº 20170203095300729 às 09:53 em 03/02/2017.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE LAGARTO/SE

Processo: 00069861820168250040

AUSÊNCIA DE COBERTURA

SÚMULA 474 STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ROSANGELA SANTANA DE JESUS**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

Alega a parte autora que sofreu acidente de trânsito no dia 15/05/2014, tendo sofrido graves lesões, as quais a deixaram com restrição alimentar e físicas, motivando a propositura da presente.

Contudo, diferente do que tentar fazer crer a parte autora, não há nos autos qualquer documento conclusivo para atestar com veemência o nexo causal do sinistro noticiado com a alegada invalidez. Observa-se, ainda, são grandes as divergências existentes quanto ao fato nos documentos acostados.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

PRELIMINARMENTE

DA TEMPESTIVIDADE

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015¹, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015².

DA AUSÊNCIA DE CAPACIDADE POSTULATÓRIA

FALTA DE PROCURAÇÃO ACOSTADA AOS AUTOS

Verifica-se que não consta nos autos qualquer instrumento de mandato outorgado ao advogado da parte Autora, violando a regra esculpida no art. 104 do CPC.

Dessa feita, com o fito de evitar maiores prejuízos aos litigantes, necessário se faz a intimação da parte para sanar o vício contido no presente caderno processual.

A intimação para sanar tal vício se faz mister, pois no caso dos autos, é indubitável que a ausência de procuração não produz nenhum efeito legal aos atos processuais, sendo estes considerados inexistentes.

Assim sendo, se após determinação judicial para sanar o vício a parte autora permanecer inerte, deverá o processo ser extinto sem resolução do mérito de acordo com a regra contida no artigo 485, III, do CPC.

Assim, requer a Vossa Excelência se digne intimar a parte autora para sanar o vício contido no instrumento procuratório, sob pena de indeferimento da inicial.

¹[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

²[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;

DO MÉRITO

DOCUMENTO IMPRESCINDÍVEL AO EXAME DA QUESTÃO

(REGISTRO DA OCORRÊNCIA NO ÓRGÃO POLICIAL COMPETENTE)

Constata-se, pela síntese dos fatos narrados na exordial, que a parte autoral pretende que o seguro DPVAT no suposto acidente noticiado.

O parágrafo 1º, do art. 5º da lei n.º 6.194/74 é claro, e exige para que o beneficiário possa ter o direito de pleitear a indenização relativa ao seguro obrigatório de veículo a apresentação de determinados documentos.

Com efeito, verifica-se que a parte Autora deixar de apresentar o **registro da ocorrência policial, documento imprescindível para comprovação da ocorrência do acidente e do nexo de causalidade.**

Essa prova documental incumbe à parte autoral, não só em função do que consta expressamente na lei específica, supratranscrita, como em razão de ser constitutiva do seu direito, de conformidade com o que estabelece o art. 373 do CPC.

Assim, merece a presente demanda seja julgada extinta com resolução do mérito, na forma do art. 485, inciso I, da Lei Processual Civil.

DO REQUERIMENTO DE DEPOIMENTO PESSOAL DA PARTE AUTORA

DAS DIVERGÊNCIAS DE INFORMAÇÕES NOS DOCUMENTOS MÉDICOS

Conforme dispõe o art. 343, CPC, caberá à parte interessada pugnar pela realização da prova de depoimento pessoal, quando não determinada de ofício pelo magistrado.

A Ré informa a necessidade de ser ouvida, pessoalmente, a parte autora sobre os fatos narrados na inicial, bem como toda documentação juntada aos autos, em especial a documentação médica.

Isso, porque, a documentação médica acostada apresenta alguns documentos ilegíveis, além de inconsistências em suas informações.

Conforme se verifica pelo boletim de Primeiro atendimento do Hospital Regional de Lagarto, há dados pessoais da vítima que estão equivocados, tais como a data de nascimento (consta 30/03/1984 e o correto é 30/04/1984) e o nome do genitor (consta Manoel de Santana de Jesus e o correto é Manoel Francisco de Jesus).

MS/DATASUS		HOSPITAL REGIONAL DE LAGARTO	
No. DO BE: 228490		DATA: 15/05/2014	HORA: 18:01 USUARIO: CWOPRATA
CNS:		SETOR: 01 - CLASSIFICACAO DE RISCO	
IDENTIFICACAO DO PACIENTE			
NOME	ROSANGELA SANTANA DE JESUS		DOC...:
IDADE.....	30 ANOS	NASC: 30/03/1984	SEXO...: FEMININO
ENDERECO.....	BAIRRO ALTO DA BOA VISTA		NUMERO:
COMPLEMENTO.....	CASA	BAIRRO:	
MUNICIPIO.....	LAGARTO	UF: SE	CEP...: -
NOME PAI/MAE...	MANOEL DE SANTANA DE JESUS / EDINALVA SANTANA DE JESUS		
RESPONSAVEL....	O PROPRIO	TEL...: 99431917	
PROCEDENCIA....	LAGARTO		
ATENDIMENTO....	ACIDENTE MOTOCICLISTICO (MOTOS)		
CASO POLICIAL..	NAO	PLANO DE SAUDE....	NAO TRAUMA: NAO
ACID. TRABALHO:	NAO	VEIO DE AMBULANCIA:	NAO
PA: [X]	mmHg	PULSO: []	TEMP.: []
EXAMES COMPLEMENTARES: [] RAO X [] SANGUE [] URINA [] TC			
[] LIQUOR [] ECG [] ULTRASSONOGRAFIA			
SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO			
DADOS CLINICOS:			
DIAGNOSTICO: <i>Rachis Radio DTHL C</i>		CID:	
Prescrição: <i>Frutal 100mg</i>		HORARIO DA MEDICACAO	
<i>100mg</i>			
<i>Rx pontos - 20</i>			
<i>Rx 100mg</i>			
DATA DA SAIDA: / /		HORA DA SAIDA: :	
ALTA: [] DECISAO MEDICA [] A PEDIDO [] EVASAO [] DESISTENCIA			
[] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO			
INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):			
TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):			
OBITO: [] ATE 48HS [] APOS 48HS [] FAMILIA [] IML [] ANAT. PATOL.			

Já o RG, traz a filiação divergente:



FICHA DE REGISTRO INTERNAÇÃO		Atendimento	
DADOS PESSOAIS		25143290	
ESTE PRONTUÁRIO É PROPRIEDADE DO HOSPITAL. PROIBIDO SER RETIRADO DO HOSPITAL.			
Prontuário	Nome do Paciente	Sexo	Nascimento
11842058	ROSANGELA SANTANA DE JESUS	F	30/04/1984
Idade	30		
RG	CPF	Carteira Profissional	Estado Civil
31390722 SSP SE	2944460528		2-SOLTEIRO
Endereço			
R POVOADO BOA ALTO DA VISTA 1817 BOA VISTA LAGARTO-SE CEP:4900000-0			
Telefone Residencial	Telefone Trabalho	Nome da Mãe	
7998898728		EDNALVA SANTANA DE JESUS	
DADOS DO ATENDIMENTO			
Setor			
800535-RECEPCAO PRINCIPAL - HGS ARACAJU			
Data	Hora	Matricula	Tipo Documento
03/07/2014	13:35		
Medico Atendente		Clinica	
2037386 SARA JULIANA DE ABREU VASCONCELLOS		4-CIRURGICA	
Medico Acompanhante		Tipo Atendimento	
2037386 SARA JULIANA DE ABREU VASCONCELLOS		0-INTERNACAO	
Avaliação médica			
DADOS DO CONVENIO			
Plano I.V.L. INDUSTRIA VIEIRA LTDA			
2-PLANO EMPRESA ENFERMARIA - COLETIVO			
Convênio	800-NAPVIDA ARACAJU		
Carteira	13455000291002034		
DADOS DA INTERNAÇÃO			
Posto	Acomodação	Leito	
POSTO INTERNAÇÃO - HGS ARACAJU	ENF07 ENFERMARIA 01	03	
Nº Guia	Procedimento	Senha	Descrição

Portanto, para que não paire qualquer dúvida sobre a autenticidade do Boletim de Ocorrência apresentado aos autos, a Ré pugna a este d. Juízo que seja expedido ofício à Delegacia de Polícia na qual fora registrada a ocorrência, a fim de que sejam prestados os devidos esclarecimentos pelos responsáveis, sem prejuízo do colhimento do depoimento pessoal da autora.

DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC³.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

- DA FALTA DE NEXO DE CAUSALIDADE -

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos, estes não podem ser considerados, tendo em vista as divergências apontadas, assim, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito**⁴.

Não ficou devidamente demonstrado que os documentos acostados são de fato do autor, vez que pode se tratar de outra pessoa, estando clara a divergência na filiação.

As inconsistências não se limitam as já apontadas, mas ainda há que se considerar que na via administrativa foi apresentada uma certidão de médico particular, onde foi declarado que o primeiro atendimento teria ocorrido em 17/05/2014, e não em 15/05/2014, como os documentos trazidos aos autos.



³"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório." (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)

⁴"SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). AÇÃO DE COBRANÇA. AFIRMAÇÃO DE INVALIDEZ PERMANENTE. NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A INVALIDEZ E O ACIDENTE. AUSÊNCIA. IMPROCEDÊNCIA RECONHECIDA. RECURSO IMPROVIDO. Constatada pericialmente a ausência de nexo de causalidade entre o acidente narrado e a incapacidade apresentada, impossível se apresenta o reconhecimento do direito ao recebimento de qualquer valor a título de seguro DPVAT. (TJ-SP - APL: 90000717820118260577 SP 9000071-78.2011.8.26.0577, Relator: Antonio Rigolin, Data de Julgamento: 03/03/2015, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 03/03/2015)

No mais, cabe observar que não há qualquer referência quanto as lesões terem sido decorrentes do suposto sinistro, já que não está certo que este tenha sequer acontecido.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo⁵.

Portanto, como não há nexo de causalidade entre a invalidez e o suposto acidente noticiado, confia no alto grau de competência de Vossa Excelência, sendo certo que a presente demanda deverá ser julgada totalmente improcedente, com fundamento no artigo 487, inciso I, da Lei Processual Civil.

DA APLICABILIDADE DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Com advento da Medida Provisória nº 451/08, convertida na Lei nº 11.945/2009, estabeleceu-se percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, de modo que se impõe a graduação da lesão para fins indenizatórios.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

A referida inovação legal trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, para dirimir o percentual indenizável no caso concreto, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pela parte autora é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral⁶.

No mesmo sentido, o Superior Tribunal de justiça editou a Súmula 474 pacificando o entendimento que no caso de invalidez a indenização do Seguro Obrigatório DPVAT deverá ser paga em conformidade com o grau da invalidez da vítima⁷.

Frisa-se que a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Assim, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e

⁵APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE NEXO CAUSAL DE QUE AS LESÕES SÃO DECORRENTES DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO OCORRIDO EM 25/12/1992. BOLETIM DE OCORRÊNCIA LAVRADO APENAS EM 12/06/2009, DEZESSETE ANOS APÓS O SUPOSTO ACIDENTE. ÔNUS DA PROVA. INCUMBÊNCIA DO AUTOR. ART. 333, I, CPC. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Não há nos autos qualquer elemento que comprove que as lesões suportadas pela apelante sejam decorrentes de acidente automobilístico. 2. A requerente sequer trouxe aos autos prova do atendimento hospitalar realizado na data do sinistro, ou ainda, prova do tratamento médico realizado decorrente das lesões alegadas. (TJ-PR 8967797 PR 896779-7 (Acórdão), Relator: Dartagnan Serpa Sa, Data de Julgamento: 24/05/2012, 9ª Câmara Cível)

⁶RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

⁷**Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral a parte Autora, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado.

DA IMPOSSIBILIDADE DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

Não há que se falar em inversão do ônus da prova, vez que o seguro DPVAT não se trata de relação de consumo, e sim de uma obrigação legal.

Assim, não pode a parte autora ser confundida como consumidora, pois, não há qualquer relação de consumo entre as partes litigantes, o que gera a inaplicabilidade da inversão do ônus da prova, característica do Código de Defesa do Consumidor.

Neste sentido é o recente entendimento firmado pelos Tribunais pátrios⁸, ratificando o descabimento da inversão do ônus da prova com base na aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

Sendo assim, por se tratar de prova essencial dos fatos constitutivos da pretensão autoral, deverá o ônus da prova ser custeado pela parte autora, como determina o art. 373, I do CPC.

DA FALTA DE CARACTERIZAÇÃO DO DANO MORAL

No instituto da responsabilidade civil, a obrigação de indenizar está diretamente vinculada à comprovação real do dano, como regra mínima de convivência, o que não se verifica no caso em concreto.

Em que pese à parte autora alegar que faria ainda *jus* ao recebimento de indenização por danos morais, não há nos autos qualquer prova de que a parte autora ter sido acometida de abalo capaz de justificar a formulação do pedido de danos morais, o que dificulta até mesmo a formulação da defesa.

Nesse passo, à guisa de ilustração, faz-se remissão à lição do mestre CAIO MÁRIO DA SILVA PEREIRA, sobre o dano hipotético⁹.

Ainda que ilícito houvesse nem assim poderia a parte autora pretender indenizações, pela evidência de que suas consequências, no caso, não tiveram magnitude suficiente para caracterizar tecnicamente dano moral, conforme os precedentes pátrios¹⁰.

⁸“PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR NÃO APRECIADA PELO JUÍZO A QUO. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIAÇÃO PELA INSTÂNCIA REVISORA. **INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, COM BASE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INAPLICABILIDADE DO DIPLOMA LEGAL CONSUMERISTA ÀS RELAÇÕES DE SEGURO OBRIGATÓRIO.** Agravo de Instrumento interposto de decisão que em ação de cobrança do seguro obrigatório DPVAT deferiu a inversão do ônus da prova. 1. Preliminar de ausência de interesse de agir não enfrentada pelo juízo a quo impede o exame pela instância revisora, sob pena de supressão de instância. 2. **A contratação compulsória do seguro obrigatório DPVAT afasta a natureza consumerista da relação jurídica entre seguradora e segurado, e impossibilita a decretação da inversão do ônus da prova com base no artigo 6º, VIII, da Lei nº 8078/90.** 3. **Recurso a que se dá provimento, com base no artigo 557 § 1º-A do Código de Processo Civil, para afastar a inversão do ônus da prova decorrente da aplicação do Código de Defesa do Consumidor.**”(TJ-RJ - AI: 00612946320148190000 RJ 0061294-63.2014.8.19.0000, Relator: DES. FERNANDO FOCH DE LEMOS ARIGONY DA SILVA, Data de Julgamento: 12/01/2015, TERCEIRA CAMARA CIVEL, Data de Publicação: 16/01/2015).

⁹“É claro, então, que se a ação se fundar em mero dano hipotético, não cabe reparação” (in Responsabilidade Civil, Forense, 5ª ed., página 42).

¹⁰“AÇÃO DE COBRANÇA CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. REEMBOLSO DE DESPESAS MÉDICO - HOSPITALARES. COMPLEMENTAÇÃO. DESPESAS EFETIVAMENTE COMPROVADAS. PAGAMENTO A MENOR. **DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS.** SENTENÇA CONFIRMADA. RECURSOS IMPROVIDOS. Cuida-se de ação de cobrança do seguro obrigatório DPVAT cumulada com

De fato, sentimentos como descontentamento, aborrecimento e inconformismo não podem ser confundidos com o dano moral.

Entendimento contrário ao aqui defendido implicaria inferir que, doravante, o vencido sempre terá de indenizar ao outro litigante um “dano moral” que o mesmo sofrera à conta do simples “transtorno” de haver utilizado a via judicial com vistas à satisfação do seu direito! Enfim, o dano moral seria uma consequência “direta” do inadimplemento da dívida e da propositura de uma ação judicial tencionando cobrá-la!

A Ré não praticou ofensa de qualquer gravidade e repercussão capaz de caracterizar o dano moral, que não basta ser alegado; precisa ser provado e comprovado.

Desta forma, a parte autora não faz jus a dano moral, conforme acima exposto.

DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação¹¹.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação¹².

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 15% (quinze por cento), nos termos do § 1º Art. 1º da Lei nº 1.060/50.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil, às hipóteses de casos de “fácil” instrução.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (Dez por cento), conforme supracitado.

indenização por danos morais em face de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, por conta de acidente automobilístico. (...) **Outrossim, não merece guarida o pedido autoral de reparação por danos extrapatrimoniais por conta do não pagamento integral do crédito. Isso porque, embora não se negue os aborrecimentos que a situação possa ter gerado, não logrou êxito o demandante comprovar que tenha sofrido qualquer ofensa à dignidade da pessoa humana, fato que ensejaria a indenização pretendida. Sentença confirmada por seus próprios fundamentos. Recurso improvido.** (TJ-RS - Recurso Cível: 71004775029 RS, Relator: Carlos Francisco Gross, Data de Julgamento: 25/02/2014, Quarta Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 26/02/2014)

¹¹“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

¹²art. 1º. (...)

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.

CONCLUSÃO

Requer a Ré o acolhimento das preliminares suscitadas.

Ante o exposto, ante a ausência de laudo pericial do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar a indenização, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, requer a total improcedência dos pedidos da parte autora.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez permanente, conforme preconiza a Sumula 474 do STJ.

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida, a correção monetária na forma da fundamentação da peça de bloqueio e horários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10%, consoante a previsão do art. 11, § 1º, da Lei 1.060/50.

Por se tratar de ônus da prova da parte autora, pugna-se pela realização da prova pericial pelo IML com o fito de auferir o nexo de causalidade entre a lesão da vítima e o suposto acidente automobilístico, bem como se há valor indenizável a ser pago. Caso Vossa Excelência assim não entenda, requer que os custos da realização da prova pericial sejam arcados pela parte autora ou pelo Estado, eis que imprescindível a produção da prova para o deslinde da demanda.

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono **KELLY CHRYSTIAN SILVA SANTANA**, inscrito sob o nº **2592-OAB/SE**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

LAGARTO, 2 de fevereiro de 2017.

JOÃO BARBOSA
OAB/SE 780-A

KELLY CHRYSTIAN SILVA SANTANA
2592-OAB/SE

QUESITOS DA RÉ

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando o vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursam com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento de senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés					
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fala (mudez completa) ou da visão de um olho	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar					
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do bço					

SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/SE 780-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa da advogada **KELLY CHRYSTIAN SILVA SANTANA**, inscrito na OAB/SE sob o nº 2592, com escritório na RUA PACATUBA, N.º 254, SALA 210, CENTRO. ARACAJU/SE, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **ROSANGELA SANTANA DE JESUS**, em curso perante a **2ª VARA CÍVEL** da comarca de **LAGARTO**, nos autos do Processo nº 00069861820168250040.

Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 2017.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/SE 780-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Relações Institucionais, **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 836.366 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 174.562.157-15, nomeia e constituem seus bastantes procuradores, Drs. **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PE nº 4.246; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819, CPF 098.884.617-96; **JOSELAINE MAURÁ DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, solteira, OAB/RJ 140.522, CPF 071.463.857-95; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, solteiro, OAB/RJ 152.629, CPF 089.027.257-31; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681, CPF de número 010.766.304-05. Escritório situado a Rua São José, 90, grupos 810/812, Centro, Rio de Janeiro, RJ- CEP 20.010-020, tel.: (21) 3265-5600. TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/A, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 447 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a



defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2014.

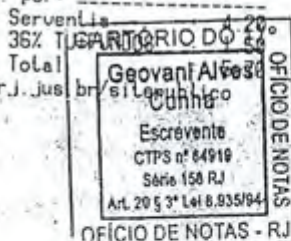
MARCELO DAVOLI LOPES

JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9800
Reconheço por semelhança a firma de MARCELO DAVOLI LOPES
(X0000000038A)

Rio de Janeiro, 14 de março de 2014. Conf. por:
Em testemunho _____ da verdade.

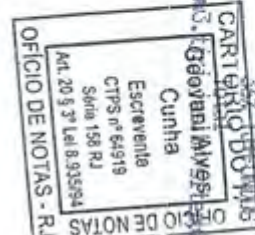
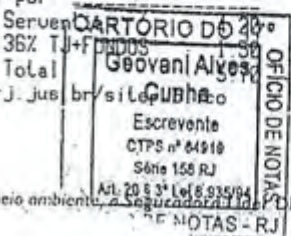
Geovani Alves Cunha - Aut.
EACM-57192 UFL Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/site/publico>



17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9800
Reconheço por semelhança a firma de JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON
(X0000000038B)

Rio de Janeiro, 14 de março de 2014. Conf. por:
Em testemunho _____ da verdade.

Geovani Alves Cunha - Aut.
EACM-57194 BDU Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/site/publico>



17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9800
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apreendido. Cod: XXXXXXXX8888. Conf. por:
Rio de Janeiro, 27 de maio de 2014.
Geovani Alves Cunha - Aut.
EACM-57231 NFD Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/site/publico>



SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2013

DATA, HORA E LOCAL: Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de setembro de 2013, às 16:30 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ.

CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 18 de setembro de 2013.

PRESENCIA: Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Casimiro Blanco Gomez, Antônio Eduardo Marques de Figueiredo Trindade, Bernardo Dieckmann, Francisco Alves de Souza, Hélio Hiroshi Kinoshita, Jabis de Mendonça Alexandre, José Carlos Lyrio Rocha, Julio Cezar Alves de Oliveira, Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti, Paulo de Oliveira Medeiros, Rosana Tschima Salsano, respectivamente Presidente, Vice-Presidente, e os demais conselheiros do Conselho de Administração. Presentes Leandro Evangelista Poli e Sérgio Wilson Ramos Junior, conselheiros eleitos, sem voto porque ainda não homologados. Presentes também os conselheiros suplentes Eli Nunes de Alcantara Bezerra, Jorge Carvalho, Jorge de Souza Andrade e Sidney Maury Santoma, que, como os presentes respectivos conselheiros titulares, compareceram à reunião sem direito a voto. Presentes ainda Ricardo de Sá Acatauassú Xavier, José Márcio Barbosa Norton, Marcelo Davoli Lopes, Cláudio Mendes Ladeira e Marcus Vinícius Cataldo de Felipe, respectivamente Diretor Presidente e os demais diretores da Companhia.

MESA DE TRABALHO: Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Leal Faoro.

ORDEM DO DIA: (i) Eleição dos membros da Diretoria Executiva; (ii) Ratificação das designações específicas dos membros da Diretoria Executiva; e (iii) Assuntos Gerais.

DELIBERAÇÕES TOMADAS: (i) Os membros do Conselho deliberaram, por unanimidade, reeleger os senhores RICARDO DE SA ACATAUASSÚ XAVIER, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade no. 03.891.764-7, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o no. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como Diretor-Presidente da Companhia; JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade no. 836.366, expedido pelo SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 174.562.157-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; MARCELO DAVOLI LOPES, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade no. 019842307-X, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o no. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; CLAUDIO MENDES LADEIRA, brasileiro, solteiro, securitário, titular do documento de identidade nº 06766244-5, expedido pelo IFRJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 912.422.907-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica e MARCUS VINÍCIUS CATALDO DE FELIPPE, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do documento de identidade no. M-1.777.953, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 521.462.436-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. Os diretores eleitos terão mandato de 11 de outubro de 2013 até o dia 10 de outubro de 2014, permanecendo no cargo até a investidura de novos administradores. Os Diretores ora eleitos declaram que não estão incurso em nenhum crime que o impeçam de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estarem inabilitados para tanto, nos termos da lei. Os Diretores eleitos declaram, por fim, que preenchem os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes das Resoluções nº 65/2001 e 136/2005, ambas do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. A remuneração do

Certidão da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 25 de setembro de 2013

Página 1 de 2

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Faria
 Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 21-2508-198 RJ
 CEP: 20014-000

OFÍCIO DE NOTAS

Certifico e dou-te que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado. Cod: XXXXXXX88888. Cont. por: _____

Rio de Janeiro, 27 de maio de 2014.

Serventia : 4,33
 36% TFPUDOS : 1,53
 Total : 5,86

Geovani Alves Cunha - Aut.
 EAB-57233 RFX Consulte em <https://www.tirj.jus.br/sitepublico>

CARTÓRIO DO 17º
 Geovani Alves
 Cunha
 Escrevente
 CPF nº 64219



230491 diretor observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 27 de março de 2013; (ii) Os conselheiros deliberaram, por unanimidade, reafirmar as designações específicas dos diretores responsáveis perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, da seguinte forma: (a) Marcus Vinicius Cataldo de Felipe: diretor responsável administrativo-financeiro e diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) José Márcio Barbosa Norton: diretor responsável pelo relacionamento com a SUSEP; (c) Marcelo Davoli Lopes: diretor responsável pelo cumprimento do disposto na lei nº 9.613/98, na Circular SUSEP nº 445/2012 e nas demais regulamentações complementares e diretor responsável pelos controles internos; (d) Cláudio Mendes Ladeira: diretor responsável técnico pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento dos procedimentos atuariais previstos nas normas em vigor junto à SUSEP e diretor responsável pela prevenção de fraudes. As designações específicas deverão ser ratificadas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. As designações específicas deverão ser ratificadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora reeleitos declaram inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia; e (iii) Os membros do Conselho de Administração nada discutiram a título de assuntos gerais.

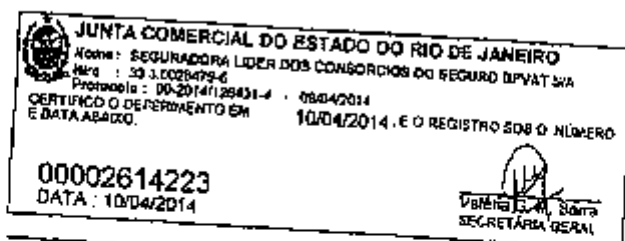
VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES: Os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria ora reeleitos declaram estar cientes de que as deliberações havidas nesta reunião estão condicionadas à homologação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes. Assinaturas: (ass.) Luiz Tavares Pereira Filho - Presidente do Conselho; (ass.) Casimiro Blanco Gomez - Conselheiro Vice-Presidente; (ass.) Antônio Eduardo Marques de Figueiredo Trindade - Conselheiro; (ass.) Bernardo Dieckmann - Conselheiro; (ass.) Francisco Alves de Souza - Conselheiro; (ass.) Hélio Hiroshi Kinoshita - Conselheiro; (ass.) Jabis de Mendonça Alexandre - Conselheiro; (ass.) José Carlos Lyrio Rocha - Conselheiro; (ass.) Julio Cezar Alves de Oliveira - Conselheiro; (ass.) Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti - Conselheiro; (ass.) Paulo de Oliveira Medeiros - Conselheiro; (ass.) Rosana Tschima Salsano - Conselheira; (ass.) Leandro Evangelista Poli - Conselheiro e (ass.) Sérgio Wilson Ramos Junior - Conselheiro, os dois últimos conselheiros eleitos, sem veto porque ainda não homologados.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2013.


André Leal Faoro
Secretário



Certidão da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 25 de setembro de 2013
Página 2 de 2

CARTÓRIO DO 17º OFÍCIO DE NOTAS
Geovani Alves
Cunha
 Escrevente
 O1:00000000 RJ
 Tel: 2107-5900 RJ
 Mat. 2053768 RJ

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmino - RJ. Tel: 2107-5900 RJ
 Rua do Carmo 67 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Matr. 2053768 RJ
 Cópia é a reprodução por: 4.33
 Serventia : 1.53
 36% TFRUNDIS : 5.86
 Total
 Certifico e dou fe que a presente cópia é a reprodução por: 4.33
 original que foi apresentado Cod: XXXXXXXXXX RJ
 de maio de 2014. Total
 Geovani Alves Cunha Aut.
 Rio de Janeiro, 2 de maio de 2014. Total
 Geovani Alves Cunha Aut.
 Consultar em <https://www3.tirj.jus.br/sitepublico>

ENAB-57232 FRI Consultar em <https://www3.tirj.jus.br/sitepublico>

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Esta Parte é editada eletronicamente desde 23 de Janeiro de 2004

**ATAS, CERTIDÕES E
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Associações, Sociedades e Fúrnas

[illegible][illegible]

注 明

MEMORANDUM FOR THE DIRECTOR
SUBJECT: [REDACTED]
[REDACTED]

ATA DE ASSSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALI-
ZADA EM 08/02/2009. 1. Aberta, pela a. hora: 09:30:00, às 11:00
horas, na sede social de Companhia, localizada na Cidade do Rio de
Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua das Cardealistas, nº 66, 2º
andar - Botic. Cidada. 2. Presença: Adotados representantes de todos

SUMÁRIO

Abuse, Carjacking & Demographic Data

Associações, Sociedades e Firmas

Autism, Emotion & Temperament

Associations, Enclaves & ...

Leistung: 100 %

[illegible]

PRO. NOME ANDRÉ LUIZ BERNARDINI Xavier - Presidente; Osmário Carlos
dos Anjos Travenca - Secretário. LUCIELIA nº 0000183866 em
10/03/2009, Valdeia G. M. Berra - Secretária Geral.

CONSTITUTIONAL SUPREMACY AND THE

CONSTRUTORA DAS LTM
CONSTRUTORA S.A. - Rua 15 de Novembro, 151 - 1.º andar - São Paulo - SP

[illegible]

6.6.3.2.2.2.2.2.2.2

POPULAÇÃO EMPREENDEDORAS E PARTICIPAÇÃO LÍDERA

GNPJNF 30.025.0200001-2

ATA DA REUNIÃO DOS SOCIOS - Em 21 de setembro de 2002, às 08:00h, se realizou representando 100% (um por cento) da capital da Prefeitura Empurandamento e Participações Ltda., inscrita no CNPJ nº 06.970.970/0001-00, sob o nome social de **PREFEITA DE EMPURANDAMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA.**, com sede em Rua de Ourutanga nº 22, 1º andar (geral), denominada por suas siglas de **PEP**, a seguinte deliberação tomada em Reunião do Sócio(s): (a) Redução do capital social no importe de R\$ 504.520,00 (quinhentos e quatro mil, quinhentos e vinte reais) mediante transação em São Paulo com Geop Corporativo das Indústrias que segue; (b) Preço n° 13.750 Liza e Sobrado de Ar. Salvador Alende, antiga Ar. Adriano Balduinoz da Silva, Recinto dos Bandolimistas, Rio de Janeiro - RJ, cancelado no Matriz n° 54.475 do R° Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Capital do Estado do Rio de Janeiro; (c) Sólto n° 15 do Quarteir P de Planta 81-55-12513, com frente para Ar. Gamae Marim, antiga Serviço T-1, Recinto dos Bandolimistas, Rio de Janeiro - RJ, cancelado no Matriz n° 54.475 do R° Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Capital do Estado do Rio de Janeiro; (d) Redução de 1.962.603 (um milhão, novecentos e dois mil, seiscentos e três reais e 00/100) cota da capital de sociedade; (e) Alteração do contrato social, correspondente as modificações propostas. Rio de Janeiro /RJ, 21 de setembro de 2002. **Anelise Cesar Demaretti** - Presidente; **Bruno Roberto Cordeiro** - Secretário.

— 10 —

**GH PARTICIPAÇÕES S.A.**

GNPZMF n° 08.062.859/0001-37

U.S. AIR FORCE AIRCRAFT - Current ownership as determined by email on 01/01/2017 - 2017 Current owner information for all aircraft is provided by the Department of Defense.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2007 (R\$)				BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2006 (R\$)			
	2007	2006		2007	2006		2007
Ativos	1.089.352,44	1.082.352,44	Passivos	324.842,28	304.842,28		
Circulante	34.594,54	29.321,44	Circulante	319,00	309,78		
Cálica	29.858,01	29.858,01	Dividendos Sociais e Teóricos	640.594,21	93.192,04		
Bancos	16.232,17	20.520,12	Outros Cotas a Pagar	15.085,00	-		
Créditos Diferidos com Tercelária	-	3.000,00	Passivo não circulante	6.118.548,13	1.022.874,22		
Fiscal	7.222,36	7.222,36	Bônus a Longo Prazo	208.612,50	1.044.582,17		
Ativo não circulante	1.054.757,90	1.053.031,00	Empreendimentos e Financiamentos	308.012,50	1.022,47		
Realizável a Longo Prazo	1.210.150,47	1.210.150,47	Outros Cotas a Pagar	-	1.800.729,00		
Conta Corrente Soc. Compendios	1.248.169,48	1.248.169,48	Participação Líquida	7.729.625,61	8.810.115,82		
Permanente	1.139.606,13	1.139.606,13	Capital Social	4.745.400,00	4.745.400,00		
Imobilizáveis	1.132.541,91	1.132.541,91	Reservas	8.051.976,81	3.858.876,83		
Imobilizado Líquido	18.324,32	18.324,32	Ações em Poder de Tercelária	11.581.381,30	13.121.220,60		
Total de Ativos	1.089.352,44	1.082.352,44	Total de Passivos	1.089.352,44	1.082.352,44		

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 (R\$)				DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 (R\$)			
	2006	2007		2006	2007		2007
Capital	1.082.352,44	1.089.352,44	Capital	1.082.352,44	1.089.352,44		
Circulante	29.321,44	34.594,54	Circulante	319,00	309,78		
Não Circulante	1.053.031,00	1.054.757,90	Não Circulante	1.053.031,00	1.054.757,90		
Reservas	1.053.031,00	1.054.757,90	Reservas	1.053.031,00	1.054.757,90		
Ações em Poder de Tercelária	-	-	Ações em Poder de Tercelária	-	-		
Dividendos Sociais e Teóricos	-	-	Dividendos Sociais e Teóricos	-	-		
Outros Cotas a Pagar	-	-	Outros Cotas a Pagar	-	-		
Participação Líquida	-	-	Participação Líquida	-	-		
Capital Social	-	-	Capital Social	-	-		
Reservas	-	-	Reservas	-	-		
Ações em Poder de Tercelária	-	-	Ações em Poder de Tercelária	-	-		
Dividendos Sociais e Teóricos	-	-	Dividendos Sociais e Teóricos	-	-		
Outros Cotas a Pagar	-	-	Outros Cotas a Pagar	-	-		
Participação Líquida	-	-	Participação Líquida	-	-		
Capital Social	-	-	Capital Social	-	-		
Reservas	-	-	Reservas	-	-		
Ações em Poder de Tercelária	-	-	Ações em Poder de Tercelária	-	-		
Dividendos Sociais e Teóricos	-	-	Dividendos Sociais e Teóricos	-	-		
Outros Cotas a Pagar	-	-	Outros Cotas a Pagar	-	-		
Participação Líquida	-	-	Participação Líquida	-	-		
Capital Social	-	-	Capital Social	-	-		
Reservas	-	-	Reservas	-	-		
Ações em Poder de Tercelária	-	-	Ações em Poder de Tercelária	-	-		
Dividendos Sociais e Teóricos	-	-	Dividendos Sociais e Teóricos	-	-		
Outros Cotas a Pagar	-	-	Outros Cotas a Pagar	-	-		
Participação Líquida	-	-	Participação Líquida	-	-		
Capital Social	-	-	Capital Social	-	-		
Reservas	-	-	Reservas	-	-		
Ações em Poder de Tercelária	-	-	Ações em Poder de Tercelária	-	-		
Dividendos Sociais e Teóricos	-	-	Dividendos Sociais e Teóricos	-	-		
Outros Cotas a Pagar	-	-	Outros Cotas a Pagar	-	-		
Participação Líquida	-	-	Participação Líquida	-	-		
Capital Social	-	-	Capital Social	-	-		
Reservas	-	-	Reservas	-	-		
Ações em Poder de Tercelária	-	-	Ações em Poder de Tercelária	-	-		
Dividendos Sociais e Teóricos	-	-	Dividendos Sociais e Teóricos	-	-		
Outros Cotas a Pagar	-	-	Outros Cotas a Pagar	-	-		
Participação Líquida	-	-	Participação Líquida	-	-		
Capital Social	-	-	Capital Social	-	-		
Reservas	-	-	Reservas	-	-		
Ações em Poder de Tercelária	-	-	Ações em Poder de Tercelária	-	-		
Dividendos Sociais e Teóricos	-	-	Dividendos Sociais e Teóricos	-	-		
Outros Cotas a Pagar	-	-	Outros Cotas a Pagar	-	-		
Participação Líquida	-	-	Participação Líquida	-	-		
Capital Social	-	-	Capital Social	-	-		
Reservas	-	-	Reservas	-	-		
Ações em Poder de Tercelária	-	-	Ações em Poder de Tercelária	-	-		
Dividendos Sociais e Teóricos	-	-	Dividendos Sociais e Teóricos	-	-		
Outros Cotas a Pagar	-	-	Outros Cotas a Pagar	-	-		
Participação Líquida	-	-	Participação Líquida	-	-		
Capital Social	-	-	Capital Social	-	-		
Reservas	-	-	Reservas	-	-		
Ações em Poder de Tercelária	-	-	Ações em Poder de Tercelária	-	-		
Dividendos Sociais e Teóricos	-	-	Dividendos Sociais e Teóricos	-	-		
Outros Cotas a Pagar	-	-	Outros Cotas a Pagar	-	-		
Participação Líquida	-	-	Participação Líquida	-	-		
Capital Social	-	-	Capital Social	-	-		
Reservas	-	-	Reservas	-	-		
Ações em Poder de Tercelária	-	-	Ações em Poder de Tercelária	-	-		
Dividendos Sociais e Teóricos	-	-	Dividendos Sociais e Teóricos	-	-		
Outros Cotas a Pagar	-	-	Outros Cotas a Pagar	-	-		
Participação Líquida	-	-	Participação Líquida	-	-		
Capital Social	-	-	Capital Social	-	-		
Reservas	-	-	Reservas	-	-		
Ações em Poder de Tercelária	-	-	Ações em Poder de Tercelária	-	-		
Dividendos Sociais e Teóricos	-	-	Dividendos Sociais e Teóricos	-	-		
Outros Cotas a Pagar	-	-	Outros Cotas a Pagar	-	-		
Participação Líquida	-	-	Participação Líquida	-	-		
Capital Social	-	-	Capital Social	-	-		
Reservas	-	-	Reservas	-	-		
Ações em Poder de Tercelária	-	-	Ações em Poder de Tercelária	-	-		
Dividendos Sociais e Teóricos	-	-	Dividendos Sociais e Teóricos	-	-		
Outros Cotas a Pagar	-	-	Outros Cotas a Pagar	-	-		
Participação Líquida	-	-	Participação Líquida	-	-		
Capital Social	-	-	Capital Social	-	-		
Reservas	-	-	Reservas	-	-		
Ações em Poder de Tercelária	-	-	Ações em Poder de Tercelária	-	-		
Dividendos Sociais e Teóricos	-	-	Dividendos Sociais e Teóricos	-	-		
Outros Cotas a Pagar	-	-	Outros Cotas a Pagar	-	-		
Participação Líquida	-	-	Participação Líquida	-	-		
Capital Social	-	-	Capital Social	-	-		
Reservas	-	-	Reservas	-	-		
Ações em Poder de Tercelária	-	-	Ações em Poder de Tercelária	-	-		
Dividendos Sociais e Teóricos	-	-	Dividendos Sociais e Teóricos	-	-		
Outros Cotas a Pagar	-	-	Outros Cotas a Pagar	-	-		
Participação Líquida	-	-	Participação Líquida	-	-		
Capital Social	-	-	Capital Social	-	-		
Reservas	-	-	Reservas	-	-		
Ações em Poder de Tercelária	-	-	Ações em Poder de Tercelária	-	-		
Dividendos Sociais e Teóricos	-	-	Dividendos Sociais e Teóricos	-	-		
Outros Cotas a Pagar	-	-	Outros Cotas a Pagar	-	-		
Participação Líquida	-	-	Participação Líquida	-	-		
Capital Social	-	-	Capital Social	-	-		
Reservas	-	-	Reservas	-	-		
Ações em Poder de Tercelária	-	-	Ações em Poder de Tercelária	-	-		
Dividendos Sociais e Teóricos	-	-	Dividendos Sociais e Teóricos	-	-		
Outros Cotas a Pagar	-	-	Outros Cotas a Pagar	-	-		
Participação Líquida	-	-	Participação Líquida	-	-		
Capital Social	-	-	Capital Social	-	-		
Reservas	-	-	Reservas	-	-		
Ações em Poder de Tercelária	-	-	Ações em Poder de Tercelária	-	-		
Dividendos Sociais e Teóricos	-	-	Dividendos Sociais e Teóricos	-	-		
Outros Cotas a Pagar	-	-	Outros Cotas a Pagar	-	-		
Participação Líquida	-	-	Participação Líquida	-	-		
Capital Social	-	-	Capital Social	-	-		
Reservas	-	-	Reservas	-	-		
Ações em Poder de Tercelária	-	-	Ações em Poder de Tercelária	-	-		
Dividendos Sociais e Teóricos	-	-	Dividendos Sociais e Teóricos	-	-		
Outros Cotas a Pagar	-	-	Outros Cotas a Pagar	-	-		
Participação Líquida	-	-	Participação Líquida	-	-		
Capital Social	-	-	Capital Social	-	-		
Reservas	-	-	Reservas	-	-		
Ações em Poder de Tercelária	-	-	Ações em Poder de Tercelária	-	-		
Dividendos Sociais e Teóricos	-	-	Dividendos Sociais e Teóricos	-	-		
Outros Cotas a Pagar	-	-	Outros Cotas a Pagar	-	-		
Participação Líquida	-	-	Participação Líquida	-	-		
Capital Social	-	-	Capital Social	-	-		
Reservas	-	-	Reservas	-	-		
Ações em Poder de Tercelária	-	-	Ações em Poder de Tercelária	-	-		
Dividendos Sociais e Teóricos	-	-	Dividendos Sociais e Teóricos	-	-		
Outros Cotas a Pagar	-	-	Outros Cotas a Pagar	-	-		
Participação Líquida	-	-	Participação Líquida	-	-		
Capital Social	-	-	Capital Social	-	-		
Reservas	-	-	Reservas	-	-		
Ações em Poder de Tercelária	-	-	Ações em Poder de Tercelária	-	-		
Dividendos Sociais e Teóricos	-	-	Dividendos Sociais e Teóricos	-	-		
Outros Cotas a Pagar	-	-	Outros Cotas a Pagar	-	-		
Participação Líquida	-	-	Participação Líquida	-	-		
Capital Social	-	-	Capital Social	-	-		
Reservas	-	-	Reservas	-	-		
Ações em Poder de Tercelária	-	-	Ações em Poder de Tercelária	-	-		
Dividendos Sociais e Teóricos	-	-	Dividendos Sociais e Teóricos	-	-		
Outros Cotas a Pagar	-	-	Outros Cotas a Pagar	-	-		
Participação Líquida	-	-	Participação Líquida	-	-		
Capital Social	-	-	Capital Social	-	-		
Reservas	-	-	Reservas	-	-		
Ações em Poder de Tercelária	-	-	Ações em Poder de Tercelária	-	-		
Dividendos Sociais e Teóricos	-	-	Dividendos Sociais e Teóricos	-	-		
Outros Cotas a Pagar	-	-	Outros Cotas a Pagar	-	-		
Participação Líquida	-	-	Participação Líquida	-	-		
Capital Social	-	-	Capital Social	-	-		
Reservas	-	-	Reservas	-	-		
Ações em Poder de Tercelária	-	-	Ações em Poder de Tercelária	-	-		
Dividendos Sociais e Teóricos	-	-	Dividendos Sociais e Teóricos	-	-		
Outros Cotas a Pagar	-	-	Outros Cotas a Pagar	-	-		
Participação Líquida	-	-	Participação Líquida	-	-		
Capital Social	-	-	Capital Social	-	-		
Reservas	-	-	Reservas	-	-		
Ações em Poder de Tercelária	-	-	Ações em Poder de Tercelária	-	-		
Dividendos Sociais e Teóricos	-	-	Dividendos Sociais e Teóricos	-	-		
Outros Cotas a Pagar	-	-	Outros Cotas a Pagar	-	-		
Participação Líquida	-	-	Participação Líquida	-	-		
Capital Social	-	-	Capital Social	-	-		
Reservas	-	-	Reservas	-	-		
Ações em Poder de Tercelária	-	-	Ações em Poder de Tercelária	-	-		
Dividendos Sociais e Teóricos	-	-	Dividendos Sociais e Teóricos	-	-		
Outros Cotas a Pagar	-	-	Outros Cotas a Pagar	-	-		
Participação Líquida	-	-	Participação Líquida	-	-		
Capital Social	-	-	Capital Social	-	-		
Reservas	-	-	Reservas	-	-		
Ações em Poder de Tercelária	-	-	Ações em Poder de Tercelária	-	-		
Dividendos Sociais e Teóricos	-	-	Dividendos Sociais e Teóricos	-	-		
Outros Cotas a Pagar	-	-	Outros Cotas a Pagar	-	-		
Participação Líquida	-	-	Participação Líquida	-	-		
Capital Social	-	-	Capital Social	-	-		
Reservas	-	-	Reservas	-	-		
Ações em Poder de Tercelária	-	-	Ações em Poder de Tercelária	-	-		
Dividendos Sociais e Teóricos	-	-	Dividendos Sociais e Teóricos	-	-		
Outros Cotas a Pagar	-	-	Outros Cotas a Pagar	-	-		
Participação Líquida	-	-	Participação Líquida	-	-		
Capital Social	-	-	Capital Social	-	-		
Reservas	-	-	Reservas	-	-		
Ações em Poder de Tercelária	-	-	Ações em Poder de Tercelária	-	-		
Dividendos Sociais e Teóricos	-	-	Dividendos Sociais e Teóricos	-	-		
Outros Cotas a Pagar	-	-	Outros Cotas a Pagar	-	-		
Participação Líquida	-	-	Participação Líquida	-	-		
Capital Social	-	-	Capital Social	-	-		
Reservas	-	-	Reservas	-	-		
Ações em Poder de Tercelária	-	-	Ações em Poder de Tercelária	-	-		
Dividendos Sociais e Teóricos	-	-	Dividendos Sociais e Teóricos	-	-		
Outros Cotas a Pagar	-	-	Outros Cotas a Pagar	-	-		
Participação Líquida	-	-	Participação Líquida	-	-		
Capital Social	-	-	Capital Social	-	-		
Reservas	-	-	Reservas	-	-		
Ações em Poder de Tercelária	-	-	Ações em Poder de Tercelária	-	-		
Dividendos Sociais e Teóricos	-	-	Dividendos Sociais e Teóricos	-	-		
Outros Cotas a Pagar	-	-	Outros Cotas a Pagar	-	-		
Participação Líquida	-	-	Participação Líquida				

H. ALBERT

SECRETARIA LIDER DOZ
CONCORDIA DO BEM-ESTAR DA
CIVILIZACAO DO HUMANISMO

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 06 DE MARÇO DE 2009 Ocorrendo em Local: Auditório da Faculdade de Engenharia de Ilheus, às 18h00 horas, na sede social da Companhia, localizada à Rua Beneditina nº 74, 1º Andar, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Corroborando: O Edital de convocação foi publicado no "Diário Oficial da União" nos dias 02, 03 e 11 de março de 2009, nas páginas 140, 125 e 931, respectivamente, e no "Jornal Vermelho Econômico" nos dias 03, 04 e 11 de março de 2009, nas páginas 10, 11 e 12, respectivamente.

Participaram: Presidente: Sr. Roberto de Almeida; Vice-Presidente: Sr. Demostenes Bolognini; Representantes dos consórcios

dos segmentos independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, foram aprovados por maioria simples (6 de 17 votos) em 22, 23, 24, 25 e 26 de fevereiro de 2010 do "Journal Value Connectivo", e nos plebiscitos 45, 46 e 47 de agosto de 2010 no âmbito do "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro" em nome do Lei nº. 6.049/2010 e demais normativas do Suplemento Diário de Serviços Públicos, Freepress, Frontalistas de corporações representando mais de 2/3 (dois terços) do capital social da Companhia, conforme atas lavradas constantes no Livro de Registro de Presenças de Assembleia de Confiaristas. Pretende ainda o Sr. Eduardo Sérgio de Souza Corrêa Mendes, representante do Conselho Fiscal da Companhia e do Comitê de Auditoria, em nome do Conselho Fiscal da Companhia e do Comitê de Auditoria, em nome do Conselho Fiscal da Companhia, para por sua vez, em nome do Conselho Fiscal da Companhia, solicitar a aprovação do Relatório de Administração e dos

[illegible]

170 OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmado e Rubricado
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ, Tel: 2515-1000, Fax: 2515-1000

Cartório e dou-ve que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado. Cod: XXXXXXX8893. Dat: por: 1.33
Rio de Janeiro, 27 de Maio de 2014. Ser: 1344005

Geovani Alves Cunha - Aut. Total : 5.86

ENAB-57237 S/A Consultar em <https://www.tjri.jus.br/sitrepulico>



CARTÓRIO DO 17º

Geovani Alves Cunha
Cunha
Escrivente

OJ 0984764319
210/24661099 RJ
At 20/3 Lei 6.538/91

OFÍCIO DE NOTAS

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Figueiredo
Rua do Carmo 65 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel.:
at 20/3 Lei 6.538/91

Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado. Cod: X00000068697. Cont: por: : 4,35
Serventia : 1,53
Total : 5,86

Rio de Janeiro, 27 de maio de 2014.

Geovani Alves Cunha - Aut.
FEB-5/736 OJX Canaute em https://www3.tjrr.jus.br/sitepublico

[illegible]

Art. 6º Entende-se Lista de membros do Conselho Fiscal, para fins da presente Lei, o rol das assinaturas de identificação nº 012-193-7, expedido pelo SSP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 040.842.839-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Paraná, como titular; e Paulo de Oliveira Medeiros, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, titular do documento de identidade nº 6.610-510-5, expedido pela SSP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 040.083.319-35, residente e domiciliado na Cidade do São Paulo, Estado do Rio de Janeiro, como suplente; [§] Rômulo José Ignácio Teixeira, brasileiro, casado, empresário, titular do documento de identidade nº 1.102-795, expedido pela SSP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 344.391.587-54, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como suplente; [§] Marcelo Medeiros, brasileiro, casado, empresário, titular do documento de identidade nº 7420522, expedido pela SSP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 000.080.260-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular; e Luis Gonzaga Fideles, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade nº 14.400-5, conhecido pela CNRG, inscrito no CPF sob o nº 330.410.147-51, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como suplente; e [§] Ricardo Sérgio de Souza Gonçalves Junior, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade nº 326.233-3, expedido pela DPFRJ, inscrito no CPF sob o nº 000.000.000-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular; e [§] Nuno de Almeida Bezerra, brasileiro, divorciado, empresário, proprietário de empresa, titular do documento de identidade nº 3469379-3, expedido pela IFPRRJ, inscrito no CPF sob o nº 372.112.637-43, residente e domiciliado na Cidade do São Paulo, Estado do São Paulo, como suplente; A publicação de Desenvolvimento de Produto relativo aos procedimentos que não integram a Administração da Companhia foi publicada nos editores do "Jornal Valor Econômico" (edição nacional), nos dias 11 e 12 de março de 2008, nas páginas C3 e C2, respectivamente. Os membros do Conselho de Administração são eleitos por prazo de mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2010, prorrogando-se em seus corpos até a ocorrência dos fatos herein-vistos. A posse dos membros do Conselho de Administração deu-se mediante assinatura do respectivo termo no livro de registro do Administrador da Companhia, tendo sido encaminhado ao Conselho de Administração, bem como os respectivos atos, de acordo com as vigências de sua eleição, podendo ser aprovados pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Os conselheiros ou eleitores detêm uma cota-parte fixada em nenhum caso que dá direito de desenvolver atividade econômica, a saber, não podem habilitar-se para atuar nos termos de lei- Os Conselheiros eleitos declaram, por fim, que preenchem os requisitos previstos nas Resoluções nº 00/2001 – 1309/2003, emitidas do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP/Resolução nº 000/2001, para uniciedade, e reconhecimento global do balanço consolidado referente a 2008, do qual se trata a seguinte situação financeira: Saldo Ativo Líquido (ativo líquido + provisões técnicas) de R\$ 5.730.000,00 (cinco milhões, setecentos e trinta reais). De demonstrações da Companhia devendo receber dos seguradores, por força do artigo 146, inciso II, da Lei 6.042 de 16 de dezembro de 1998, [§] [nome], cujo endereço é: [§] [Rua] ex. designação de diretores Suplementares nomeadas a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, de seguintes formas: (a) Renato de Sá Aguiar Neto Diretor executor responsável administrativo-financeiro e Diretor executivo responsável pelo gerenciamento econômico e gerencialmente das normas e procedimentos de contratação; (b) Roberto Carlos Lygia Diretor Designado responsável pelo relacionamento com a SUSEP e Diretor Designado responsável pelo atendimento à [§] [nome]; (c) [§] [nome]/[§] [nome] Diretor Designado responsável pelo atendimento às demandas legais e regulatórias da SUSEP; e [§] [nome] Diretor Designado responsável pelas atividades operacionais internas da Companhia e Diretor Designado responsável financeiro. Por fim, foram elenca, por uniciedade, na forma do §º do art. 101 da Lei nº 6.042/93, e pelas atas societárias, os seguintes membros para compor o Conselho Fiscal da Companhia: (I) Raphael de Almeida Brasileiro, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº 087.508.37-1, expedido pela DPFRJ, inscrito no CPF sob o nº 088.271.503-11, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular; e Manoela Tadeia Di Giorgio, brasileira, separada, administradora de empresas, titular do documento de identidade nº 3.783.417-3, expedido pela SSP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 049.044.336-87, residente e domiciliado na Cidade do São Paulo, Estado do São Paulo, como titular; e Thiago Antônio Marques, brasileiro, casado, empresário, titular do documento de identidade nº 14110-6, expedido pela SSP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 390.818.195-67, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular; e Alberto Bresser Bastianelli Filho, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº 045.112.87-2, expedido pela DPFRJ, inscrito no CPF sob o nº 067.413.708-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular; e [§] Raynaldo Roberto Clementino da Costa, brasileiro, casado, contador, titular do documento de identidade nº U939232-9, expedido pela CRC-AJ, inscrito no CPF sob o nº 388.058-47-02, residente e domiciliado no Quilombo da Glória, Estado do Rio de Janeiro, como titular; e UP [§] [nome], conhecido também como UP [§] [nome], conhecido também como UP [§] [nome], titular do documento de identidade nº 8.777.344, expedido pela SSP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 063.928.826-10, residente e domiciliado na Cidade do São Paulo, Estado do São Paulo, como suplente. Os estatutos governam tal fato, por uniciedade, que a recondução exigida aos conselheiros titulares do Conselho Fiscal para o ano de 2008, será de 10% de aumento que, em razão da ausência dos estatutos de Companhia, tem prazo de 30 dias do art. 182 da Lei nº 6.042/93. Os membros do Conselho Fiscal são eleitos pelos votos de maioria até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no exercício de 2010. A posse dos membros do Conselho Fiscal deu-se mediante assinatura do respectivo termo no Livro de Atas do Conselho Fiscal da Companhia. Os membros do Conselho Fiscal são eleitos diretamente por unanimidade de quem a maioria de suas eleições decorre da aprovação da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, sendo que os demais membros são eleitos por voto secreto, adotando assim uma votação secreta, permitindo-se assim a existência de um sistema eleitoral secreto, por fim, que produziram os resultados previstos nas Resoluções nº 00/2001 – 1309/2003, emitidas do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. Em Assembleia Geral Ordinária: (1) Aprova, por unanimidade, a inclusão do §º 1º e 2º desta Lei;

[illegible]

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Fiuvo 011, Sala 158 RJ
 Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 4107-0930 ou 8.335194

Cartório do 17º Ofício de Notas - RJ
 Geovani Alves
 Cunha
 Escrevente
 CTPS nº 44919

Declaro e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado. Cod: X00000088891. Contr. por: : 4,53
 Rio de Janeiro, 27 de Maio de 2014. Serventia : 1,53
 36% TFPJUCOS : 5,86
 Total : 11,92

Geovani Alves Cunha Aut.

EAQB-57235 NHU Consulte em <https://www3.tribj.jus.br/sitepublico>

[illegible][illegible][illegible]

SIN. ANGELO S.J.
CNPS 20707 14/0001787
RIA DA REUNIAO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZA-
DA EM 4 DE ABRIL DE 2012, LAVRADA NA FORMA DE SU-
MARIO, CANCELADO: Arquivo da JUCERJA em 09.01.12 sob o n.
2278074. Valeria G.M. Sora - Secretária Geral.

[illegible]

SESSÃO DA LIDERANÇA DOS CONDOMÍNIOS
DE SÃO CARLOS - SP
 Nº 02/JAR nº 08-248.004/2011-04 - Nº 13.3.0023478-6

ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADAS EM 29 DE MARÇO DE 2011.
 Hora e Local: As 20h e 30min (horário) do mês de março de 2011, às 18h00 horas, no salão de festas do condomínio, Rua Senador Dantas nº 74, 3º andar (Jardim), Centro, Município de São Carlos, Estado do Rio de Janeiro. CEP 20111-205. Concomitante, o local de realização foi publicado no "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro", nas edições das datas 10 e 11 de abril de 2011, "Diário Oficial", nas páginas 34 e 35, respectivamente, e no "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro", nas edições das datas 10 e 11 de abril de 2011, nas páginas 812, 813 e 814, respectivamente. Publicações eletrônicas: O "Diário de Administração" do Condomínio pelas páginas 10 e 11, respectivamente, dos números das edições independentes, no Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, referentes ao período anterior às 21h 20 minutos do dia 2011, foram publicadas no edição do dia 28 de março de 2011 do "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro", nas páginas 85, 86, 87, 88 e 89 no "Diário Oficial Eletrônico", nas páginas 86, 85 e 87, tudo no fúmi nº 18.8.444/09 e demais publicações do Supercondomínio dos Espelhos Privados. Presença: Presença de 46 condôminos representando mais de 2/3 (dois terços) do capital social do condomínio, conforme o artigo 1.333 do Código de Lei do Condomínio em vigor, na Assembleia da Condomínio, realizada às 20h e 30min.

 **Imprensa Oficial**
do Estado de São Paulo

Humberto Zagar Paulo Marcos
Diretor - Presidente

João Marcelo Pires
Diretor - Administrativo

Marcelo Abella de Oliveira
Diretor Administrativo-Financieiro

[illegible]

PUBLICAÇÕES A PEDIDO

ASSINATURAS SEMESTRAIS DO DIÁRIO OFICIAL	
ASSINATURA NORMAL	R\$ 799,00
ASSINADOS E ESTABELECIDOS	R\$ 129,00 (*)
ÓRGÃOS PÚBLICOS (Federação, Estadual, Municipal)	R\$ 109,00 (*)
FUNDAÇÕES PÚBLICAS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 109,00 (*)

(*) SOMENTE PARA OS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO E ITABORAÍ.

DIG: As assinaturas são depositadas somente nas sedes das Direções (Funções Públicas) e das Direções (Funções Públicas) e das Direções (Funções Públicas) e das Direções (Funções Públicas).

A Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de qualquer erro ou omissão.

ATENÇÃO: O usuário é responsável por manter atualizado o cadastro de dados.

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Rua Professor Newton Cavalcanti, 200 - Maracanã, RJ - CEP 20.090-280. Tel.: (0xx21) 2171-7441 - FAX: (0xx21) 2171-3348

www.imprensaoficial.rj.gov.br

Estado do Rio de Janeiro: Tel.: 0800-284678, das 9h às 18h

17o OFICIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Farias
 Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 210799154 RJ

Original e dou fe que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado. Cód: XXXXXXX88990. Cont. 08/01/14

Rio de Janeiro, 27 de maio de 2014.

Geovani Alves Cunha - Aut.

EPBB-57234 Foi Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitpublico>

CARTÓRIO DO 17º	
Geovani Alves	01 Escrivente
Cunha	210799154 RJ
	Sob. 158 RJ
	At. 2013 Lei 6.959/94
OFÍCIO DE NOTAS	

Ar. 2013 Lei 6.959/94	: 4.33
Serventia	: 1.53
36x 10+FUNDS	: 5.86
Total	

17º OFÍCIO DE NOTAS / Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-2007

Declaro e certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado. Cod: X00000083897. Conf. por: _____
Rio de Janeiro, 27 de maio de 2014.

CARTÓRIO DO 17º
Geovani Alves
Cunha
Escrivente
CTPS nº 64019
Série 156 RJ
OFÍCIO DE NOTAS - RJ

Geovani Alves Cunha - Aut.
Total : 4,35
SxZ T3+FLN005 : 1,53
Total : 5,88
EAB-57225 OK Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitpublico>

17o OFICIO DE NOTAS
 Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2106-9800 Sãos 158 RJ
 Art. 20 § 3º Lei 8.935/94

Cartório do 17º
 Geovani Alves
 Cunha
 Escrevente

Original e dou fe que a presente cópia é a reprodução
 original que foi apresentado. Cod: XXXXXXX88888. Conf. por:
 Rio de Janeiro, 27 de maio de 2014.

Serventia : 4,33
 36% IOFLUROS : 1,53
 Total : 5,86

Geovani Alves Cunha - Aut.
 EABR-57224 UH consulte em <https://maas.tirj.jus.br/sitpublico>

OFICIO DE NOTAS - RJ

SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/SE 780-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa da advogada **KELLY CHRYSTIAN SILVA SANTANA**, inscrito na OAB/SE sob o nº 2592, com escritório na RUA PACATUBA, N.º 254, SALA 210, CENTRO. ARACAJU/SE, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **ROSANGELA SANTANA DE JESUS**, em curso perante a **2ª VARA CÍVEL** da comarca de **LAGARTO**, nos autos do Processo nº 00069861820168250040.

Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 2017.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/SE 780-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

03/02/2017

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico e dou fé que a contestação retro foi interposta tempestivamente.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

03/02/2017

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

06/02/2017

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

I- Intime-se o requerente, pela imprensa, para, em 15(quinze) dias, manifestar-se acerca do petitório de 03/02/2017.
II Após o decurso do aludido prazo, com ou sem manifestação, certifique-se e volvam conclusos. Lagarto/SE, de 2017.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim

Decisão ou Despacho

Processo nº: 201654101421

I- Intime-se o requerente, pela imprensa, para, em 15(quinze) dias, manifestar-se acerca do petitório de 03/02/2017.

II – Após o decurso do aludido prazo, com ou sem manifestação, certifique-se e volvam conclusos.

Lagarto/SE, de 2017.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

09/03/2017

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico que decorreu o prazo sem manifestação da parte requerente.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

09/03/2017

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

14/03/2017

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Mandado/Carta nº 201654106702, de modalidade AR-Digital, devolvido ao cartório nesta data.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não

DESTINATÁRIO
 SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO
 DPVAT S/A
 RUA SENADOR DANTAS, , CENTRO - 20031205 - RIO
 DE JANEIRO - RJ



AR596604905SG



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR - Centralizador Regional

JJ

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (OU INFORMAÇÕES DE INTERESSE DO CLIENTE - OPCIONAL)

Relatante ao processo de nro. 201654101421 e mandado nro. 201654106702 (Estrônico)

TENTATIVA DE ENTREGA		MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO	RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO
1ª	/ / h	<input type="checkbox"/> 1. Indicação <input type="checkbox"/> 2. Endereço insuficiente <input type="checkbox"/> 3. Endereço incorreto <input type="checkbox"/> 4. Endereço não encontrado <input type="checkbox"/> 5. Outros	<input type="checkbox"/> 5. Recusado <input checked="" type="checkbox"/> 6. Não Procurado <input type="checkbox"/> 7. Ausente <input type="checkbox"/> 8. Falecido
2ª	/ / h		
3ª	/ / h		
ASSINATURA DO RECEBEDOR		29 NOV 2016 Renato Lima de Oliveira RG: 20.883.902-9 - DETRAN	DATA DE ENTREGA
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR			Nº DOQ. DE IDENTIDADE

R. Júnior
 8.956.534-7



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

08/04/2017

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Considerando a inexistência de procuração por parte do requerente, determino a sua intimação, pela imprensa, para que regularize a sua representação processual, no prazo de 10 dias. Transcorrido o prazo, com ou sem resposta, certifique-se. Após, à conclusão. Lagarto/SE, de 2017.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim

Decisão ou Despacho

Processo nº: 201654101421

Considerando a inexistência de procuração por parte do requerente, determino a sua intimação, pela imprensa, para que regularize a sua representação processual, no prazo de 10 dias, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito

Transcorrido o prazo, com ou sem resposta, certifique-se.

Após, à conclusão.

Lagarto/SE, de 2017.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

27/04/2017

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Emenda da Inicial realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: NATÁLIA MARIA FONTES VASCONCELOS - 9273}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Bela. NATÁLIA MARIA FONTES VASCONCELOS
ADVOGADA OAB/SE 9273



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2º
VARA CÍVEL DA COMARCA DE LAGARTO – SERGIPE**

Processo nº 201654101421

Rosangela Santana de Jesus, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem, mui respeitosamente, à preclara presença de Vossa Excelência, em obediência ao último despacho exarado, emendar a inicial, juntando aos autos Substabelecimento.

No mais, requer o prosseguimento do feito.

Nestes Termos,

Pede e espera deferimento.

Lagarto/SE, 27 de abril de 2017.

NATÁLIA MARIA FONTES VASCONCELOS
OAB/SE 9273

Borges & Oliveira

Advocacia e Assessoria

SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, com reserva de poderes, Dr. Natália Maria Fortes Soares, advogada, inscrito na OAB/SE N.º 9273, os poderes que me foram conferidos por Regângela Gantama de Jesus, nos autos do processo n.º 20165414/4, podendo praticar todos os atos mencionados no instrumento procuratório original.

Lagarto/SE, 30 de Novembro de 2016.

Paula Cristina da S. Oliveira
PAULA CRISTINA DA SILVEIRA OLIVEIRA

OAB/SE N.º 9878



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

27/04/2017

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

17/05/2017

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

No dia 08/04/2017, fora determinado que a parte requerente colacionasse procuração. No entanto, no dia 27/04/2017, a Adv. Natália Maria Fontes Vasconcelos, OAB/SE 9273, apresentou apenas substabelecimento com reserva de poderes. Cadastre-se, também, a dra. Paula Cristina da Silveira Oliveira, OAB/SE 9878, como advogada da parte autora. Após, pela última vez, determino que, no prazo de 05 (cinco) dias, as causídicas apresentem a procuração de Rosangela Santana de Jesus outorgando-lhes poderes para representa-la nesta demanda, sob pena de extinção do feito. Lagarto/SE, 16 de maio de 2017.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim

Decisão ou Despacho

Processo nº: 201654101421

No dia 08/04/2017, fora determinado que a parte requerente colacionasse procuração. No entanto, no dia 27/04/2017, a Adv. Natália Maria Fontes Vasconcelos, OAB/SE 9273, apresentou apenas substabelecimento com reserva de poderes.

Cadastre-se, também, a dra. Paula Cristina da Silveira Oliveira, OAB/SE 9878, como advogada da parte autora.

Após, pela última vez, determino que, no prazo de 05 (cinco) dias, as causídicas apresentem a procuração de **Rosangela Santana de Jesus** outorgando-lhes poderes para representa-la nesta demanda, sob pena de extinção do feito.

Lagarto/SE, 16 de maio de 2017.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

18/05/2017

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

AGUARDANDO PRAZO DE 5 DIAS

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

26/05/2017

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico e dou fé que decorreu o prazo sem apresentação da procuração a que alude o despacho retro, razão pela qual faço estes autos conclusos.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

26/05/2017

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA Cível DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

26/05/2017

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: NATÁLIA MARIA FONTES VASCONCELOS - 9273}

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL
DA COMARCA DE LAGARTO – SERGIPE**

Processo nº 201754101421

Rosangela Santana de Jesus, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem, mui respeitosamente, à preclara presença de Vossa Excelência, juntar aos autos procuração.

Nestes Termos,

Pede e espera deferimento.

Lagarto/SE, 26 de maio de 2017.

NATÁLIA MARIA FONTES VASCONCELOS

OAB/SE 9273

Borges & Oliveira

Advocacia e Assessoria

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE:

Rosângela Santana de Jesus, brasileira, maior
capoz, portadora do RG 3.139.072-2 e CPF 029.
444.605-28, residente e domiciliada no Resi-
dencial Kaptiva, Rua H, 144, Capoto-SE

OUTORGADA: Dr(a) PAULA CRISTINA DA SILVEIRA OLIVEIRA, brasileira,
casada, advogada, inscrita na OAB-SE sob nº 9878 e JORGE
WHELITON MIRANDA BORGES JUNIOR, brasileiro, casado, advogado,
inscrito na OAB/SE sob nº 434-B com endereço profissional na Praça Rui
Mendes, 36 - Centro.

PODERES: por este instrumento particular de procuração, constituo minha
bastante procuradora a outorgada, concedendo-lhes os poderes da
cláusula *ad iudicia et extra*, para o foro em geral, e especialmente para:
PROPOR AÇÃO Ordinária podendo, portanto, promover quaisquer medidas
judiciais ou administrativas, em qualquer instância, assinar termo,
substabelecer com ou sem reserva de poderes, e praticar ainda, todos e
quaisquer atos necessários e convenientes ao bom e fiel desempenho deste
mandato, dando tudo por bom, firme e valioso.

PODERES ESPECÍFICOS: A presente procuração outorga a Advogada acima
descrita, os poderes para, em nome do outorgante, receber citação,
confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir,
renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação,
firmar compromisso, pedir à justiça gratuita e assinar declaração de
hipossuficiência econômica (Em conformidade com a norma do art. 105
do NCPC15)

Os poderes específicos acima outorgados poderão ser substabelecidos.

Capoto 24 de maio de 2017

Rosângela Santana de Jesus



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

08/06/2017

MOVIMENTO:

Outras Informações

DESCRIÇÃO:

Perícia solicitada via Sistema de Agendamento de Perícias Judiciais, para manifestação de interesse do perito.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA Cível DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

10/06/2017

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Ante o expendido, declaro saneado o feito e, por conseguinte, fixo como pontos controvertidos a serem elucidados durante a instrução: a) a extensão das lesões sofridas pelo autor; b) a existência de valor a ser recebido tendo em vista o grau da lesão e o montante. As questões acima referidas demandam a realização de prova pericial, a qual foi requerida pela requerida. Tendo em vista a necessidade de perícia médica para o deslinde do feito, nomeio, desde já, o Perito José Antônio de Andrade Goes Filho, Médico Ortopedista, para a realização do exame. As partes devem ser intimadas para comparecerem, no dia 22 de agosto de 2017, das 09 horas às 10h30min, ao Setor de Perícias deste Tribunal de Justiça, na Av. Presidente Tancredo Neves, s/n, Capucho, Aracaju-SE, onde será realizada a perícia. Fixo os honorários periciais no importe de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais) a ser pago pela parte ré, mediante depósito em juízo, por ter sido esta quem requereu a realização da perícia. Intime-se a parte requerida, pela imprensa e eletronicamente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresente quesitos e indique assistentes técnicos. Decorrido o prazo para manifestação das partes, deve a Secretaria certificar se houve eventual manifestação e intimar o perito para, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da data designada para o exame, enviar a este Juízo o respectivo PARECER TÉCNICO. Apresentado o laudo, intemem-se as partes para, no prazo de 15(quinze) dias, manifestarem-se sobre as conclusões do perito. Com ou sem as manifestações, volvam os autos conclusos. Lagarto/SE, 10 de junho de 2017.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim

Processo nº: 201654101421

ROSANGELA SANTANA DE JESUS, representado por Procurador legalmente habilitado, ajuizou AÇÃO DE COBRANÇA DAS DIFERENÇAS DE SEGURO OBRIGATÓRIO, em face da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT, também qualificada, alegando, em suma, que, em razão de acidente de trânsito, não recebeu, a título de indenização, qualquer valor determinado pela lei nº 6.194/74, pois, de acordo com a tese autoral, a indenização chegaria ao importe de R\$13.500,00.

Diante disso, o demandante ingressou em Juízo com o escopo de receber da demandada a diferença da mencionada indenização. Juntou procuração, documentos pessoais, relatório médico, boletim de ocorrência, entre outros documentos.

Devidamente citada, a demandada apresentou sua contestação no dia 03/02/2017, alegando, preliminarmente, a ausência de capacidade postulatória da autora em razão de falta de procuração nos autos. No mérito, asseverou a constitucionalidade da Lei 11.945/2009 e a graduação da invalidez. Defendeu a necessidade de realização de exame pericial. Fez ainda, referência aos juros legais e à correção monetária. Ao final, pleiteou a improcedência do pedido autoral.

A réplica deixou de ser apresentada, conforme certidão do dia 09/03/2017.

Apresentação de procuração pela advogada da autora, em 26/05/2017.

São os fatos relevantes dos autos. DECIDO.

A parte requerida, em sua contestação, arguiu a ausência de capacidade postulatória da parte autora, entretanto, a sua representação foi devidamente saneada no feito, não havendo fundamento para acolhimento da preliminar discutida, motivo pelo qual indefiro a questão preliminar suscitada.

DO SANEAMENTO DO FEITO

Ante o expandido, declaro saneado o feito e, por conseguinte, fixo como pontos controvertidos a serem elucidados **durante a instrução: a)** a extensão das lesões sofridas pelo autor; **b)** a existência de valor a ser recebido tendo em vista o grau da lesão e o montante.

As questões acima referidas demandam a realização de prova pericial, a qual foi requerida pela requerida.

Tendo em vista a necessidade de perícia médica para o deslinde do feito, nomeio, desde já, o **Perito José Antônio de Andrade Goes Filho**, Médico Ortopedista, para a realização do exame.

As partes devem ser intimadas para comparecerem, no dia 22 de agosto de 2017, das 09 horas às 10h30min, ao Setor de Perícias deste Tribunal de Justiça, na Av. Presidente Tancredo Neves, s/n, Capucho, Aracaju-SE, onde será realizada a perícia.

Fixo os honorários periciais no importe de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais) a ser pago pela parte ré, mediante depósito em juízo, por ter sido esta quem requereu a realização da perícia.

Intime-se a parte requerida, pela imprensa e eletronicamente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresente quesitos e indique assistentes técnicos.

Decorrido o prazo para manifestação das partes, deve a Secretaria certificar se houve eventual manifestação e intimar o perito para, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da data designada para o exame, enviar a este Juízo o respectivo PARECER TÉCNICO.

Apresentado o laudo, intmem-se as partes para, no prazo de 15(quinze) dias, manifestarem-se sobre as conclusões do perito.

Com ou sem as manifestações, volvam os autos conclusos.

Lagarto/SE, 10 de junho de 2017.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

21/06/2017

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico e dou fé que decorreu o prazo de 05 dias sem apresentação de quesitos nem assistente técnico

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

06/07/2017

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico e dou fé que entrei em contato com a Coordenadoria de Perícias do TJ para solicitar informações acerca do andamento da perícia solicitada em 08/06/2017, e falando com o Sr Ledilson o mesmo constatou que a perícia não fora marcada efetivamente, sendo que o SCP foi alimentado automaticamente e que a informação de que não seria possível a realização da mesma, por falta de orçamento, só constou no relatório da Coordenadoria. Sendo assim, o mesmo informou ser necessário novo agendamento.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

06/07/2017

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA Cível DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

29/08/2017

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Tendo em vista o teor da certidão retro, aguarde-se a disponibilização orçamentária para marcação de perícia.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário do Estado de Sergipe
2ª Vara Cível de Lagarto

Nº Processo 201654101421 - Número Único: 0006986-18.2016.8.25.0040

Autor: Rosangela Santana de Jesus

Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Tendo em vista o teor da certidão retro, aguarde-se a disponibilização orçamentária para marcação de perícia.



Documento assinado eletronicamente por **Edinaldo Cesar Santos Junior, Juiz de 2ª Vara Cível de Lagarto**, em 29/08/2017, às 22:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2017001232949-57**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

04/09/2017

MOVIMENTO:

Outras Informações

DESCRIÇÃO:

Cancelamento da solicitação de perícia de sequência 1 da especialidade Ortopedia. Motivo: remarcar

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

04/09/2017

MOVIMENTO:

Outras Informações

DESCRIÇÃO:

Perícia da especialidade Ortopedia solicitada via Sistema de Agendamento de Perícias Judiciais, para manifestação de interesse do perito.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

09/09/2017

MOVIMENTO:

Outras Informações

DESCRIÇÃO:

Perícia agendada para o dia 06/10/2017 entre 08:00 às 10:00 hs por ordem de chegada, para o perito Paulo Cândido de Lima Junior. Endereço: Av. Gonçalo Prado Rollembergue, 460, Prontoclínica, São José, Aracaju-SE.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

13/09/2017

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico e dou fé que, na presente data, cadastrei a advogada da parte requerida, a Bela. KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ -- 2592/SE, razão pela qual, republiquei o despacho de 10/06/2017, a fim de intimá-la acerca do teor deste.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

13/09/2017

MOVIMENTO:

Ato Ordinatório

DESCRIÇÃO:

Intimem-se as partes acerca da Perícia agendada para o dia 06/10/2017 entre 08:00 às 10:00 hs por ordem de chegada, para o perito Paulo Cândido de Lima Junior. Endereço: Av. Gonçalo Prado Rollembergue, 460, Prontoclínica, São José, Aracaju-SE. Fixo os honorários periciais no importe de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais) a ser pago pela parte ré, mediante depósito em juízo, por ter sido esta quem requereu a realização da perícia. Intime-se a parte requerida, pela imprensa e eletronicamente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresente quesitos e indique assistentes técnicos.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

18/09/2017

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE LAGARTO/SE

Processo: 00069861820168250040

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ROSANGELA SANTANA DE JESUS**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho proferido por este Juízo, apresentar os seus quesitos.

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando o vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

LAGARTO, 18 de setembro de 2017.

JOÃO BARBOSA
OAB/SE 780-A

KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ
OAB/SE 2592



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

19/09/2017

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE LAGARTO/SE

Processo n.º 00069861820168250040

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., já devidamente qualificado nos autos, inconformada, *data máxima vênia*, com a R. Decisão proferida nos autos da **Ação de Cobrança de Seguro DPVAT**, que lhe promove **que lhe promove ROSANGELA SANTANA DE JESUS**, em atendimento ao despacho publicado de fls. vem pronunciar-se a respeito dos honorários periciais ora em debate.

De acordo com petição protocolada pelo perito nomeado, fora apresentada uma proposta de R\$ 788,00, de honorários periciais, contudo, este valor não reflete a remuneração mais adequada pelo serviço que será prestado.

Quanto a isto, a Ré impugna expressamente, haja vista que o importe estipulado pelo mesmo é exorbitante, e incompatível com o caso em questão.

Percebe-se claramente que o **princípio da proporcionalidade** não está sendo observado, pois, não há dúvidas quanto à baixa complexidade do trabalho a ser realizado, razão pela qual a Ré informa que não concorda com a referida proposta de honorários, vez que a monta afigura-se **EXORBITANTE** se comparada ao proporcional labor a ser desenvolvido.

Assim, caso seja mantido o valor dos honorários fixados, acarretará um verdadeiro julgamento prévio do mérito, tendo em vista que se for condenada a Ré terá que desembolsar os honorários periciais mais a indenização requerida.

Há que se considerando ainda, a prática neste Tribunal quanto a fixação de honorários não superiores a quantia máxima de **R\$ 434,40 (quatrocentos e trinta e quatro reais e quarenta centavos)** conforme dispõe o Ato nº 390/2011.

Assim, a parte Ré **impugna os honorários periciais arbitrados em R\$ 788,00, requerendo que seja arbitrado valor condizente com o grau de complexidade do serviço a ser realizado.**

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

LAGARTO, 18 de setembro de 2017.

JOÃO BARBOSA
OAB/SE 780-A

KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ
OAB/SE 2592



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

19/09/2017

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico e dou fé que a parte requerida apresentou quesitos tempestivamente conforme juntada da petição em 18/09/2017. Certifico ainda, que tendo em vista a juntada da petição retro, pela parte requerida, faço os presentes autos conclusos.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA Cível DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

19/09/2017

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

27/09/2017

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Intime-se a parte autora, pela imprensa, a fim de que no prazo de 05 dias, apresente manifestação acerca apresentada pelo requerido, em 19/09/2017. Transcorrido o prazo, com ou sem manifestação, à conclusão.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário do Estado de Sergipe
2ª Vara Cível de Lagarto

Nº Processo 201654101421 - Número Único: 0006986-18.2016.8.25.0040

Autor: Rosangela Santana de Jesus

Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Intime-se a parte autora, pela imprensa, a fim de que no prazo de 05 dias, apresente manifestação acerca apresentada pelo requerido, em 19/09/2017.

Transcorrido o prazo, com ou sem manifestação, à conclusão.



Documento assinado eletronicamente por **ELIEZER SIQUEIRA DE SOUSA JUNIOR, Juiz(a) de 2ª Vara Cível de Lagarto**, em 27/09/2017, às 10:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2017001489798-60**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

03/10/2017

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: NATÁLIA MARIA FONTES VASCONCELOS - 9273}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Bela. NATÁLIA MARIA FONTES VASCONCELOS
ADVOGADA OAB/SE 9273



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(ÍZA) DE DIREITO
DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE LAGARTO – SERGIPE**

Processo nº 201654101421

Rosangela Santana de Jesus, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, por conduto da sua advogada, constituída e qualificada nos termos do instrumento procuratório incluso, vem, mui respeitosamente, em atendimento ao retro, informar que concorda com o valor arbitrado a título de honorários, tendo em vista se tratar de um valor razoável a ser pago a profissional qualificado.

A requerente sofreu acidente e conforme todos os documentos anexados aos autos, resta claro que a mesma possui direito a indenização DPVAT, até o momento a mesma não recebeu nenhum valor, sendo certo que a ré será condenada. A ré tem conhecimento do direito da autora, porém a todo momento protelou este pagamento, devendo assim arcar com as custas devidas para a conclusão processual.

No mais, requer a condenação da ré ao pagamento do valor de R\$ 788,00 a título de custas periciais, uma vez que um valor inferior a este será desproporcional ao trabalho realizado por um profissional com qualificação.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Lagarto/SE, 03 de outubro de 2017.

NATÁLIA MARIA FONTES VASCONCELOS
OAB/SE 9273



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

04/10/2017

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

05/10/2017

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Aguarde-se a realização da perícia designada para o dia 06/10/2017. Com a realização e a juntada do laudo pericial, intem-se as partes, pela imprensa, para que, no prazo de 05 dias, apresentem manifestação. Após, com ou sem resposta, à conclusão.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
2ª Vara Cível de Lagarto**

Nº Processo 201654101421 - Número Único: 0006986-18.2016.8.25.0040

Autor: Rosangela Santana de Jesus

Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Aguarde-se a realização da perícia designada para o dia 06/10/2017.

Com a realização e a juntada do laudo pericial, intuem-se as partes, pela imprensa, para que, no prazo de 05 dias, apresentem manifestação.

Após, com ou sem resposta, à conclusão.



Documento assinado eletronicamente por **ELIEZER SIQUEIRA DE SOUSA JUNIOR, Juiz(a) de 2ª Vara Cível de Lagarto**, em 05/10/2017, às 15:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2017001580473-55**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA Cível DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

18/10/2017

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

AGUARDANDO LAUDO

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

24/10/2017

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Perícia Concluída.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

RELATÓRIO DE PERÍCIA MÉDICA

A perícia médica não tem por fim o julgamento de causa, mas sim o fornecimento de provas objetivas para que isso seja bem executado pelo magistrado.

PREÂMBULO

Em resposta a intimação do Excelentíssimo Sr. Juiz , para realização de exame no Sr. **ROSANGELA SANTANA DE JESUS**, brasileira, residente e domiciliado na Av. José R. de Souza, 416 – Lagarto -SE. **Processo 201654101421**.

Perícia realizada no horário apazado, estando o periciando sem acompanhantes, sem assistente técnico das partes.

HISTÓRICO

Os dados abaixo relacionados representam uma síntese de todo o histórico médico de sinais e sintomas, antecedentes, e fatos de interesse para esta perícia, baseado em relato espontâneo do periciando ou interrogação e constatação pelo exame do perito.

HISTÓRIA

A requerente refere ter sido vítima de atropelamento por motocicleta em 2014, sofrendo fratura de punho esquerdo, e fratura de mandíbula. Foi submetida a tratamento cirúrgico na mandíbula. E submetida a tratamento conservador da fratura de punho.

EXAME FÍSICO GERAL E ESPECIALIZADO

GERAL

Periciando (a) com tipo constitucional normolineo, bom estado geral, bem trajado (a), consciente, contactuante, orientado (a) no tempo e no espaço, normocorado (a), hidratado (a), normotenso (a), eupneico (a). As características físicas exibidas são: compatíveis com o sexo, tipo étnico e idade.

ESPECIALIZADO

INSPEÇÃO

Geral

Marcha em atitude normal. Relação normal dos segmentos corporais. Trofismo muscular, simetria, forma e volume articular globalmente preservado. Ausência de máculas e tumorações.

Membros Superiores

Ombro e cotovelo sem deformidades, simétricos e tróficos. Ausência de deformidades em mãos (garra ulnar, botoeira, martelo).

Tronco

Implantação do cabelo normal, escoliose e gibosidades ausentes. Cifoses e lordoses dentro dos padrões da normalidade.

Membros Inferiores

Desvios e angulações de joelhos ausentes no plano coronal e sagital. Arqueamento tibial, alinhamento das pernas, relação dos maléolos, silhueta do pé, arco plantar longitudinal e angulação do retropé dentro dos padrões da normalidade.

PALPAÇÃO

Temperatura e textura cutânea dentro da normalidade; eminências ósseas, ventres musculares e tendões palpáveis com ausência de crepitação, sinais flogísticos ou sinais de ruptura; e tumorações ausentes em membros superiores, membros inferior e tronco.

GRAU DE MOBILIDADE

Membros Superiores

Diminuição mobilidade punho esquerdo.

Tronco

Coluna cervical e coluna toracolumbar (flexo-extensão, rotação e inclinação lateral), sem sinais de limitação da amplitude de movimento.

Membros Inferiores

Quadris (extensão, rotação interna, rotação externa, flexão, abdução e adução); Tibiotársica (dorsiflexão e flexão); Subtalar (inversão e eversão); Mediotársica (adução e abdução); Metatarso-falangeanas (flexão e extensão) e Interfalangeana do hálux (flexão e extensão) com amplitudes de movimento simétricas e sem sinais aparentes de bloqueio articular.

EXAME NEUROLÓGICO

Membros Superiores

Exame de sensibilidade: Sem sinais de déficits de sensibilidade referentes às raízes do plexo braquial; e aos nervos ulnar, mediano e radial. Ausência Sinal Hoffman.

Tronco

Exame de sensibilidade: Sem sinais de déficits de sensibilidade referentes aos dermatomos correspondentes a esta área corporal

Membros Inferiores

Exame de sensibilidade: Sem sinais de déficits de sensibilidade referentes às raízes do plexo lombossacro e cauda equina; e ao nervo safeno (L4), fibular superficial e profundo (L5) e sural (S1). Sinal de Lasegue ausente bilateral, reflexos normais.

Exame muscular: Quadris (flexores adutores, abdutores e extensores); Joelhos (extensores e flexores); Tornozelos e Pés (dorsiflexores, flexores plantares e fibulares) sem sinais aparentes de déficits de força.

EXAME VASCULAR

Membros superiores

Pulsos: apresentando pulso braquial, radial e ulnar presente, simétrico e de boa amplitude.

Sem edema ou sinais de estase venosa nos membros.

Membros Inferiores

Pulsos: apresentando pulso femoral, poplíteo, tibial posterior e do dorso do pé presentes, simétrico e de boa amplitude.

Sem presença de veias varicosas, edema ou sinais de estase venosa.

EXAMES SUBSIDIÁRIOS

Os exames aqui apresentados são os julgados de relevância para o caso, devidamente respaldados por seus executores, podendo ter sido solicitados por outro profissional da área ou por este perito.

Radiografia punho esquerdo: evidenciando fratura intra articular punho esquerdo..

DISCUSSÃO

O texto abaixo versará sobre o caso em questão, levando em conta os dados obtidos pela história clínica, exames subsidiários, e dados relevantes dos autos do periciando, acrescido da impressão e argumentação técnica do perito.

O diagnóstico do periciando é de **fratura de punho esquerdo (Cid: S52), fratura de mandíbula (Cid: S12)**, este laudo será relacionado a fratura de punho esquerdo, sendo a fratura de mandíbula ser analisada por odontólogo buco-maxilo.

CONCLUSÃO

A conclusão aqui obtida foi fruto de um minucioso estudo do caso, acrescido da experiência e conhecimento do perito, baseado na boa prática e literatura médica vigente.

O diagnóstico do periciando é de **fratura de punho esquerdo (Cid: S52), fratura de mandíbula (Cid: S12)**, este laudo será relacionado a fratura de punho esquerdo, sendo a fratura de mandíbula ser analisada por **nova perícia** com odontólogo buco-maxilo.

RESPOSTAS AOS QUESITOS JOÃO BARBOSA:

- 1) Sim. Permanente.
- 2) Não.
- 3) Incapaz.
- 4) Já esgotaram-se.
- 5) Incapaz.
- 6) Parcial 25%, de média repercussão.
- 7) Valor devido: valor totalx25%x50%.

Paulo Candido de Lima Júnior
CREMESE 3726

Membro Titular da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia

BIBLIOGRAFIA

ALCÂNTARA, H. R. **Perícia Médica Judicial**. 2ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

BARROS FILHO, T. E. P. **Exame físico em ortopedia**. São Paulo: Sarvier, 2001.

BUCHOLZ, R. W & HECKMAN, J. D. **Rockwood e Green: fraturas em adultos**. V. 1, 5ª ed. Barueri, São Paulo: Manole, 2006.

CANALE, S. T. **Cirurgia Ortopédica de Campbell**. Revisão Científica Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia (SBOT). Nascimento, F. G (trad.) v.III. 10ª ed. Barueri, São Paulo: Manole, 2007.

CÓDIGO DE ÉTICA MÉDICA. Resolução CFM nº 1246/88 de 08 de janeiro de 1988.

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. Lei nº 5869 de 11 de janeiro de 1973.

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. Lei nº 2848 de 07 de dezembro de 1940.

THOMPSON, J. C. **Atlas de anatomia ortopédica de Netter**. Terezinha Oppido (trad.). Porto Alegre: Artmed, 2004.

HEBERT, S & XAVIER R. et al. **Ortopedia e Traumatologia: princípios e prática**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

HOPPENFELD, S. & BOER, P. **Vias de Acesso em Cirurgia Ortopédica**. 2ª ed. Editora: Manole, 2001.

LOVELL & WINTER. **Ortopedia Pediátrica**. Morrissy, R. & Weinstein, S. L. (org.) Barueri, São Paulo: Manole, 2005.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CIVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

25/10/2017

MOVIMENTO:

Ato Ordinatório

DESCRIÇÃO:

intimem-se as partes, pela imprensa, para que, no prazo de 05 dias, apresentem manifestação acerca do laudo. Após, com ou sem resposta, à conclusão.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA Cível DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

03/11/2017

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE LAGARTO/SE

Processo: 00069861820168250040

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ROSANGELA SANTANA DE JESUS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^a, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à INVALIDEZ PERMANENTE.

Em que pese o caráter social do Seguro Obrigatório DPVAT, o beneficiário legal da indenização tem que, necessariamente, preencher os requisitos legais para recebimento do referido seguro.

Após a análise da documentação fornecida pelo beneficiário legal da indenização é de suma importância, a fim de concluir se o sinistro é indenizável ou não, cumprindo ressaltar que o Seguro Obrigatório DPVAT é alvo dos mais diversos tipos de fraude.

Neste sentido, o sinistro foi cancelado administrativamente, tendo em vista que a parte não cumpriu as exigências da Lei que regula a matéria.

Noutro giro, após a nomeação de perito as partes apresentaram quesitos para que fosse verificado qual o grau de comprometimento da Invalidez apurada.

Nota-se que o i. perito utilizou os critérios de fixação de indenização do ANEXO I da Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ, valor sobre o qual incidiu a repercussão da lesão sofrida a fim de ser fixada o quantum indenizatório. Assim, requer que o N. Magistrado acolha o descrito no laudo apresentado pelo EXPERT PERITO.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

LAGARTO, 1 de novembro de 2017.

JOÃO BARBOSA
OAB/SE 780-A

KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ
OAB/SE 2592



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA Cível DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

06/11/2017

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: NATÁLIA MARIA FONTES VASCONCELOS - 9273}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Bela. NATÁLIA MARIA FONTES VASCONCELOS
ADVOGADA OAB/SE 9273



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(ÍZA) DE DIREITO
DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARACAJU – SERGIPE**

Processo nº 201654101421

Rosangela Santana de Jesus, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, por conduto da sua advogada, constituída e qualificada nos termos do instrumento procuratório incluso, vem, mui respeitosamente, em atendimento ao ato ordinatório exarado no dia 26/10/2017, informar que concorda com o laudo pericial apresentado, uma vez que restou devidamente comprovado que o requerente possui (Cid: S12 e Cid S52), apresentando incapacidade.

Desse modo, reitera em todos os termos a inicial, pugnando via de consequência o julgamento procedente da ação.

No mais, informa que não possui provas a produzir em audiência, de modo que requer o julgamento antecipado da lide.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Lagarto/SE, 06 de novembro de 2017.

NATÁLIA MARIA FONTES VASCONCELOS
OAB/SE 9273



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

06/11/2017

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Tendo em vista a manifestação das partes faço estes autos conclusos.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

06/11/2017

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

17/11/2017

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Compulsando os autos, verifico que, apesar da realização da perícia ortopédica na autora, resta pendente a realização de perícia para verificação de fratura mandibular ocorrida. Entretanto, até a presente data, não existe disponibilidade de datas no SCP-V para sua designação. Desta forma, aguarde-se o prazo de 30 dias a fim de aguardar a liberação de novas datas para designação da perícia mencionada. Transcorrido o prazo, certifique-se quanto a referida disponibilidade. Após, à conclusão.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário do Estado de Sergipe
2ª Vara Cível de Lagarto

Nº Processo 201654101421 - Número Único: 0006986-18.2016.8.25.0040

Autor: Rosangela Santana de Jesus

Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Compulsando os autos, verifico que, apesar da realização da perícia ortopédica na autora, resta pendente a realização de perícia para verificação de fratura mandibular ocorrida.

Entretanto, até a presente data, não existe disponibilidade de datas no SCP-V para sua designação.

Desta forma, aguarde-se o prazo de 30 dias a fim de aguardar a liberação de novas datas para designação da perícia mencionada.

Transcorrido o prazo, certifique-se quanto a referida disponibilidade.

Após, à conclusão.



Documento assinado eletronicamente por **CAROLINA VALADARES BITENCOURT**,
Juiz(a) de 2ª Vara Cível de Lagarto, em 17/11/2017, às 11:01, conforme art. 1º, III, "b",
da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico
www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante
preenchimento do número de consulta pública **2017001943963-39**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

07/02/2018

MOVIMENTO:

Decurso de Prazo

DESCRIÇÃO:

Certifico e dou fé que em consulta ao SCP, verifiquei que já estão disponíveis datas para a realização de perícia, razão pela qual faço estes autos conclusos, conforme determinação retro.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

07/02/2018

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

19/03/2018

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Tendo em vista a necessidade de perícia médica para o deslinde do feito, nomeio a Dra. Karine M Cabral Montalvão, Odontóloga (Rua Eng. Antonio Soares, 410 - Cond Solar das Arvores, Luzia, Aracaju/SE; Tel: (79) 9935-6414) para elaborar parecer técnico, a qual deverá responder aos quesitos formulados pelo órgão julgador e aos indicados pelas partes. Intime-se a perita nomeada para, no prazo de 05 dias, informar o valor dos honorários periciais a serem cobrados, a data e o local de realização da perícia. Com a resposta da expert, intime-se a parte requerida, pela imprensa, a fim de que, no prazo de 05 dias, deposite o valor dos honorários informados. Após, Intimem-se as partes, pela imprensa, para, no prazo de 05 (cinco) dias, formulem quesitos e indiquem assistentes técnicos, caso queiram. Determino que a Sra. perita, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data designada para a perícia, para enviar a este Juízo o respectivo PARECER TÉCNICO. Apresentado o laudo, intinem-se as partes para, no prazo de 15(quinze) dias, manifestarem-se sobre as conclusões da perita.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário do Estado de Sergipe
2ª Vara Cível de Lagarto

Nº Processo 201654101421 - Número Único: 0006986-18.2016.8.25.0040

Autor: Rosangela Santana de Jesus

Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Tendo em vista a necessidade de perícia médica para o deslinde do feito, nomeio a Dra. Karine M Cabral Montalvão, Odontóloga (Rua Eng. Antonio Soares, 410 - Cond Solar das Arvores, Luzia, Aracaju/SE; Tel: (79) 9935-6414) para elaborar parecer técnico, a qual deverá responder aos quesitos formulados pelo órgão julgador e aos indicados pelas partes.

Intime-se a perita nomeada para, no prazo de 05 dias, informar o valor dos honorários periciais a serem cobrados, a data e o local de realização da perícia.

Com a resposta da expert, intime-se a parte requerida, pela imprensa, a fim de que, no prazo de 05 dias, deposite o valor dos honorários informados.

Após, Intimem-se as partes, pela imprensa, para, no prazo de 05 (cinco) dias, formulem quesitos e indiquem assistentes técnicos, caso queiram.

Determino que a Sra. perita, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data designada para a perícia, para enviar a este Juízo o respectivo PARECER TÉCNICO.

Apresentado o laudo, intinem-se as partes para, no prazo de 15(quinze) dias, manifestarem-se sobre as conclusões da perita.



Documento assinado eletronicamente por **Edinaldo Cesar Santos Junior, Juiz(a) de 2ª Vara Cível de Lagarto**, em 19/03/2018, às 11:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2018000625559-90**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA Cível DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

23/03/2018

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Indicação de Quesitos realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE LAGARTO/SE

Processo: 00069861820168250040

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ROSANGELA SANTANA DE JESUS**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho proferido por este Juízo, apresentar os seus quesitos.

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

LAGARTO, 21 de março de 2018.

JOÃO BARBOSA
OAB/SE 780-A

KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ
2592-OAB/SE



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

02/04/2018

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico e dou fé que por algumas vezes tentei contato telefônico com a perita nomeada, porém não obtive êxito uma vez que sempre estava em caixa postal, razão pela qual passei a expedir ofício ao endereço da mesma.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

02/04/2018

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de nº: 201854102134 do tipo OFÍCIO DE (assinante escrivão) [MD03000] protocolado nesta data.

{Destinatário(a): Dra. Karine M Cabral Montalvão}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
2ª Vara Cível de Lagarto
Rod. Antônio Martins de Menezes, km 36, S/N
Bairro - Horta Cidade - Lagarto/SE
Cep - 49400-000 Telefone - (79)3632-1700



201854102134

PROCESSO: 201654101421 (Eletrônico)

NÚMERO
ÚNICO: 0006986-18.2016.8.25.0040

NATUREZA: Procedimento Comum

Requerente: Rosangela Santana de Jesus Advogado(a): NATÁLIA MARIA FONTES VASCONCELOS - 9273/SE

Requerido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A Advogado(a): KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592/SE

Prezado(a) Senhor(a),

Através do presente, () DETERMINO ou () SOLICITO que seja cumprida a finalidade abaixo transcrita:

Finalidade: De ordem do MM Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Lagarto Dr Edinaldo César Santos Junior, e tendo em vista a necessidade de perícia médica para o deslinde do feito, ofício a Dra. Karine M Cabral Montalvão, Odontóloga para elaborar parecer técnico, a qual deverá responder aos quesitos formulados pelo órgão julgador e aos indicados pelas partes. Solicito que, no prazo de 05 dias, informe o valor dos honorários periciais a serem cobrados, a data e o local de realização da perícia.

Na resposta ao presente, favor mencionar o número deste processo.

Atenciosamente,

Dra. Karine M Cabral Montalvão

Endereço: Rua Eng. Antonio Soares, 410 Cond Solar das Arvores

Bairro: LUZIA

Cidade: ARACAJU

CEP: 49045-010

Uf: SE

[TM3000,MD2026]



Documento assinado eletronicamente por **Tais Wiltshire Soares do Amaral, Escrivão(ã)/Chefe de Secretaria/Subsecretário/Secretário**, em **02/04/2018**, às **14:12**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2018000746364-08**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA Cível DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

19/04/2018

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE LAGARTO/SE

Processo: 00069861820168250040

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ROSANGELA SANTANA DE JESUS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., informar que requer o **CHAMAMENTO DO FEITO A ORDEM**, a Seguradora Ré peticionante, pelas razões a seguir.

Inicialmente cumpre esclarecer que em sua peça exordial a autora requer indenização da verba securitária onde alega que foi vítima de acidente automobilístico ocorrido em 15.05.2014, restando PARCIALMENTE INVÁLIDO.

Ocorre que nos documentos que instruem a inicial verifica-se que o Boletim atendimento médico (fls.24/25), o autor informa que foi vítima de **ACIDENTE DE MOTO**, e com o impacto foi arremessado ao solo e teve várias lesões Vejamos:

Queixas:	Vítima de acidente de moto, corte no	
<input type="checkbox"/> Agudo <input type="checkbox"/> Crônico	boca e dor em braço e	
Patologia de base:	Alergias:	Escala de dor: 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

IDENTIFICACAO DO PACIENTE			
NOME	: ROSANGELA SANTANA DE JESUS	DOC...	:
IDADE	: 30 ANOS	NASC:	30/03/1984
ENDERECO	: BAIRRO ALTO DA BOA VISTA	SEXO	: FEMININO
COMPLEMENTO	: CASA	BAIRRO	:
MUNICIPIO	: LAGARTO	UF:	SE
NOME PAI/MAE	: MANOEL DE SANTANA DE JESUS	CEP	: -
RESPONSAVEL	: O PROPRIO	/EDINALVA SANTANA DE JESUS	
PROCEDENCIA	: LAGARTO	TEL	: 99431917
ATENDIMENTO	: ACIDENTE MOTOCICLISTICO (MOTOS)		
CASO POLICIAL	: NAO	PLANO DE SAUDE	: NAO
ACID. TRABALHO	: NAO	VEIO DE AMBULANCIA	: NAO
		TRAUMA	: NAO

Salienta-se, que há uma divergência em relação aos fatos, pois no Boletim de ocorrência juntado no processo administrativo, a autora informa que foi ATROPELADA, que caminhava em via pública quando foi surpreendido por veículo até a presente data NÃO IDENTIFICADO, vejamos:

Sendo assim, há divergência de informações em relação aos fatos, pois ora foi atropelada, por veículo não identificado e ora teve uma acidente de moto.

HISTÓRICO

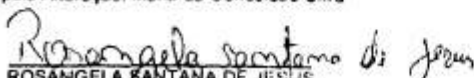
RELATA A NOTICIANTE QUE, TRANSITAVA PELO CENTRO DA CIDADE DE LAGARTO QUANDO FOI SURPREENDIDA POR UM VEÍCULO ATÉ A PRESENTE DATA NÃO IDENTIFICADO, TENDO EM VISTA QUE SEU CONDUTOR SE EVADIU DO LOCAL SEM PRESTAR SOCORRO. QUE, FOI SOCORRIDA POR POPULARES E LEVADA AO HOSPITAL GABRIEL SOARES EM, ARACAJU/SE, PELO EXPOSTO SOLICITA AS DEVIDAS PROVIDÊNCIAS.

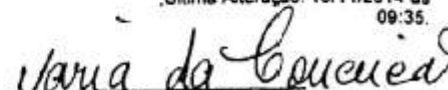
Acrescentado por Maria da Conceicao Silva - 10/11/2014 às 09:34

EM TEMPO DIZ QUE CAMINHAVA EM VIA PUBLICA MOMENTO EM QUE SOFREU ACIDENTE

Data e hora da comunicação: 08/10/2014 às 10:51
Responsável pela Alteração: Maria da Conceicao Silva

Última Alteração: 10/11/2014 às 09:35


ROSÂNGELA SANTANA DE JESUS
Responsável pela comunicação


Maria da Conceicao Silva
Responsável pelo preenchimento

A fim de confirmar a autenticidade do B.O e do BOLETIM MÉDICO DE ATENDIMENTO apresentado, requer:

- A intimação da parte autora para prestar esclarecer se foi atropelada ou teve queda de moto.
- A expedição de ofício para Delegacia Esp. De Proteção à Mulher, fim de que sejam prestados os devidos esclarecimentos pelos responsáveis.
- A expedição de ofício para o Hospital Regional de Lagarto, fim de que sejam prestados os devidos esclarecimentos pelos responsáveis.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

LAGARTO, 19 de abril de 2018.

JOÃO BARBOSA
OAB/SE 780-A

KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ
2592-OAB/SE



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

23/04/2018

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

ACEITE DA PERITA
 Juntada de Outros Documentos
ACEITE DA PERITA

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

Zimbra

girlane.loiola@tjse.jus.br

Re: perícia

De : karine cabral <karinecabral81@gmail.com>

Qua, 18 de abr de 2018 14:32

Assunto : Re: perícia**Para :** girlane Loiola de Oliveira <girlane.loiola@tjse.jus.br>

Boa tarde, venho confirmar que aceito o pedido para elaborar parecer técnico de perícia odontológica no processo de número 201654101421. Na ocasião informo honorários no valor de R\$ 3000,00 (três mil reais) e data para a perícia dia 13/05/2018 às 14 horas na praça Tobias Barreto, 510, Centro Médico Odontológico, 1º andar, sala 110, São José, Aracaju-SE.
Aguardo retorno

Em 16 de abril de 2018 13:02, girlane Loiola de Oliveira <girlane.loiola@tjse.jus.br> escreveu:

Atenciosamente,
Girlane Loiola de Oliveira
Técnica Judiciária/Comarca de Lagarto/SE
Mat. 10176

Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o MEIO AMBIENTE

--

Dra. Karine Cabral
Ortodontia Ortopedia Facial
CRO: 1618/SE



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

23/04/2018

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA Cível DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

24/04/2018

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Aviso de Recebimento de AR Digital nº 201854102134, conforme arquivo em anexo. Objetivo: Atingido

{Destinatário(a): Dra. Karine M Cabral Montalvão}

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não

Arta



AVISO DE RECEBIMENTO

Digital



DESTINATÁRIO

DRA. KARINE M CABRAL MONTALVÃO
RUA ENG. ANTONIO SOARES, - 410 COND SOLAR DAS
ARVORES, LUZIA - 49045010 - ARACAJU - SE



CLASSE
CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA

AR882305034SG



12 ABR 2018

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR - Centralizador Regional

JJ

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (OU INFORMAÇÕES DE INTERESSE DO CLIENTE - OPCIONAL)

Referente ao processo de nro 201654101421 e mandado nro. 201654102134 (Eletrônico)

TENTATIVA DE ENTREGA		MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO	RUBRICA E MATRÍCULA DO
1ª	h	1 Mudança	<p>Assinatura do Recebedor: <i>[Handwritten Signature]</i></p> <p>DATA DE ENTREGA: 12/04/18</p> <p>Nº DOC DE IDENTIDADE: 06637284321</p>
2ª	h	2 Endereço incorreto	
3ª	h	3 Não existe o número	
		4 Desconhecido	
		5 Outros	

ASSINATURA DO RECEBEDOR

Walisson da Silva Oliveira

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA

12/04/18

Nº DOC DE IDENTIDADE

06637284321



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

22/05/2018

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Tendo em vista a resposta emitida pela perita nomeada, cumpra-se integralmente o despacho proferido em 19/03/2018.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário do Estado de Sergipe
2ª Vara Cível de Lagarto

Nº Processo 201654101421 - Número Único: 0006986-18.2016.8.25.0040

Autor: Rosangela Santana de Jesus

Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Tendo em vista a resposta emitida pela perita nomeada, cumpra-se integralmente o despacho proferido em 19/03/2018.



Documento assinado eletronicamente por **Edinaldo Cesar Santos Junior, Juiz(a) de 2ª Vara Cível de Lagarto**, em 22/05/2018, às 12:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2018001219615-97**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

22/05/2018

MOVIMENTO:

Ato Ordinatório

DESCRIÇÃO:

Tendo em vista a resposta emitida pela perita nomeada, intime-se a parte requerida, pela imprensa, a fim de que, no prazo de 05 dias, deposite o valor dos honorários informados.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

07/06/2018

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico e dou fé que decorreu o prazo sem manifestação acerca do ato retro, razão pela qual faço estes autos conclusos.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

07/06/2018

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA Cível DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

15/06/2018

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592}

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE LAGARTO/SE

Processo n.º 00069861820168250040

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, já devidamente qualificado nos autos, inconformada, *data máxima vênia*, com a R. Decisão proferida nos autos da **Ação de Cobrança de Seguro DPVAT**, que lhe promove **que lhe promove ROSANGELA SANTANA DE JESUS**, em atendimento ao despacho publicado de fls. vem pronunciar-se a respeito da responsabilidade sobre o pagamento dos **honorários periciais**.

Por meio do despacho inicial, este Juízo recebeu a petição inicial e, antes mesmo de analisar o pedido da gratuidade de justiça, intimou a Ré para que apresentasse sua peça de defesa.

Foi certificado o recebimento tempestivo da contestação apresentada, ato contínuo houve a designação do perito, tendo sido fixado os honorários em R\$ 300,00.

Ocorre que, se impõe a análise prévia do pedido da gratuidade de justiça, uma vez que o seu indeferimento pode se mostrar um óbice ao prosseguimento da demanda.

Na situação fática, não houve a análise do pedido de gratuidade de justiça por este Juízo, analise essa essencial para o prosseguimento da demanda, pois através desta decisão que ficara definido quanto a responsabilidade do pagamento dos honorários periciais.

Há que se observar que, conforme despacho exarado, este juízo reconheceu a necessidade de realização de perícia técnica, invocando o artigo 95 do CPC e, incumbiu a Ré do pagamento dos honorários do perito.

Cumpre informar ao Juízo, que é a parte Autora da presente quem deve arcar com quaisquer encargos decorrentes da produção da prova médica pericial, uma vez que consiste em seu ônus exclusivo realizar tal prova nos autos, pois é de clareza meridiana que se trata de fato constitutivo de seu direito conforme preconiza o artigo 373, inciso I, da Lei Adjetiva Civil.

Neste passo, cumpre esclarecer, que o autor é beneficiário da gratuidade de justiça e, em se tratando de Justiça Gratuita, há previsão expressa na Resolução nº 35/2006, quanto a responsabilidade do Tribunal sobre tal ônus, vejamos:

RESOLUÇÃO Nº 35/2006:

“(...) Atr. 1º Ficam instituídos os serviços de peritos, tradutores e intérpretes **custeados com os recursos do TJ/SE**, vinculados ao Projetos de Concessão da Justiça Gratuita

previsto no Plano Plurianual, destinados a atender às partes beneficiadas pela gratuidade processual nos feitos de jurisdição da Justiça Estadual.”

Neste sentido, foi a orientação aos Ilustres juízes:

Ofício Circular Nº 288/2006 Aracaju, 14 de Novembro de 2006.

Ref. GP/TJ

Senhor (a) Juiz (a),

“Com a finalidade precípua de prover a prestação jurisdicional de maior eficácia e celeridade, especialmente quanto aos feitos abrangidos pela Assistência Judiciária Gratuita, foram instituídos, por meio da RESOLUÇÃO Nº 35/2006, os serviços de peritos, adutores e intérpretes, custeados por este Tribunal, para atendimento das partes beneficiadas pela gratuidade processual, cujos procedimentos de realização deverão se dar por meio informatizado. [...]”

Sendo assim, não há qualquer justificativa para a imposição do pagamento à Ré de tais honorários periciais e impugna expressamente, haja vista a resolução 35/2006 mencionada acima.

Assim, a parte Ré requer o cumprimento da Resolução nº 35/2006 para que os honorários sejam custeados pela parte autora, caso seja deferido o pedido da gratuidade de justiça ou pelo TJ/SE, caso haja deferimento da gratuidade de justiça.

Caso não seja este Vosso entendimento, requer ainda, que seja observado, na íntegra, o caput do artigo 95 do CPC, quando dispõe que os honorários poderão ser rateados quando a perícia for requerida de ofício ou por ambas as partes.

Desse modo, por ser questão de justiça, requer a reconsideração do despacho de fls., para que reconheça que o próprio Tribunal de Justiça do Estado do Sergipe é quem deve arcar com os honorários periciais, tendo em vista possuir orçamento destinado a este fim.

Não sendo assim acolhido, requer, alternativamente, que a responsabilidade recaia sobre ambas as partes, devendo o valor arbitrado ser rateado, já que ambos possuem interesse na produção da referida prova, tendo assim requerido.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

LAGARTO, 14 de junho de 2018.

JOÃO BARBOSA
OAB/SE 780-A

KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ
2592/SE



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

26/07/2018

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Defiro o benefício da justiça gratuita em favor da parte autora, conforme indicado na petição retro Tendo em vista o teor da certidão do dia 07/06/2018, intime-se as partes, pela imprensa, para, no prazo de 05 dias informarem se ainda possuem interesse na realização de perícia odontológica, ressaltando-se que o silêncio das partes ensejará o julgamento do feito no estado em que se encontra. Findo o prazo, com ou sem manifestação, à conclusão.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
2ª Vara Cível de Lagarto**

Nº Processo 201654101421 - Número Único: 0006986-18.2016.8.25.0040

Autor: Rosangela Santana de Jesus

Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Defiro o benefício da justiça gratuita em favor da parte autora, conforme indicado na petição retro

Tendo em vista o teor da certidão do dia 07/06/2018, intime-se as partes, pela imprensa, para, no prazo de 05 dias informarem se ainda possuem interesse na realização de perícia odontológica, ressaltando-se que o silêncio das partes ensejará o julgamento do feito no estado em que se encontra.

Findo o prazo, com ou sem manifestação, à conclusão.



Documento assinado eletronicamente por **CAROLINA VALADARES BITENCOURT**, Juiz(a) de 2ª Vara Cível de Lagarto, em 26/07/2018, às 12:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2018001780546-77**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

06/08/2018

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE LAGARTO/SE

Processo: 00069861820168250040

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ROSANGELA SANTANA DE JESUS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., informar para ao final requerer o que segue:

No mais, tendo em vista que NÃO SE OPÕE AO AGENAMENTO PARA UMA NOVA PERÍCIA ODONTOLÓGICA

Por fim, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono **Dr. JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, inscrito sob o nº **OAB/SE 780-A** e **KELLY CHRYSTIAN SILVA SANTANA**, inscrito sob o nº **OAB/SE 2592**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

LAGARTO, 1 de agosto de 2018.

JOÃO BARBOSA
OAB/SE 780-A

KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ
2592 - OAB/SE



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

07/08/2018

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico e dou fé que decorreu o prazo sendo que somente a requerida apresentou manifestação.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

07/08/2018

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

20/08/2018

MOVIMENTO:

Outras Informações

DESCRIÇÃO:

Perícia da especialidade Odontologia solicitada via Sistema de Agendamento de Perícias Judiciais, para manifestação de interesse do perito.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

21/08/2018

MOVIMENTO:

Outras Informações

DESCRIÇÃO:

Perícia, da especialidade Odontologia, agendada para o dia 28/09/2018 no período de 15:00 às 18:00 hs, por ordem de chegada, para o(a) perito(a) Gilberth Tadeu dos Santos Aciole. Endereço: Praça Almirante Tamandaré, nº 20, São José, Aracaju-SE.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

22/08/2018

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Compulsando os autos, verifico que a perícia odontológica foi requerida pela parte autora, tendo sido deferido o benefício da justiça gratuita em seu favor. Sendo assim, torno sem efeito a determinação da realização de perícia externa, assim como a nomeação da perita KARINE M. CABRAL. Dando seguimento ao feito, nomeio o Dr. Gilbert Tadeu dos Santos Aciole, Odontólogo, para elaborar parecer técnico, o qual deverá responder aos quesitos formulados pelo órgão julgador e aos indicados pelas partes. Outrossim, levando-se em conta a Resolução do TJSE nº 35/2006, de 16/08/2006, a qual dispõe sobre o cadastro e pagamento de honorários de peritos em casos de assistência judiciária gratuita, fixo os honorários periciais no importe de R\$400,00 (quatrocentos reais). Intimem-se elas, pela imprensa, para tomarem ciência da perícia designada para o dia 28/09/2018, das 15h00h às 18h, no Fórum Gumercindo Bessa, localizado na Avenida Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju-SE. Comunique-se ao perito que o laudo técnico deve ser apresentado no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data designada acima. Apresentado o laudo, intimem-se as partes para, no prazo de 15(quinze) dias, manifestarem-se sobre ele. Após, certifique-se e volvam conclusos.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
2ª Vara Cível de Lagarto**

Nº Processo 201654101421 - Número Único: 0006986-18.2016.8.25.0040

Autor: Rosangela Santana de Jesus

Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Compulsando os autos, verifico que a perícia odontológica foi requerida pela parte autora, tendo sido deferido o benefício da justiça gratuita em seu favor.

Sendo assim, torno sem efeito a determinação da realização de perícia externa, assim como a nomeação da perita KARINE M. CABRAL.

Dando seguimento ao feito, nomeio o Dr. Gilberth Tadeu dos Santos Aciole, Odontólogo, para elaborar parecer técnico, o qual deverá responder aos quesitos formulados pelo órgão julgador e aos indicados pelas partes.

Outrossim, levando-se em conta a Resolução do TJSE nº 35/2006, de 16/08/2006, a qual dispõe sobre o cadastro e pagamento de honorários de peritos em casos de assistência judiciária gratuita, fixo os honorários periciais no importe de R\$400,00 (quatrocentos reais).

Intimem-se elas, pela imprensa, para tomarem ciência da perícia designada para o dia 28/09/2018, das 15h00h às 18h, no Fórum Gumerindo Bessa, localizado na Avenida Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju-SE.

Comunique-se ao perito que o laudo técnico deve ser apresentado no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data designada acima.

Apresentado o laudo, intimem-se as partes para, no prazo de 15(quinze) dias, manifestarem-se sobre ele.

Após, certifique-se e volvam conclusos.



Documento assinado eletronicamente por **CAROLINA VALADARES BITENCOURT**,
Juiz(a) de 2ª Vara Cível de Lagarto, em 22/08/2018, às 12:41, conforme art. 1º, III, "b",
da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico
www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos,
preenchimento do número de consulta pública **2018002045882-79**, mediante



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

11/09/2018

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

AGUARDANDO A DATA DA PERÍCIA

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

11/10/2018

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Perícia da especialidade Odontologia concluída por Gilberth Tadeu dos Santos Aciole. Encaminho-vos o laudo pericial referente ao processo 201654101421. {Movimento Realizado pelo do Módulo de Perícia}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUÍZA DE DIREITO DA
2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE LAGARTO - SE

LAUDO PERICIAL ODONTO LEGAL DO PROCESSO TJSE Nº
201654101421

I- PREÂMBULO

Eu, Gilberth Tadeu dos Santos Aciole, portador do RG: 3030115-7 SSP/SE, CPF: 008.925.075-35, Cirurgião-dentista, inscrito no CRO-SE sob o nº 1547, Doutor em Odontologia pela UFBA/UFPB, Especialista em Cirurgia e Traumatologia Buco Maxilo Facial pelo CEBEO/BA, Cirurgião Buco Maxilo Facial do Exército Brasileiro e do Centro de Especialidades Odontológicas na Cidade de Lagarto-SE, tendo sido escolhido pela Excelentíssima Senhora Doutora Juíza de Direito Carolina Valadares Bitencourt, para emitir o laudo técnico judicial sobre os documentos que se encontram encartados nos autos deste processo, através da análise clínica e imaginológica do caso em tela, tendo sido esta submetida às observações julgadas necessárias à nossa consideração para agora dar o nosso laudo pericial.

A pericianda ROSÂNGELA SANTANA DE JESUS, brasileira, maior e capaz, portadora do CPF nº 2944460528, RG nº 31390722 – SSP/SE, residente e domiciliada no Povoado Alto da Boa Vista, nº 1817 – BOA VISTA – Lagarto - Sergipe- CEP.49.400- 000. A perícia realizada na Praça Almirante Tamandaré, 20, bairro São José (Clínica Odonto Center) Aracaju – SE, CEP: 49015-100, aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, atendendo ao ordenamento da Excelentíssima Senhora Doutora Juíza de Direito Carolina Valadares Bitencourt, para que fosse efetivada a perícia que trata os autos de uma ação de cobrança das diferenças de seguro obrigatório DPVAT.



II- RESPOSTAS AOS QUESITOS:

- 1- Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor? Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária?

Há nexo sim. Permanente.

- 2- Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação?

Não.

- 3- Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos?

A partir do tratamento cirúrgico das fraturas que acometeram a mandíbula, que ocorreu no dia 03/07/2014.

- 4- Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano?

Esgotaram-se.

- 5- Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior?

Não.

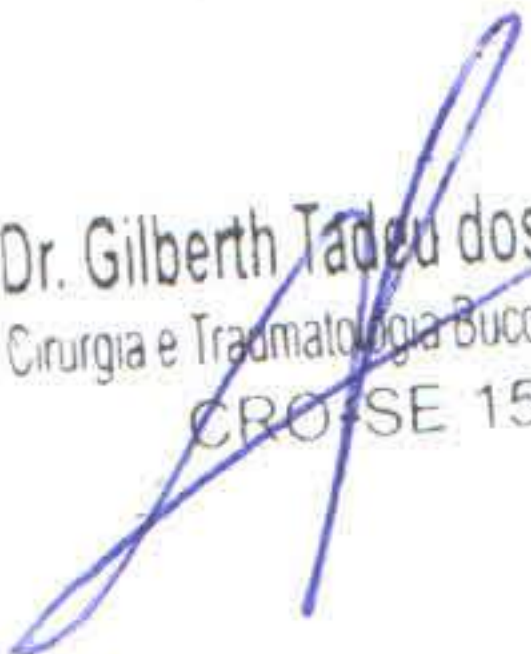
- 6- Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total? Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74?

Parcial. O membro afetado foi à mandíbula, mais precisamente na região do corpo da mandíbula (bilateral). De acordo com o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74, o percentual de perda foi de 75%, correspondendo a uma perda de repercussão intensa, pois a requerente evoluiu com mordida cruzada, limitação de abertura e sintomatologia dolorosa, após o tratamento cirúrgico de fixação dos cotos ósseos com o sistema de placa e parafusos e uso Barras de Erich, para correção das devidas fraturas.

- 7- Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

Afirmo que devido ao trauma sofrido, a requerente atualmente apresenta dificuldade mastigatória e alteração na oclusão, sendo acometida por uma invalidez parcial permanente,

Aracaju, 28/09/2018


Dr. Gilberth Tadeu dos S. Aciole
Cirurgia e Traumatologia Buco Maxilo Facial
CRO/SE 1547

PERITO DO JUÍZO DR. GILBERTH TADEU DOS SANTOS ACIOLE



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

11/10/2018

MOVIMENTO:

Ato Ordinatório

DESCRIÇÃO:

Apresentado o laudo, intimem-se as partes para, no prazo de 15(quinze) dias, manifestarem-se sobre as conclusões da perita.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA Cível DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

18/10/2018

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE LAGARTO/SE

Processo: 00069861820168250040

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ROSANGELA SANTANA DE JESUS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DO REQUERIMENTO DE DEPOIMENTO PESSOAL DA PARTE AUTORA

DAS DIVERGÊNCIAS DE INFORMAÇÕES NO BOLETIM DE OCORRÊNCIA E NO DOCUMENTO MÉDICO

Ocorre que nos documentos que instruem a inicial verifica-se que o Boletim atendimento médico (fls.24/25), o autor informa que foi vítima de **ACIDENTE DE MOTO**, e com o impacto foi arremessado ao solo e teve várias lesões Vejamos:

Queixas:	<u>vítima de acidente de moto. forte no</u>		
<input type="checkbox"/> Agudo <input type="checkbox"/> Crônico	<u>boia e dor em braço e</u>		
Patologia de base:	Alergias:	Escala	

IDENTIFICACAO DO PACIENTE			
NOME	: ROSANGELA SANTANA DE JESUS	DOC...	:
IDADE.....	: 30 ANOS NASC: 30/03/1984	SEXO...	: FEMININO
ENDERECO.....	: BAIRRO ALTO DA BOA VISTA	NUMERO:	
COMPLEMENTO...	: CASA BAIRRO:		
MUNICIPIO.....	: LAGARTO UF: SE	CEP...	: -
NOME PAI/MAE..	: MANOEL DE SANTANA DE JESUS	/EDINALVA SANTANA DE JESUS	
RESPONSAVEL...	: O PROPRIO	TEL...	: 99431917
PROCEDENCIA...	: LAGARTO		
ATENDIMENTO...	: <u>ACIDENTE MOTOCICLISTICO (MOTOS)</u>		
CASO POLICIAL..	: NAO PLANO DE SAUDE...	: NAO	TRAUMA: NAO
ACID. TRABALHO:	: NAO	VEIO DE AMBULANCIA:	: NAO

Salienta-se, que há uma divergência em relação aos fatos, pois no Boletim de ocorrência juntado no processo administrativo, a autora informa que foi ATROPELADA, que caminhava em via pública quando foi surpreendido por veículo até a presente data NÃO IDENTIFICADO, vejamos:

SENDO ASSIM, HÁ DIVERGÊNCIA DE INFORMAÇÕES EM RELAÇÃO AOS FATOS, POIS ORA FOI ATROPELADA, POR VEÍCULO NÃO IDENTIFICADO E ORA TEVE UM ACIDENTE DE MOTO.

HISTÓRICO

RELATA A NOTICIANTE QUE, TRANSITAVA PELO CENTRO DA CIDADE DE LAGARTO QUANDO FOI SURPREENDIDA POR UM VEÍCULO ATÉ A PRESENTE DATA NÃO IDENTIFICADO, TENDO EM VISTA QUE SEU CONDUTOR SE EVADIU DO LOCAL SEM PRESTAR SOCORRO. QUE, FOI SOCORRIDA POR POPULARES E LEVADA AO HOSPITAL GABRIEL SOARES EM, ARACAJU/SE. PELO EXPOSTO SOLICITA AS DEVIDAS PROVIDÊNCIAS.

Acrescentado por Maria da Conceicao Silva - 10/11/2014 às 09:34

EM TEMPO DIZ QUE CAMINHAVA EM VIA PUBLICA MOMENTO EM QUE SOFREU ACIDENTE

Data e hora da comunicação: 08/10/2014 às 10:51
Responsável pela Alteração: Maria da Conceicao Silva

Última Alteração: 10/11/2014 às 09:35

Rosângela Santana de Jesus
ROSANGELA SANTANA DE JESUS
Responsável pela comunicação

Maria da Conceicao Silva
Maria da Conceicao Silva
Responsável pelo preenchimento

A fim de confirmar a autenticidade do BOLETIM DE OCORRÊNCIA e do BOLETIM MÉDICO DE ATENDIMENTO apresentado, requer:

- A intimação da parte autora para prestar esclarecer se foi atropelada ou teve queda de moto.
- A expedição de ofício para Delegacia Esp. De Proteção à Mulher, fim de que sejam prestados os devidos esclarecimentos pelos responsáveis.
- A expedição de ofício para o Hospital Regional de Lagarto, fim de que sejam prestados os devidos esclarecimentos pelos responsáveis.

DO LAUDO PERICIAL

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à INVALIDEZ PERMANENTE.

Diferente do que tentar fazer crer a parte autora, não há nos autos qualquer documento conclusivo para atestar com veemência o nexos causal do sinistro noticiado com a alegada invalidez, haja vista que o ACIDENTE **OCORREU NO ANO DE 2014**, E O AUTOR NÃO ACOSTOU DOCUMENTOS QUE COMPROVASSEM QUE A MESMA ENCONTRAVA-SE EM TRATAMENTO MÉDICO OU ATÉ MESMO LAUDOS MÉDICOS QUE CONFIRMASSEM LESÃO NO MANDÍBULA.

CUMPRE ESCALRECER, **QUE O AUTOR JUNTOU BOLETIM DE ATENDIMENTO MÉDICO**, DOCUMENTO ESTE QUE NÃO CONFIRMA O AGRAVAMENTO NA MANÍBULA, APENAS INFORMA FRATURA NA MANDÍBULA, SENDO ASSIM, NÃO HÁ SEQUER PROVA DA ALEGADA INVALIDEZ PERMANENTE.

Salienta-se, que o Autor requereu administrativamente, porém o sinistro foi cancelado tendo em vista a ausência de documentação.

EM QUE PESE O LAUDO PERICIAL TER APRESENTADO UMA INVALIDEZ PARCIAL INCOMPLETA INTENSA (75%) DA MANDÍBULA, VERIFICAMOS QUE O I. PERITO NÃO FUNDAMENTOU DE FORMA CLARA E NÃO ATESTOU NO LAUDO PERICIAL QUAIS FORAM AS SEQUELAS DEFINITIVAS.

COMPREENDE-SE, QUE NOS AUTOS NÃO CONSTAM NENHUMA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA QUE COMPROVE QUE A PARTE AUTORA FICOU EM TRATAMENTO MÉDICO DE 2014 ATÉ 2018.

ORA V.EXA., DIANTE DE TODA EVOLUÇÃO DA MEDICINA, NÃO É PLAUSÍVEL QUE VÍTIMA VENHA APRESENTAR UM SEQUELA NA MANDÍBULA INTENSA (75%) DEPOIS DE TANTO TEMPO DO ACIDENTE, SENDO CERTO QUE O AUTOR NÃO COMPROVOU QUALQUER TRATAMENTO OU MEDICAÇÃO EM DECORRÊNCIA DAS LESÕES.

Ante o exposto, requer esclarecimentos do i. Perito, fim de elucidar a divergência entre o documento médico e o laudo confeccionado, referente a sequela de 75 % da mandíbula, sobretudo por não constar nos autos qualquer documentação médica capaz de comprovar a gravidade da lesão;

Caso assim não entenda, requer a improcedência do pleito autoral, tendo em vista a total ausência de prova capaz de comprovar a gravidade da lesão e o nexo de causalidade entre a dita lesão e o acidente automobilístico

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

LAGARTO, 17 de outubro de 2018.

JOÃO BARBOSA
OAB/SE 780-A

KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ
2592 - OAB/SE



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA Cível DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

08/11/2018

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico e dou fé que decorreu o prazo sendo que somente o requerido apresentou manifestação, acerca do laudo.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

08/11/2018

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA Cível DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

11/12/2018

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Defiro o petitório retro. Intime-se o ilustre perito nomeado nos autos, a fim de que, no prazo de 10 dias, apresente os esclarecimentos requeridos pela parte requerida. Findo o prazo, com ou sem manifestação, à conclusão.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário do Estado de Sergipe
2ª Vara Cível de Lagarto

Nº Processo 201654101421 - Número Único: 0006986-18.2016.8.25.0040

Autor: Rosangela Santana de Jesus

Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Defiro o petitório retro.

Intime-se o ilustre perito nomeado nos autos, a fim de que, no prazo de 10 dias, apresente os esclarecimentos requeridos pela parte requerida.

Findo o prazo, com ou sem manifestação, à conclusão.



Documento assinado eletronicamente por **Edinaldo Cesar Santos Junior, Juiz(a) de 2ª Vara Cível de Lagarto**, em 11/12/2018, às 22:09:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2018003094632-36**.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

12/12/2018

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico e dou fé que enviei email ao perito com cópia do despacho e aguardo resposta do mesmo.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

17/12/2018

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

LAUDO COMPLEMENTAR
 Juntada de Laudo

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

EXCELENTÍSSIMA
2ª VARA CÍVEL DA

LAUDO PERICIAL
201654101421

I- PREÂMBULO

Eu, Gilberth
3030115-7 SSP/S
inscrito no CRO-S
UFBA/UFPB, Espe
Facial pelo CEBEC
Brasileiro e do Cer

II- RESPOSTA

Excelência,
exames c
apresentou
precisamen
direito corre
ainda mais
Art. 3º, inci
de 75%, c
intensa, po
definitivas
boca e sir
mastigatóri



ed. 20
191 - R
ISE - P



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

22/01/2019

MOVIMENTO:

Ato Ordinatório

DESCRIÇÃO:

Tendo em vista a juntada retro do laudo pericial complementar encontrar-se ilegível, intime-se o perito para apresentar novo laudo.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

22/01/2019

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico e dou fé que, na presente data, envie e-mail ao perito Gilberth Tadeu dos Santos Aciole.
 Juntada de

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

Zimbra

lilian.souza@tjse.jus.br

Apresentar novo Laudo complementar referente ao processo nº 201654101421

De : Lilian Fonseca Santos Souza
<lilian.souza@tjse.jus.br>

Ter, 22 de jan de 2019 11:25

Assunto : Apresentar novo Laudo complementar referente
ao processo nº 201654101421

Para : gilberthaciole@hotmail.com

Tendo em vista o laudo complementar juntado nos autos do processo 201654101421 em 17/12/2019 encontrar-se ilegível, solicito a Vossa Senhoria que apresente novo laudo complementar, no prazo de 10 (dez) dias.

Atenciosamente,

--

Lilian Fonseca Santos Souza
Técnica Judiciária
Matrícula: 17246



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

23/01/2019

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Junto aos presentes autos LAUDO PERICIAL apresentado pelo perito Gilberth Tadeu dos Santos Aciole.

Juntada de Laudo

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUÍZA DE DIREITO DA
2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE LAGARTO - SE

LAUDO PERICIAL ODONTO LEGAL DO PROCESSO TJSE Nº
201654101421

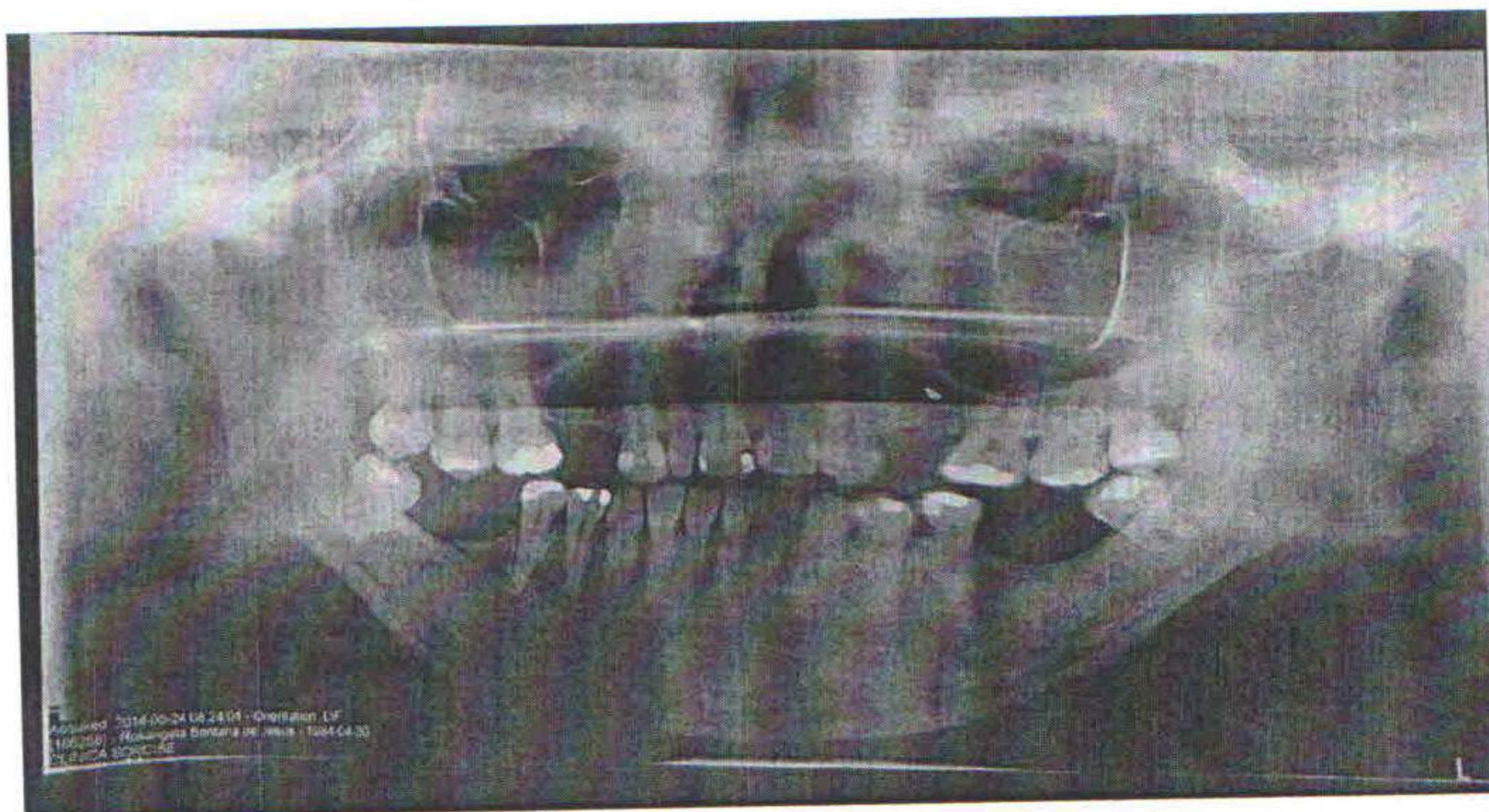
I- PREÂMBULO

Eu, Gilberth Tadeu dos Santos Aciole, portador do RG: 3030115-7 SSP/SE, CPF: 008.925.075-35, Cirurgião-dentista, inscrito no CRO-SE sob o nº 1547, Doutor em Odontologia pela UFBA/UFPB, Especialista em Cirurgia e Traumatologia Buco Maxilo Facial pelo CEBEO/BA, Cirurgião Buco Maxilo Facial do Exército Brasileiro e do Centro de Especialidades Odontológicas na Cidade de Lagarto-SE, tendo sido escolhido pela Excelentíssima Senhora Doutora Juíza de Direito Carolina Valadares Bitencourt, para emitir o laudo técnico judicial sobre os documentos que se encontram encartados nos autos deste processo, através da análise clínica e imaginológica do caso em tela, tendo sido esta submetida às observações julgadas necessárias à nossa consideração para agora dar o nosso laudo pericial.

A pericianda ROSÂNGELA SANTANA DE JESUS, brasileira, maior e capaz, portadora do CPF nº 2944460528, RG nº 31390722 – SSP/SE, residente e domiciliada no Povoado Alto da Boa Vista, nº 1817 – BOA VISTA – Lagarto - Sergipe- CEP.49.400- 000. A perícia realizada na Praça Almirante Tamandaré, 20, bairro São José (Clínica Odonto Center) Aracaju – SE, CEP: 49015-100, aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, atendendo ao ordenamento da Excelentíssima Senhora Doutora Juíza de Direito Carolina Valadares Bitencourt, para que fosse efetivada a perícia que trata os autos de uma ação de cobrança das diferenças de seguro obrigatório DPVAT.

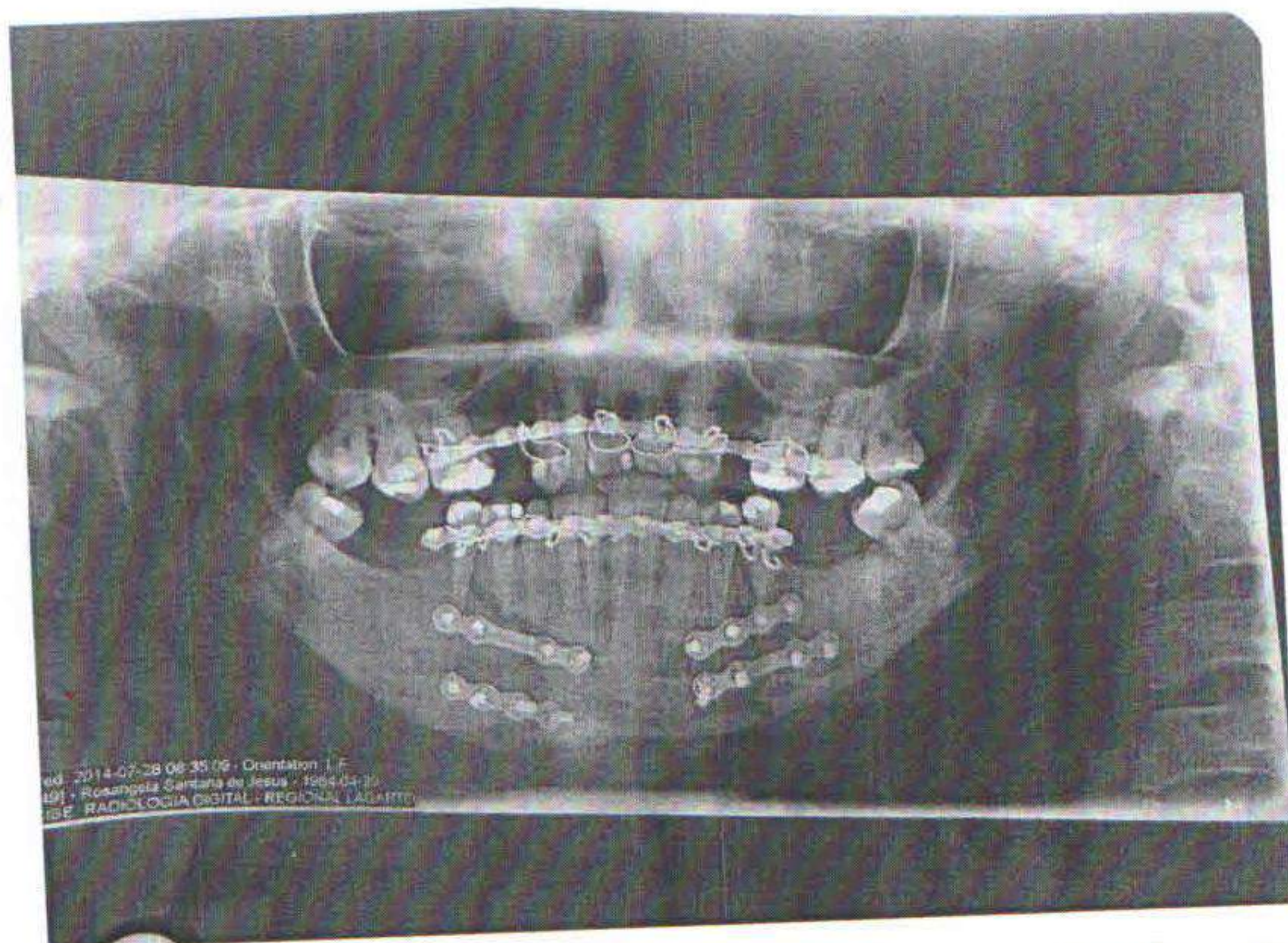
II- RESPOSTAS AOS QUESITOS:

Excelência, venho por meio deste comprovar através dos exames clínico e imaginológico, que a requerente apresentou uma fratura bilateral de mandíbula, mais precisamente na região do corpo, sendo que a do lado direito corresponde a uma fratura cominutiva, tornando-se ainda mais complexo o caso. De acordo com o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74, o percentual de perda foi de 75%, correspondendo a uma perda de repercussão intensa, pois a requerente evoluiu com algumas sequelas definitivas como: mordida cruzada, limitação de abertura de boca e sintomatologia dolorosa, ocasionando dificuldade mastigatória e alteração na oclusão, sendo isto após o tratamento cirúrgico de fixação dos cotos ósseos com o sistema de placa 2.0 e parafusos e uso Barras de Erich, para correção das devidas fraturas, devido ao trauma sofrido, justificando desta forma a invalidez parcial permanente (conforme fotos em anexo),

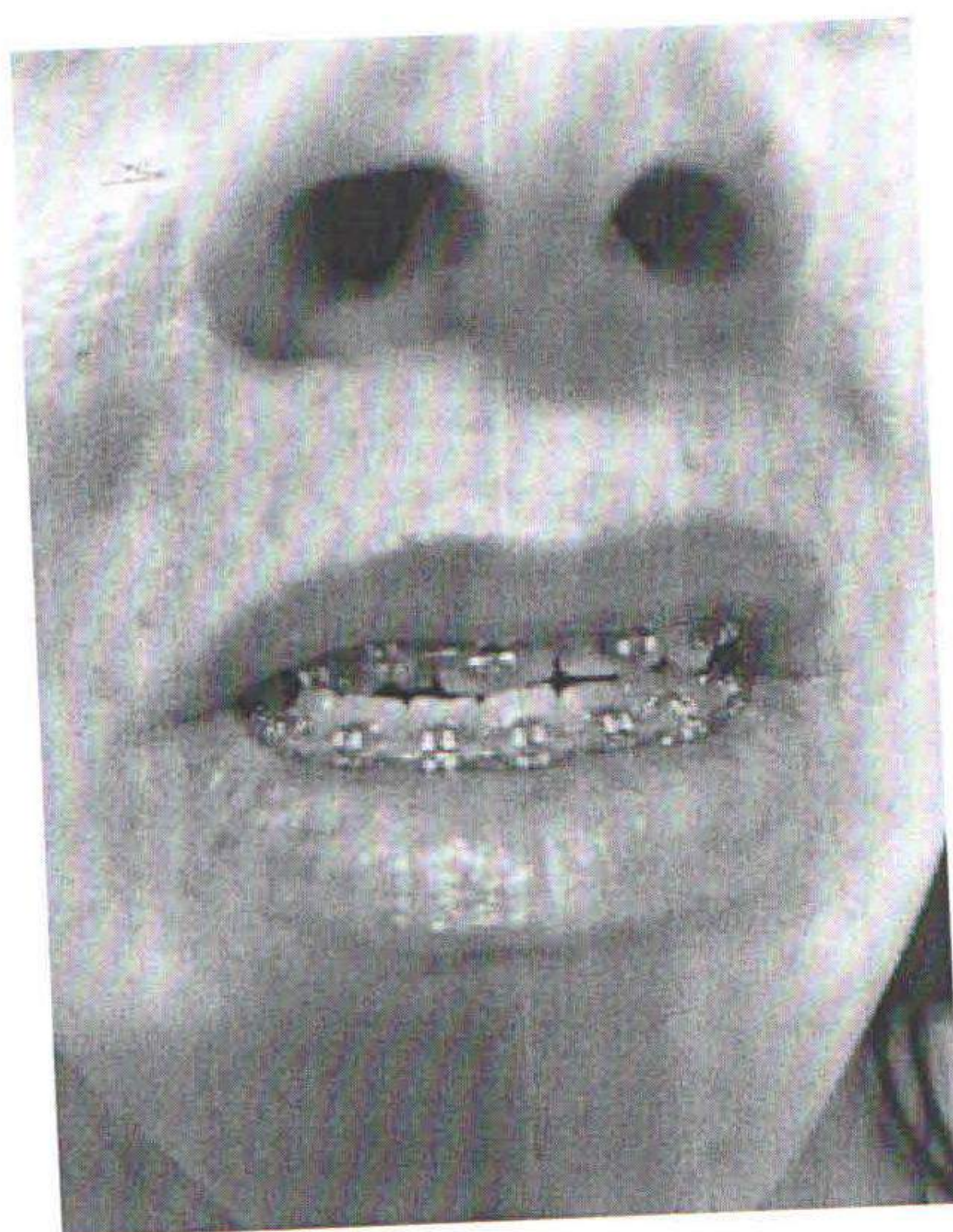


Radiografia Panorâmica pré operatória, realizada em 24/05/2014, comprovando as fraturas que acometeram a mandíbula.

Gold



Radiografia Panorâmica pós cirúrgica, realizada dia 28/07/2014, comprovando o tratamento das fraturas que acometeram a mandíbula.



Visualização da sequela, que é a mordida cruzada.



Visualização de outra sequela, que é a limitação de abertura de boca.

Aracaju, 12/12/2018

Dr. Gilberth Tadeu dos S. Aciole
Cirurgia e Traumatologia Buco Maxilo Facial
CRO-SE 1547

PERITO DO JUÍZO DR.GILBERTH TADEU DOS SANTOS ACIOLE



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA Cível DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

23/01/2019

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico e dou fé que tendo em vista a apresentação do laudo pericial retro, faço os autos conclusos, conforme determinado no despacho de 11/12/2018.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

23/01/2019

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA Cível DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

04/02/2019

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Intimem-se as partes, pela imprensa, a fim de manifestarem-se acerca do laudo pericial complementar juntado em 23/01/2019, no prazo de 05 dias. Findo o prazo, com ou sem manifestação, à conclusão.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário do Estado de Sergipe
2ª Vara Cível de Lagarto

Nº Processo 201654101421 - Número Único: 0006986-18.2016.8.25.0040

Autor: Rosangela Santana de Jesus

Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Intimem-se as partes, pela imprensa, a fim de manifestarem-se acerca do laudo pericial complementar juntado em 23/01/2019, no prazo de 05 dias.

Findo o prazo, com ou sem manifestação, à conclusão.



Documento assinado eletronicamente por **CAROLINA VALADARES BITENCOURT**, Juiz(a) de 2ª Vara Cível de Lagarto, em 04/02/2019, às 07:47:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019000242099-85**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

13/02/2019

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Pagamento de Débito realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE LAGARTO/SE

Processo: 00069861820168250040

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ROSANGELA SANTANA DE JESUS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DO REQUERIMENTO DE DEPOIMENTO PESSOAL DA PARTE AUTORA

DAS DIVERGÊNCIAS DE INFORMAÇÕES NO BOLETIM DE OCORRÊNCIA E NO DOCUMENTO MÉDICO

Ocorre que nos documentos que instruem a inicial verifica-se que o Boletim atendimento médico (fls.24/25), o autor informa que foi vítima de **ACIDENTE DE MOTO**, e com o impacto foi arremessado ao solo e teve várias lesões Vejamos:

Queixas:	Vítima de acidente de moto. Bate no	
Diagnóstico:	bacia e dor lombar	
Patologia de base:	Alergias:	Escala de dor: 0 a 10

IDENTIFICACAO DO PACIENTE		
NOME	: ROSANGELA SANTANA DE JESUS	DOC...:
IDADE.....	: 30 ANOS NASC: 30/03/1984	SEXO...: FEMININO
ENDERECO.....	: BAIRRO ALTO DA BOA VISTA	NUMERO:
COMPLEMENTO...:	CASA BAIRRO:	
MUNICIPIO.....	: LAGARTO	UF: SE CEP...:
NOME PAI/MAE...:	MANOEL DE SANTANA DE JESUS	/EDINALVA SANTANA DE JESUS
RESPONSAVEL...:	O PROPRIO	TEL...: 99431917
PROCEDENCIA...:	LAGARTO	
ATENDIMENTO...:	ACIDENTE MOTOCICLISTICO (MOTOS)	
CASO POLICIAL...:	NAO	PLANO DE SAUDE...: NAO
ACID. TRABALHO:	NAO	TRAUMA: NAO
		VEIO DE AMBULANCIA: NAO

SALIENTA-SE, QUE HÁ UMA DIVERGÊNCIA EM RELAÇÃO AOS FATOS, POIS NO BOLETIM DE OCORRÊNCIA JUNTADO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO, a autora informa que foi ATROPELADA, que caminhava em via pública quando foi surpreendido por veículo até a presente data **NÃO IDENTIFICADO**, vejamos:

SENDO ASSIM, HÁ DIVERGÊNCIA DE INFORMAÇÕES EM RELAÇÃO AOS FATOS, POIS ORA FOI ATROPELADA, POR VEÍCULO NÃO IDENTIFICADO E ORA TEVE UM ACIDENTE DE MOTO.

FATO

Data e Hora do Fato: 15/05/2014 - 13:00 até 15/05/2014 - 13:00

Endereço: VIA PUBLICA Número: Complemento: CEP: 49000-000

Bairro: Centro Cidade: LAGARTO - SE Circunscrição: DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE LAGARTO

Tipo de local: VIA PUBLICA Meio Empregado: NENHUM

VÍTIMA-NOTICIANTE

Nome: ROSANGELA SANTANA DE JESUS

Nome do pai: MANOEL FRANCISCO DE JESUS Nome da mãe: EDNALVA SANTANA DE JESUS

Pessoa: Física CPF/CGC: 000.000.000-00 RG: 31250722 UF: SE Órgão expedidor: SE

Naturalidade: LAGARTO Data de nascimento: 30/04/1984 Sexo: Feminino Cor da pele: Branca

Profissão: ESTUDANTE Estado civil: Casado Grau de instrução: 1º Grau Incompleto

Endereço: AV DEYJANIRO JONAS Número: 517 Complemento:

CEP: 49.000-000 Bairro: CENTRO Cidade: LAGARTO UF: SE

Proximidades: Telefone:



HISTÓRICO

RELATA A NOTICIANTE QUE, TRANSITAVA PELO CENTRO DA CIDADE DE LAGARTO QUANDO FOI SURPREENDIDA POR UM VEÍCULO ATÉ A PRESENTE DATA NÃO IDENTIFICADO, TENDO EM VISTA QUE SEU CONDUTOR SE EVADIU DO LOCAL SEM PRESTAR SOCORRO, QUE, FOI SOCORRIDA POR POPULARES E LEVADA AO HOSPITAL GABRIEL SOARES EM ARACAJU/SE. PELO EXPOSTO SOLICITA AS DEVIDAS PROVIDÊNCIAS.

Acrescentado por Maria da Conceição Silva - 10/11/2014 às 09:34

EM TEMPO DIZ QUE CAMINHAVA EM VIA PUBLICA MOMENTO EM QUE SOFREU ACIDENTE

A fim de confirmar a autenticidade do BOLETIM DE OCORRÊNCIA e do BOLETIM MÉDICO DE ATENDIMENTO apresentado, requer:

- A intimação da parte autora para prestar esclarecer se foi atropelada ou teve queda de moto.
- A expedição de ofício para Delegacia Esp. De Proteção à Mulher, fim de que sejam prestados os devidos esclarecimentos pelos responsáveis.
- A expedição de ofício para o Hospital Regional de Lagarto, fim de que sejam prestados os devidos esclarecimentos pelos responsáveis.

DO LAUDO PERICIAL

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à INVALIDEZ PERMANENTE.

Diferente do que tentar fazer crer a parte autora, não há nos autos qualquer documento conclusivo para atestar com veemência o nexos causal do sinistro noticiado com a alegada invalidez, haja vista que o ACIDENTE **OCORREU NO ANO DE 2014**, E O AUTOR NÃO ACOSTOU DOCUMENTOS QUE COMPROVASSEM QUE A MESMA ENCONTRAVA-SE EM TRATAMENTO MÉDICO OU ATÉ MESMO LAUDOS MÉDICOS QUE CONFIRMASSEM A SEQUELA NA MANDÍBULA.

Salienta-se, que o Autor requereu administrativamente, porém o sinistro foi cancelado tendo em vista a ausência de documentação.

EM QUE PESE O LAUDO PERICIAL TER APRESENTADO UMA INVALIDEZ PARCIAL INCOMPLETA DE REPERCUSSÃO INTENSA (75%) DA MANDÍBULA, VERIFICAMOS QUE O I. PERITO NÃO FUNDAMENTOU DE FORMA CLARA E NÃO ATESTOU NO LAUDO PERICIAL QUAIS FORAM AS SEQUELAS DEFINITIVAS.

COMPREENDE-SE, QUE NOS AUTOS NÃO CONSTAM NENHUMA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA QUE COMPROVE QUE A PARTE AUTORA FICOU EM TRATAMENTO MÉDICO DE 2014 ATÉ 2018.

ORA V.EXA., DIANTE DE TODA EVOLUÇÃO DA MEDICINA, NÃO É PLAUSÍVEL QUE VÍTIMA VENHA APRESENTAR UM SEQUELA NA MANDÍBULA INTENSA (75%) DEPOIS DE TANTO TEMPO DO ACIDENTE, SENDO CERTO QUE O AUTOR NÃO COMPROVOU QUALQUER TRATAMENTO OU MEDICAÇÃO EM DECORRÊNCIA DAS LESÕES.

Ante o exposto, requer a improcedência do pleito autoral, tendo em vista a total ausência de prova capaz de comprovar a gravidade da lesão e o nexo de causalidade entre a dita lesão e o acidente automobilístico

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

LAGARTO, 12 de fevereiro de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/SE 780-A

KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ
2592 - OAB/SE



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

25/02/2019

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

12/03/2019

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Certifique-se quanto a eventual manifestação apresentada pela parte autora acerca do laudo pericial juntado no dia 23/01/2019.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário do Estado de Sergipe
2ª Vara Cível de Lagarto

Nº Processo 201654101421 - Número Único: 0006986-18.2016.8.25.0040

Autor: Rosangela Santana de Jesus

Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Certifique-se quanto a eventual manifestação apresentada pela parte autora acerca do laudo pericial juntado no dia 23/01/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Edinaldo Cesar Santos Junior, Juiz(a) de 2ª Vara Cível de Lagarto**, em 12/03/2019, às 20:53:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019000579309-39**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA Cível DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

13/03/2019

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: PAULA CRISTINA DA SILVEIRA OLIVEIRA - 9878}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO
DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE LAGARTO-SERGIPE.**

Processo: 201654101421

Já qualificada nos presentes autos da AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO-DPVAT, vem, a presença de V. Exa., através de seu Advogado *infra*, declarar que:

A Autora está em total acordo com o laudo pericial, que todas as informações contidas no laudo são os problemas vivenciados pela a Autora, como sofreu lesões na face e na mandíbula bilateral, conforme comprova os relatórios médico nos autos, o cirurgião dentista através da perícia apenas comprovou o que já havia explicitado os relatórios médicos. Afirmando todas as sequelas **definitivas** que a Autora resultou através do acidente.

Nestes termos, pede deferimento.

Lagarto/SE, 13 de Março de 2019.

PAULA CRISTINA DA SILVEIRA OLIVEIRA
OAB/SE 9878



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

13/03/2019

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico e dou fé que a parte autora apresentou manifestação juntada em 13.03.2019.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

13/03/2019

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

15/04/2019

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Atento a manifestação apresentada em 13/02/2019 e, com vistas a evitar eventual nulidade por cerceamento de defesa da parte, defiro os pedidos ali inseridos para determinar a intimação da parte autora, pela imprensa, para informar se a mesma foi atropelada ou foi vítima de queda de motocicleta, bem como seja expedido ofício à Delegacia de Proteção da Mulher e ao Hospital Regional de Lagarto, a fim de sejam prestados os esclarecimentos a respeito do fato. Fixo o prazo de 05 dias para resposta. Após, com ou sem manifestação, à conclusão.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
2ª Vara Cível de Lagarto**

Nº Processo 201654101421 - Número Único: 0006986-18.2016.8.25.0040

Autor: Rosangela Santana de Jesus

Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Atento a manifestação apresentada em 13/02/2019 e, com vistas a evitar eventual nulidade por cerceamento de defesa da parte, defiro os pedidos ali inseridos para determinar a intimação da parte autora, pela imprensa, para informar se a mesma foi atropelada ou foi vítima de queda de motocicleta, bem como seja expedido ofício à Delegacia de Proteção da Mulher e ao Hospital Regional de Lagarto, a fim de sejam prestados os esclarecimentos a respeito do fato.

Fixo o prazo de 05 dias para resposta.

Após, com ou sem manifestação, à conclusão.



Documento assinado eletronicamente por **Edinaldo Cesar Santos Junior, Juiz(a) de 2ª Vara Cível de Lagarto**, em 15/04/2019, às 16:39:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019000916786-98**.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

17/04/2019

MOVIMENTO:

Intimação Eletrônica

DESCRIÇÃO:

Intimação enviada à Delegacia - DAGV - Lagarto - Del. Esp. de Atend. a Grupos Vulneráveis.
Atento a manifestação apresentada em 13/02/2019 e, com vistas a evitar eventual nulidade por cerceamento de defesa da parte, defiro os pedidos ali inseridos para determinar a intimação da parte autora, pela imprensa, para informar se a mesma foi atropelada ou foi vítima de queda de motocicleta, bem como seja expedido ofício à Delegacia de Proteção da Mulher e ao Hospital Regional de Lagarto, a fim de sejam prestados os esclarecimentos a respeito do fato. Fixo o prazo de 05 dias para resposta. Após, com ou sem manifestação, à conclusão.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

17/04/2019

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 201954102122 do tipo OFÍCIO LIVRE (assinante escrivão) [TM3500,MD2028]

{Destinatário(a): Hospital Universitário de Lagarto por seu Diretor}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
2ª Vara Cível de Lagarto
Rod. Antônio Martins de Menezes, km 36, S/N
Bairro - Horta Cidade - Lagarto/SE
Cep - 49400000 Telefone - (79)3632-1700

Normal



201954102122

PROCESSO: 201654101421 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0006986-18.2016.8.25.0040
NATUREZA: Procedimento Comum
REQUERENTE: Rosangela Santana de Jesus
REQUERIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Sr Diretor

De ordem do MM Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Lagarto Dr Edinaldo César Santos Junior ofício à Delegacia de Proteção da Mulher e ao Hospital Regional de Lagarto, a fim de sejam prestados os esclarecimentos a respeito do fato, no prazo de 05 dias. Segue anexa a petição inicial para maior entendimento do fato.

Destinatário

Nome: Hospital Universitário de Lagarto por seu Diretor
Endereço: Av. Brasília, 49400 , , 00
Bairro: SANTA TEREZINHA
Cidade: Lagarto - SE
CEP: 49400000

[TM3500, MD2028]



Documento assinado eletronicamente por **Tais Wiltshire Soares do Amaral, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de 2ª Vara Cível de Lagarto**, em 17/04/2019, às 12:55:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019000944677-37**.

Recebi o mandado 201954102122 em ____/____/____





Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

25/04/2019

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: PAULA CRISTINA DA SILVEIRA OLIVEIRA - 9878}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO
DA 2ª VARA CÍVEL DA CIDADE DE LAGARTO/SE.**

PROCESSO Nº 201654101421

ROSANGELA SANTANA DE JESUS, devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, por conduto de suas advogadas que a esta subscreve, vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, informar que foi vítima de atropelamento.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Lagarto/SE, 25 de abril de 2019.

NATÁLIA MARIA FONTES VASCONCELOS
OAB/SE 9273

PAULA CRISTINA DA SILVEIRA OLIVEIRA
OAB/SE 9878



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

03/05/2019

MOVIMENTO:

Outras Informações

DESCRIÇÃO:

Intimação à Polícia Judiciária de Sergipe considerada em 03/05/2019, nos termos do art 5º, §3, da lei 11.419/06, referente ao movimento efetuado em 17/04/2019, às 10:36:07.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

07/05/2019

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Mandado(201954102122) de Ofício - Certidão do oficial .

 {Destinatário(a): Hospital Universitário de Lagarto por seu Diretor}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
2ª Vara Cível de Lagarto
Rod. Antônio Martins de Menezes, km 36, S/N
Bairro - Horta Cidade - Lagarto/SE
Cep - 49400000 Telefone - (79)3632-1700

Normal



201954102122

PROCESSO: 201654101421 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0006986-18.2016.8.25.0040
NATUREZA: Procedimento Comum
REQUERENTE: Rosangela Santana de Jesus
REQUERIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Sr Diretor

De ordem do MM Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Lagarto Dr Edinaldo César Santos Junior ofício à Delegacia de Proteção da Mulher e ao Hospital Regional de Lagarto, a fim de sejam prestados os esclarecimentos a respeito do fato, no prazo de 05 dias. Segue anexa a petição inicial para maior entendimento do fato.

Destinatário

Nome: Hospital Universitário de Lagarto por seu Diretor
Endereço: Av. Brasília, 49400 , , 00
Bairro: SANTA TEREZINHA
Cidade: Lagarto - SE
CEP: 49400000

[TM3500, MD2028]



Documento assinado eletronicamente por **Tais Wiltshire Soares do Amaral, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de 2ª Vara Cível de Lagarto**, em 17/04/2019, às 12:55:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019000944677-37**.

Recebi o mandado 201954102122 em ____/____/____





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE

PROCESSO: 201654101421 (Eletrônico)
NATUREZA: Cível
NÚMERO ÚNICO: 0006986-18.2016.8.25.0040
MANDADO: 201954102122
DATA DE CUMPRIMENTO: 25/04/2019 00:00

DESTINATÁRIO: Hospital Universitário de Lagarto por seu Diretor
ENDEREÇO: Av. Brasília, 49400 nº 00. BAIRRO: SANTA TEREZINHA. Lagarto/ SE. CEP: 49400-000
TIPO DE MANDADO: OFÍCIO LIVRE (assinante escrivão)
DATA DE AUDIÊNCIA:

C E R T I D ã O

CUMPRIDO CONFORME DETERMINAÇÃO JUDICIAL

Oficiado através da senhora Larissa A de Santana, técnica em secretariado.

[TC3500, MD47]



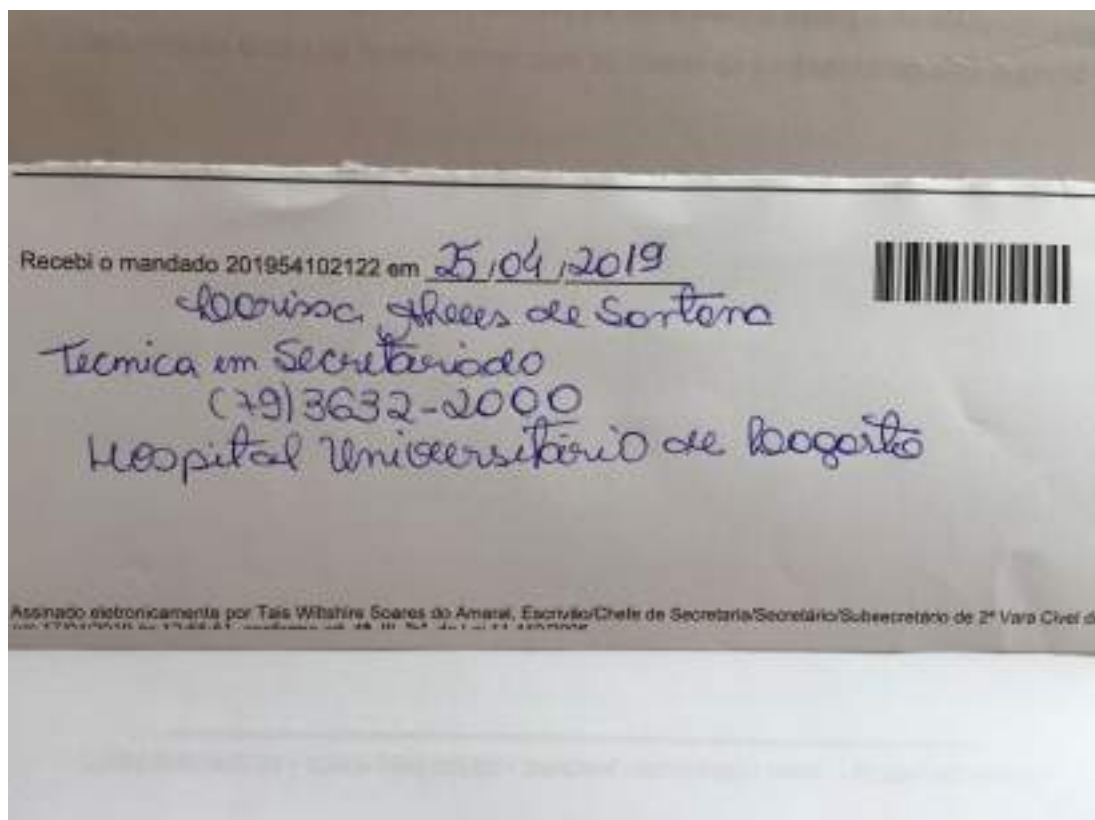
Documento assinado eletronicamente por **Alberico Oliveira de Sandes, Oficial de Justiça**, em 07/05/2019, às 10:07:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019001105828-58**.

Nome do Arquivo:

image.jpg





Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA Cível DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

08/05/2019

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico e dou fé que a parte requerente apresentou manifestação tempestivamente, consoante juntada em 25/04/2019, às 15:12:17h.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

13/05/2019

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

OF. 18-2019 HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE LAGARTO.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE LAGARTO
Avenida Brasília, S/N - Bairro Santa Terezinha
Lagarto-SE, CEP 49400-000
- <http://hul.ebserh.gov.br>

Ofício - SEI nº 18/2019/SEJUR/SUPRIN/HUL-UFS-EBSERH

Lagarto, 07 de maio de 2019.

À Sua Excelência o Senhor

Edinaldo César Santos Junior

Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Lagarto

Rod. Antônio Martins de Menezes, km 36, S/N, Bairro - Horta

CEP.: 49400-000 – Lagarto/SE

Assunto: **Prontuários médicos da Sra. Rosângela Santana de Jesus**

Senhor Juiz,

Em atendimento à determinação recebida através do Ofício nº 201954102122, relacionado com o processo nº 201654101421 (Eletrônico), a fim de prestar esclarecimentos sobre o fato descrito na petição inicial, encaminhamos, em anexo, os prontuários médicos da Sra. Rosângela Santana de Jesus, R.G. nº 31390722, referentes aos atendimentos realizados pelo Hospital Regional de Lagarto à citada paciente.

Na oportunidade, apresentamos protestos de alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

(Assinado eletronicamente)

Valter Joviano de Santana Filho
Superintendente do HUL-UFS/EBSERH



Documento assinado eletronicamente por **Manoel Luiz De Cerqueira Neto, Superintendente, Substituto(a)**, em 08/05/2019, às 13:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1434923** e o código CRC **4A28E352**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 23817.003226/2019-81 | SEI nº 1434923

MS/DATASUS

HOSPITAL REGIONAL DE LAGARTO

No. DO BE: 216515
CNS:DATA: 01/03/2014 HORA: 18:08 USUARIO: AMBSILVA
SETOR: 01 - CLASSIFICACAO DE RISCO

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

NOME : ROSANGELA SANTANA DE JESUS DOC...: S/DOCUMENTO
 IDADE.....: 29 ANOS NASC: 30/04/1984 SEXO...: FEMININO
 ENDEREÇO.....: RUA. DJANIRO JONAS NUMERO: 1817
 COMPLEMENTO...: CASA BAIRRO: ALTO DA BOA VISTA
 MUNICIPIO.....: LAGARTO UF: SE CEP...: 49400-000
 NOME PAI/MAE...: MANOEL FRANCISCO DE JESUS /EDNALVA SANTANA DE JESUS
 RESPONSÁVEL...: O PRÓPRIO TEL...: 9889-8726
 PROCEDENCIA...: LAGARTO
 ATENDIMENTO...: DOR DE CABEÇA
 CASO POLICIAL...: NAO PLANO DE SAUDE....: NAO TRAUMA: NAO
 ACID. TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: NAO

PA: [X] mmHg] PULSO: [] TEMP.: []

EXAMES COMPLEMENTARES: [] RAIO X [] SANGUE [] URINA [] TC
 [] LIQUOR [] ECG [] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO

DADOS CLINICOS:

Pd c/ cefaléia tensional

DIAGNOSTICO:

CID:

PRESCRIÇÃO

HORARIO DA MEDICACAO

① Dexametasona 1 Amp (Im) X
 ② Dipirona 1 Amp (Im) X
 ③ Diclofenaco 1 Amp (Im) X
 ④ Profenid 1 Amp (Im) X

21:33 pure

DATA DA SAÍDA: / /

HORA DA SAÍDA: :

ALTA: ~~X~~ DECISAO MEDICA [] A PEDIDO [] EVASAO [] DESISTENCIA
 [] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO

INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):

OBITO: [] ATE 48HS [] APOS 48HS [] FAMILIA [] IML [] ANAT. PATOL.

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSÁVEL

ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO

MS/DATASUS

HOSPITAL REGIONAL DE LAGARTO

No. DO BE: 228490

DATA: 15/05/2014 HORA: 18:01 USUARIO: CWOPRATA

CNS:

SETOR: 01 - CLASSIFICACAO DE RISCO

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

NOME : ROSANGELA SANTANA DE JESUS DOC...:
 IDADE.....: 30 ANOS NASC: 30/03/1984 SEXO...: FEMININO
 ENDEREÇO.....: BAIRRO ALTO DA BOA VISTA NUMERO:
 COMPLEMENTO...: CASA BAIRRO:
 MUNICIPIO.....: LAGARTO UF: SE CEP...: -
 NOME PAI/MAE...: MANOEL DE SANTANA DE JESUS /EDINALVA SANTANA DE JESUS
 RESPONSÁVEL....: O PROPRIO TEL...: 99431917
 PROCEDENCIA...: LAGARTO
 ATENDIMENTO...: ACIDENTE MOTOCICLISTICO (MOTOS)
 CASO POLICIAL...: NAO PLANO DE SAUDE....: NAO TRAUMA: NAO
 ACID. TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: NAO

PA: [X mmHg] PULSO: [] TEMP.: []

EXAMES COMPLEMENTARES: [] RAO X [] SANGUE [] URINA [] TC
 [] LIQUOR [] ECG [] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO

DADOS CLINICOS:

DIAGNOSTICO: *Infarto Agudo do MIOCARDIO*

CID:

Prescrição

HORARIO DA MEDICACAO

DATA DA SAIDA: / /

HORA DA SAIDA: :

ALTA: [] DECISAO MEDICA [] A PEDIDO [] EVASAO [] DESISTENCIA

[] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO

INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):

OBITO: [] ATE 48HS [] APOS 48HS [] FAMILIA [] IML [] ANAT. PATOL.

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSÁVEL

ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO



HOSPITAL REGIONAL DE LAGARTO
MONS. JOÃO BATISTA DE CARVALHO DALTRO



RELATÓRIO MÉDICO

PACIENTE: ROSÂNGELA SANTANA DO JESUS 30 ANOS

ATENDIDO(A) EM: 15.05.2014

QUADRO CLÍNICO: Paciente vítima de acidente
de moto. Apresenta lesão em face e
fratura da rádio e mandíbula.

DIAGNÓSTICO: POLITRAUMAS

CONDUTA E DATA DA LIBERAÇÃO: Paciente foi submetida
a conduta ortopédica com redução
e liberação por tórax.

LAGARTO/SE. 24 DE 2014 DE 2014

Dr. Fernando Carbonera
CREMESE 3809
Diretor Técnico
Cirurgião Geral

MÉDICO RESPONSÁVEL PELO ATENDIMENTO

45/DATASUS

HOSPITAL REGIONAL DE LAGARTO

No. DO BE: 228634
CNS:DATA: 17/05/2014 HORA: 08:40 USUARIO: AMESILVA
SETOR: 11 - CENTRO CIRURGICO

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

NOME : ROSANGELA SANTANA DE JESUS DOC...: 31390722
 IDADE...: 30 ANOS NASC: 30/04/1984 SEXO...: FEMININO
 ENDEREÇO...: POV BOA VISTA NUMERO:
 COMPLEMENTO...: CASA BAIRRO: ZONA RURAL
 MUNICIPIO...: LAGARTO UF: SE CEP...: 49400-000
 NOME PAI/MAE...: MANOEL FRANCISCO DE JESUS /EDNALVA SANTANA DE JESUS
 RESPONSÁVEL...: O PROPRIO TEL...: 79-9889-87
 PROCEDENCIA...: LAGARTO 26
 ATENDIMENTO...: QUEDA
 CASO POLICIAL...: NAO PLANO DE SAUDE...: NAO TRAUMA: NAO
 ACID. TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: NAO

PA: [X] mmHg] PULSO: [] TEMP.: []

EXAMES COMPLEMENTARES: [] RAO X [] SANGUE [] URINA [] TC
 [] LIQUOR [] ECG [] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO

DADOS CLINICOS:

História de desmame de leite ao
 última se fez, porém a parte superior,
 descombinando os pontos de sutura.
 H. q. Fratura Mandibular e Pulso G

DIAGNOSTICO: Fratura Pulso G / Mandibular

PRESCRICAO

HORARIO DA MEDICACAO

H. descombinando os pontos
 de sutura H. q. Fratura
 Mandibular e Pulso G
 Sutura G

DATA DA SAIDA: 17/05/14

HORA DA SAIDA: 9:05

ALTA: [X] DECISAO MEDICA [] A PEDIDO [] EVASAO [] DESISTENCIA
 [] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO

INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):

ORITO: [] ATE 48HS [] APOS 48HS [] FAMILIA [] EML [] ANAT. PATOL.

Assinatura do Paciente/Responsável

Assinatura e Carimbo do Médico

☐ BUSCA ESPONTÂNEA ☐ ENCAMINHAMENTO ☐ SAMU ☐ GESTANTE ☐ NÃO GESTANTE ☐ ACIDENTE DE TRABALHO: ☐ SIM ☐ NÃO

Queixas:

☐ Agudo ☐ Crônico

Patologia de base:

☐ HAS ☐ DM ☐ cardiopatia ☐ Outros:

Alergias:

☐ NÃO ☐ SIM

Escala de Dor: ☐ 0 ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7 ☐ 8 ☐ 9 ☐ 10

Sinais Vitais

FC (bpm) FR (bpm) SPO2 (%) Tax (°C) PA (mmHg) GLC (mg/dL) Peso (Kg) Escala de Coma de Glasgow

Abertura Ocular Resposta Verbal Resposta Motora TOTAL

SISTEMA NERVOSO		SISTEMA RESPIRATÓRIO		SISTEMA CARDIOVASCULAR		SISTEMA GASTROINTESTINAL		SISTEMA GENITURINÁRIO		SISTEMA OSTEOARTICULAR	
<input type="checkbox"/> Consciência	<input type="checkbox"/> Inconsciência	<input type="checkbox"/> Eupnéia	<input type="checkbox"/> Dispneia	<input type="checkbox"/> Normotensão	<input type="checkbox"/> Bradicardia	<input type="checkbox"/> Flúido	<input type="checkbox"/> Rígido	<input type="checkbox"/> Anúria	<input type="checkbox"/> Midúria	<input type="checkbox"/> Análise	<input type="checkbox"/> Atrofia
<input type="checkbox"/> Orientação	<input type="checkbox"/> Desorientado	<input type="checkbox"/> Ortapnéia	<input type="checkbox"/> Bradipnéia	<input type="checkbox"/> Taquicardia	<input type="checkbox"/> Normotensão	<input type="checkbox"/> Glicose	<input type="checkbox"/> Hemodinâmica	<input type="checkbox"/> Gineia	<input type="checkbox"/> Hemúria	<input type="checkbox"/> Cervicgia	<input type="checkbox"/> Lombalgia
<input type="checkbox"/> Tímido	<input type="checkbox"/> Cardíaco	<input type="checkbox"/> Taquipnéia	<input type="checkbox"/> Tosses	<input type="checkbox"/> Hipertensão	<input type="checkbox"/> Hipotensão	<input type="checkbox"/> Enurese	<input type="checkbox"/> Melena	<input type="checkbox"/> Oligúria	<input type="checkbox"/> Polaciúria	<input type="checkbox"/> Autena	<input type="checkbox"/> Cãibras
<input type="checkbox"/> Temura	<input type="checkbox"/> Náusea	<input type="checkbox"/> Tr. intercostal	<input type="checkbox"/> Hemoptise	<input type="checkbox"/> R. Rápidos	<input type="checkbox"/> R. Arritmico	<input type="checkbox"/> Pirose	<input type="checkbox"/> Constipação	<input type="checkbox"/> Disúria	<input type="checkbox"/> Inúria	<input type="checkbox"/> Estopmo	<input type="checkbox"/> Hemiplegia
<input type="checkbox"/> Isocoria	<input type="checkbox"/> Midríase	<input type="checkbox"/> Tr. subcostal	<input type="checkbox"/> Rastreio	<input type="checkbox"/> Cor. torácica	<input type="checkbox"/> Pseudotúber	<input type="checkbox"/> Diarréia		<input type="checkbox"/> Guedoma	<input type="checkbox"/> Linde e caro	<input type="checkbox"/> Hemiparesia	<input type="checkbox"/> Paraplegia
<input type="checkbox"/> Anisocoria	<input type="checkbox"/> Miose	<input type="checkbox"/> OUTROS		<input type="checkbox"/> Angina		<input type="checkbox"/> OUTROS		<input type="checkbox"/> Concentrada	<input type="checkbox"/> Crisidmento	<input type="checkbox"/> Susp. fratura	
<input type="checkbox"/> OUTROS				<input type="checkbox"/> OUTROS				<input type="checkbox"/> Discreta	<input type="checkbox"/> Glicose	<input type="checkbox"/> Si. abscção	
								<input type="checkbox"/> OUTROS		<input type="checkbox"/> OUTROS	

Classificação do Risco

Especialidade

Hora da Class

☐ AZUL ☐ AMARELO
☐ VERDE ☐ VERMELHO

☐ CLÍNICO ☐ PEDIÁTRICO
☐ CIRÚRGICO ☐ ENFERMAGEM
☐ ORTOPÉDICO

Carimbo e assinatura do Enfermeiro

PRESCRIÇÃO MÉDICA

Hora da avaliação médica:

ANOTAÇÃO DE ENFERMAGEM

HISTÓRICO

HOSPITAL REGIONAL DE LAGARTO

Nº DO BB: 326789

DATA: 09/02/2016 HORA: 20:05 USUARIO: MMECOSTA

Nº:

SETOR: 01 - CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

NOME: ROSANGELA SANTANA DE JESUS DOC...: 31390722
 IDADE: 31 ANOS NASC: 30/04/1984 SEXO: FEMININO
 ENDEREÇO: R JOSE BARRETO DOS SANTOS NÚMERO: 193
 COMPLEMENTO: CASA BAIRRO: LAUDELINO FREIRE
 MUNICÍPIO: LAGARTO UF: SE CEP: 49400-000
 NOME PAI/MAE: MANGEL FRANCISCO DE JESUS / EDVALDA SANTANA DE JESUS
 RESPONSÁVEL: IRMÃO RODRIGO TEL...:
 PRECEDÊNCIA: LAGARTO
 EXAME: TORÇÃO MEMBROS INFERIORES
 LAÇO POLICIAL: NÃO PLANO DE SAÚDE: NÃO TRAUMA: NÃO
 LAÇO TRABALHO: NÃO VEIO DE AMBULÂNCIA: NÃO

PA: [] X mmHg [] PULSO: [] [] TEMP.: [] []

EXAMES COMPLEMENTARES: [] RAIO X [] SANGUE [] URINA [] TC
 [] LIQUOR [] ECG [] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NÃO

CASO CLÍNICO:

Trauma fechado e N° 7 les. q dor + flem

DIAGNÓSTICO: Entorse 7° dedo / N° 7 CID:

PRESCRIÇÃO

HORÁRIO DA MEDICAÇÃO

Rx trauma 7° dedo / N° 7
 Analgésico
 De 4 em 4 horas
 Euflex

20/02/2016
 20/02/2016

HORA DA SAÍDA: 09/02/16

HORA DA SAÍDA: 21:00

DECISÃO: [] DECISÃO MÉDICA [] A PEDIDO [] EVASÃO [] DESISTÊNCIA

[] ENCAMINHADO AO AMBULATÓRIO

INTERNACÃO NO PRÓPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERÊNCIA (UNIDADE DE SAÚDE):

TIPO: [] ATÉ 48HS [] APÓS 48HS [] FAMÍLIA [] IMI [] ANAT. PATOL

Assinatura do paciente/responsável

Assinatura do médico
 José Cleandro Nunes Mota
 Ortopedia - Traumatologia
 CRM - 1783 TECT 0016

☐ BUSCA ESPONTÂNEA ☐ ENCAMINHAMENTO ☐ SAMU ☐ GESTANTE ☐ NÃO GESTANTE ☐ ACIDENTE DE TRABALHO ☐ SIM ☐ NÃO

Queixas:

☐ Agudo ☐ Crônico

Patologia de base:

☐ HAS ☐ DM ☐ Cardiopatia ☐ Outros:

Alergias

☐ NÃO ☐ SIM

Escala

do Dor:

Sinais Vitais

FC (bpm) FR (rpm) SpO₂ (%) T_{ax} (°C) PA (mmHg) GLC (mg/dL) Peso (Kg) Escala de Coma de Glasgow

Aperência Ocular Resposta Verbal Resposta Motora TOTAL

SISTEMA NERVOSO	SISTEMA RESPIRATÓRIO	SISTEMA CARDIOVASCULAR	SISTEMA GASTROINTESTINAL	SISTEMA GENITURINÁRIO	SISTEMA OSTEOARTICULAR
<input type="checkbox"/> Convulsões <input type="checkbox"/> Incontinência	<input type="checkbox"/> Eupneico <input type="checkbox"/> Dispneico	<input type="checkbox"/> Normotensão <input type="checkbox"/> Hipertensão	<input type="checkbox"/> Fecundo <input type="checkbox"/> Hemetêmico	<input type="checkbox"/> Anúria <input type="checkbox"/> Anúria	<input type="checkbox"/> Amalgia <input type="checkbox"/> Racha
<input type="checkbox"/> Orientado <input type="checkbox"/> Desorientado	<input type="checkbox"/> Ortopneia <input type="checkbox"/> Bradipneia	<input type="checkbox"/> Taquicardia <input type="checkbox"/> Bradicardia	<input type="checkbox"/> Gástrico <input type="checkbox"/> Hemetêmico	<input type="checkbox"/> Catúria <input type="checkbox"/> Hematuria	<input type="checkbox"/> Carpalgia <input type="checkbox"/> Lombalgia
<input type="checkbox"/> Tórax <input type="checkbox"/> Costado	<input type="checkbox"/> Taquipneia <input type="checkbox"/> Tose	<input type="checkbox"/> Hipertensão <input type="checkbox"/> Hipotensão	<input type="checkbox"/> Emúria <input type="checkbox"/> Múria	<input type="checkbox"/> Gástrico <input type="checkbox"/> Prostatismo	<input type="checkbox"/> Polónio <input type="checkbox"/> Clamato
<input type="checkbox"/> Cefaleia <input type="checkbox"/> Náusea	<input type="checkbox"/> Tr. intercostal <input type="checkbox"/> Hemoptise	<input type="checkbox"/> P. Rápido <input type="checkbox"/> P. Lento	<input type="checkbox"/> P. Rápido <input type="checkbox"/> P. Lento	<input type="checkbox"/> Rápido <input type="checkbox"/> Prostatismo	<input type="checkbox"/> Espasmo <input type="checkbox"/> Hematúria
<input type="checkbox"/> Secreção <input type="checkbox"/> Midriase	<input type="checkbox"/> Tr. subcostal <input type="checkbox"/> Sibilância	<input type="checkbox"/> Dem. brônquica <input type="checkbox"/> Presença de ruído	<input type="checkbox"/> Dem. brônquica <input type="checkbox"/> Presença de ruído	<input type="checkbox"/> Rápido <input type="checkbox"/> Prostatismo	<input type="checkbox"/> Hematuria <input type="checkbox"/> Prostatismo
<input type="checkbox"/> Anisocoria <input type="checkbox"/> Miopia	<input type="checkbox"/> Cúrtico	<input type="checkbox"/> Angina	<input type="checkbox"/> OUTROS	<input type="checkbox"/> Rápido <input type="checkbox"/> Prostatismo	<input type="checkbox"/> Sinal. Intenso
<input type="checkbox"/> Anisocoria		<input type="checkbox"/> OUTROS		<input type="checkbox"/> Rápido <input type="checkbox"/> Prostatismo	<input type="checkbox"/> Sinal. Intenso

Classificação do Risco

Especialidade

Hora da Class

☐ AZUL ☐ AMARELO
☐ VERDE ☐ VERMELHO

☐ CLÍNICO ☐ PEDIÁTRICO
☐ CIRÚRGICO ☐ ENFERMAGEM
☐ ORTOPÉDICO

Assinatura e assinatura do Enfermeiro

PRESCRIÇÃO MÉDICA

Hora da avaliação médica:

ANOTAÇÃO DE ENFERMAGEM



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

13/05/2019

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico e dou fé que O Hospital Regional de Lagarto/SE apresentou manifestação tempestivamente, consoante juntada retro.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

21/05/2019

MOVIMENTO:

Decurso de Prazo

DESCRIÇÃO:

Certifico e dou fé que transcorreu o prazo determinado no despacho do dia 15/04/2019 e visualiza-se manifestação da parte requerente e do Hospital Regional de Lagarto. Certifico também que a Delegacia - DAGV - Lagarto - Del. Esp. de Atend. a Grupos Vulneráveis(Intimação à Polícia Judiciária de Sergipe considerada em 03/05/2019) deixou transcorrer o prazo de 05 (cinco) dias sem manifestar-se acerca das considerações ali delineadas.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

21/05/2019

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

01/07/2019

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

DESPACHO Tendo em vista o contido na certidão retro, renove-se o ofício à Delegacia - DAGV - Lagarto - Del. Esp. de Atend. a Grupos Vulneráveis. Com ou sem as informações, intimem-se as partes para, no prazo de 5(cinco) dias, manifestarem-se. Após, conclusos.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
2ª Vara Cível de Lagarto**

Nº Processo 201654101421 - Número Único: 0006986-18.2016.8.25.0040
Autor: Rosangela Santana de Jesus
Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

DESPACHO

Tendo em vista o contido na certidão retro, renove-se o ofício à Delegacia - DAGV - Lagarto - Del. Esp. de Atend. a Grupos Vulneráveis.

Com ou sem as informações, intimem-se as partes para, no prazo de 5(cinco) dias, manifestarem-se.

Após, conclusos.



Documento assinado eletronicamente por **CAROLINA VALADARES BITENCOURT, Juiz(a) de 2ª Vara Cível de Lagarto**, em 01/07/2019, às 20:10:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019001625239-81**.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

15/07/2019

MOVIMENTO:

Intimação Eletrônica

DESCRIÇÃO:

Intimação enviada à Delegacia - DAGV - Lagarto - Del. Esp. de Atend. a Grupos Vulneráveis.
Atento a manifestação apresentada em 13/02/2019 e, com vistas a evitar eventual nulidade por cerceamento de defesa da parte, defiro os pedidos ali inseridos para determinar a intimação da parte autora, pela imprensa, para informar se a mesma foi atropelada ou foi vítima de queda de motocicleta, bem como seja expedido ofício à Delegacia de Proteção da Mulher e ao Hospital Regional de Lagarto, a fim de sejam prestados os esclarecimentos a respeito do fato. Fixo o prazo de 05 dias para resposta. Após, com ou sem manifestação, à conclusão.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

26/07/2019

MOVIMENTO:

Outras Informações

DESCRIÇÃO:

Intimação à Polícia Judiciária de Sergipe considerada em 26/07/2019, nos termos do art 5º, §3, da lei 11.419/06, referente ao movimento efetuado em 15/07/2019, às 09:49:34.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA Cível DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

05/08/2019

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico e dou fé que decorreu o prazo de 05 (cinco) dias sem manifestação, razão pela qual passo a intimar as partes.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

05/08/2019

MOVIMENTO:

Ato Ordinatório

DESCRIÇÃO:

Com ou sem as informações, intem-se as partes para, no prazo de 5(cinco) dias, manifestarem-se. Após, conclusos.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

07/08/2019

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE LAGARTO/SE

Processo: 201654101421

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ROSANGELA SANTANA DE JESUS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer o julgamento da impugnação ao valor dos honorários periciais de fls. 122.

Em tempo, a ré, ainda, reitera o pedido formulado na peça de defesa da ré acostada aos autos, e requer seja o nome do **KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ**, 2595/SE, anotado na capa dos presentes autos, para que futuras publicações e intimações ocorram em seu nome, para os devidos fins legais, evitando-se, destarte, eventual nulidade dos atos processuais.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

LAGARTO, 7 de agosto de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/SE 780-A

KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ
2592 - OAB/SE



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

15/08/2019

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico e dou fé que decorreu o prazo sendo que somente a requerida apresentou manifestação.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

15/08/2019

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

09/10/2019

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Ciente da manifestação retro. Compulsando os autos, verifico que a petição apresentada no dia 19/09/2017 impugna o valor arbitrado a título de honorários. Entretanto, a parte requerida não apresentou elemento capaz de fundamentar o seu pedido. Desta forma, indefiro a impugnação aos honorários periciais apresentada no dia 19/09/2017. Considerando os esclarecimentos apresentados pelo perito, bem como pela parte autora, através da petição do dia 25/04/2019 e dos documentos apresentados em 13/05/2019, intime-se a parte requerida, pela imprensa, a fim de que informe se ainda possui interesse no depoimento da parte autora, no prazo de 05 dias. Findo o prazo, com ou sem manifestação, à conclusão.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário do Estado de Sergipe
2ª Vara Cível de Lagarto

Nº Processo 201654101421 - Número Único: 0006986-18.2016.8.25.0040

Autor: Rosangela Santana de Jesus

Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Ciente da manifestação retro.

Compulsando os autos, verifico que a petição apresentada no dia 19/09/2017 impugna o valor arbitrado a título de honorários. Entretanto, a parte requerida não apresentou elemento capaz de fundamentar o seu pedido.

Desta forma, indefiro a impugnação aos honorários periciais apresentada no dia 19/09/2017.

Considerando os esclarecimentos apresentados pelo perito, bem como pela parte autora, através da petição do dia 25/04/2019 e dos documentos apresentados em 13/05/2019, intime-se a parte requerida, pela imprensa, a fim de que informe se ainda possui interesse no depoimento da parte autora, no prazo de 05 dias.

Findo o prazo, com ou sem manifestação, à conclusão.



Documento assinado eletronicamente por **Edinaldo Cesar Santos Junior, Juiz(a) de 2ª Vara Cível de Lagarto**, em 09/10/2019, às 15:14:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019002593528-19**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

21/10/2019

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico e dou fé que transcorreu o prazo de 10 (dez) dias sem que a parte executada, devidamente intimada, apresentasse nesta Secretaria sua manifestação acerca das considerações contidas no despacho retro.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

21/10/2019

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

24/10/2019

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Depósito Judicial nº 191016033504060 do BANESE referente a Pagamento do Débito, ocorrido em 23/10/2019, realizado por SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA.

{Movimento automático gerado pelo Sistema de Gestão de Depósito Judicial}

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não

Informações do depósito da conta judicial: 9288117225 - Parcela: 1

Banco - BANESE

CPF/CNPJ do depositante	09.248.608/0001-04
Nome do depositante	SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA
ID da guia	1071065
Origem	Interligação
Data do depósito	23/10/2019
Forma de recolhimento	DINHEIRO
Valor do depósito	788,00



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

31/10/2019

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592}

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE LAGARTO/SE

Processo: 201654101421

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ROSANGELA SANTANA DE JESUS**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,
Pede Juntada.

LAGARTO, 25 de outubro de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/SE 780-A

KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ
2592 - OAB/SE

			N° DA CONTA JUDICIAL	
			0	
N° DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	TIPO DE JUSTIÇA
		22/10/2019	0	ESTADUAL
DATA DA GUIA	N° DA GUIA	N° DO PROCESSO		
22/10/2019	2256409	00069861820168250040		
UF/COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
SE	Vara Cível	RÉU	788,00	
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		Jurídica	09248608000104	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
ROSANGELA SANTANA DE JESUS		FISÍCA	02944460528	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
711FA5DBBF667C03				
CÓDIGO DE BARRAS				
04791.59097 00001.601079 10653.047588 1 80640000078800				


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA

A guia de depósito poderá ser paga em toda rede bancária utilizando-se o boleto bancário abaixo

Processo nº.....: 201654101421

CEDENTE: BANCO DO ESTADO DE SERGIPE

Nome do cliente SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA	Data de Vencimento 05/11/2019	Valor Cobrado R\$ 788,00
Agência / Código do Cedente 015/909000016	Nosso Número 01071065-3	Autenticação Mecânica

 **Banese** **047-7** **04791.59097 00001.601079 10653.047588 1 80640000078800**

Local de Pagamento PAGÁVEL PREFERENCIALMENTE NA REDE BANESE					Vencimento 05/11/2019
Beneficiário BANCO DO ESTADO DE SERGIPE					Agência/Cod Beneficiário 015/909000016
Data do Documento 16/10/2019	Nº do Documento	Espécie Doc.	Aceite	Data do Processamento 16/10/2019	Nosso Número 01071065-3
Uso Banco	Carteira CS	Moeda R\$	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento R\$ 788,00
Instruções - Documento referente a DEPOSITO JUDICIAL; - Não cobrar Multas juros ou qualquer tipo de encargo; - Não receber após o vencimento.					(-) Desconto/abatimento
					(-) Outras deduções
					(+) Mora/Multa
					(+) Outros Acréscimos
					(=) Valor Cobrado
Pagador: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA Cpf/Cnpj: 09.248.608/0001-04					
SACADOR/AVALISTA					



Autenticação mecânica/FICHA DE COMPENSAÇÃO



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

18/11/2019

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592}

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE LAGARTO/SE

Processo: 201654101421

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ROSANGELA SANTANA DE JESUS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho de fls., vem informar que diante da contradição dos fatos requer o depoimento pessoal da parte autora.

Por oportuno, requer expedição de ofício para Delegacia Esp. De Proteção à Mulher, fim de que sejam prestados os devidos esclarecimentos pelos responsáveis.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

LAGARTO, 15 de outubro de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/SE 780-A

KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ
2592 - OAB/SE



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

03/12/2019

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Defiro o pedido retro formulado pela parte requerida. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 23/01/2020, às 10h, no Fórum local. Advirtam-se as partes de que deverão apresentar rol de testemunhas, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 357, §4º do NCPC, contendo, se possível, os dados a que se refere o art. 450 do NCPC. Em caso de depoimento pessoal, a parte deve ser intimada pessoalmente para comparecer ao ato, sob pena de confissão, conforme previsão do artigo 385, § 1º do CP. Saliente-se aos patronos de que deverão informar e intimar as testemunhas da referida audiência, nos termos do art. 455 do NCPC. Designo o dia 23/01/2020 às 10h:00min para que seja realizada audiência Instrução e Julgamento.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
2ª Vara Cível de Lagarto**

Nº Processo 201654101421 - Número Único: 0006986-18.2016.8.25.0040

Autor: Rosangela Santana de Jesus

Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Defiro o pedido retro formulado pela parte requerida. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 23/01/2020, às 10h, no Fórum local.

Advirtam-se as partes de que deverão apresentar rol de testemunhas, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 357, §4º do NCPC, contendo, se possível, os dados a que se refere o art. 450 do NCPC.

Em caso de depoimento pessoal, a parte deve ser intimada pessoalmente para comparecer ao ato, sob pena de confissão, conforme previsão do artigo 385, § 1º do CP.

Saliente-se aos patronos de que deverão informar e intimar as testemunhas da referida audiência, nos termos do art. 455 do NCPC.



Documento assinado eletronicamente por **DANIELA DE ALMEIDA BAYMA VALDIVIA**, Juiz(a) de 2ª Vara Cível de Lagarto, em 03/12/2019, às 22:45:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019003098803-18**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

18/12/2019

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CIVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

18/12/2019

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Tendo em vista a participação do Magistrado no Curso de Formação Inicial da ENFAM, condição de Professor, redesigno a audiência de instrução e julgamento para a data disponível mais próxima, qual seja o dia 06/02/2020, às 09h30min, na sala de audiência desta Vara. Intimações e providências necessárias.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
2ª Vara Cível de Lagarto**

Nº Processo 201654101421 - Número Único: 0006986-18.2016.8.25.0040

Autor: Rosangela Santana de Jesus

Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Tendo em vista a participação do Magistrado no Curso de Formação Inicial da ENFAM, condição de Professor, redesigno a audiência de instrução e julgamento para a data disponível mais próxima, qual seja o dia 06/02/2020, às 09h30min, na sala de audiência desta Vara.

Intimações e providências necessárias.



Documento assinado eletronicamente por **DANIELA DE ALMEIDA BAYMA VALDIVIA**, Juiz(a) de 2ª Vara Cível de Lagarto, em 18/12/2019, às 12:41:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019003247425-45**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

19/12/2019

MOVIMENTO:

Audiência

DESCRIÇÃO:

Audiência remarcada para o dia 06/02/2020 às 09:30 h. Motivo: Readequação de pauta

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

06/02/2020

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

[...] Iniciada a audiência, o MM. Juiz colheu o depoimento pessoal da parte autora, cujo(s) teor(es) encontram-se gravados em audiovisual no banco de dados do TJ/SE. Foi, então, declarada encerrada a instrução processual, tendo proferido as partes alegações finais reiterativas. Assim, foi determinada a conclusão dos autos. Presentes intimados.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não

Termo de Audiência

Processo nº: 201654101421

TERMO DE AUDIÊNCIA

Aos **seis (06)** dias do mês de **fevereiro (02)** do ano de **dois mil e vinte (2020)**, às 09h30min, nesta Cidade de Lagarto/SE, Estado de Sergipe, na Sala das Audiências do Juízo de Direito, onde presente se achava o MM. Juiz de Direito, **Dr. Edinaldo César Santos Junior**, comigo Hebert Carvalho Santos, Técnico Judiciário, que este subscreve. Apregoadas as partes, ao pregão respondeu(ram): a(s) parte(s) requerente(s), acompanhada de seu/sua advogado(a), e o requerido, representado(a) por seu/sua preposto(a), também acompanhado(a) de advogado(a).

Iniciada a audiência, o MM. Juiz colheu o depoimento pessoal da parte autora, cujo(s) teor(es) encontram-se **gravados em audiovisual** no banco de dados do TJ/SE. Foi, então, declarada encerrada a instrução processual, tendo proferido as partes alegações finais reiterativas. **Assim, foi determinada a conclusão dos autos.** Presentes intimados. Nada mais havendo a tratar, mandou o Juiz lavrar o presente termo que, lido e achado conforme, fica devidamente assinado. Para constar, eu, _____ Hebert Carvalho Santos, Técnico Judiciário, o digitei e subscrevi.




Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Lagarto/SE


Processo nº.: 201654101421 PROCEDIMENTO COMUM
Requerente(s): ROSANGELA SANTANA DE JESUS
Requerido(s): SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

TERMO DE AUDIÊNCIA

Aos seis (06) dias do mês de fevereiro (02) do ano de dois mil e vinte (2020), às 09h30min, nesta Cidade de Lagarto/SE, Estado de Sergipe, na Sala das Audiências do Juízo de Direito, onde presente se achava o MM. Juiz de Direito, Dr. Edinaldo César Santos Junior, comigo Hebert Carvalho Santos, Técnico Judiciário, que este subscreve. Apregoadas as partes, ao pregão respondeu(ram): a(s) parte(s) requerente(s), acompanhada de seu/sua advogado(a), e o requerido, representado(a) por seu/sua preposto(a), também acompanhado(a) de advogado(a).

Iniciada a audiência, o MM. Juiz colheu o depoimento pessoal da parte autora, cujo(s) teor(es) encontram-se gravados em audiovisual no banco de dados do TJ/SE. Foi, então, declarada encerrada a instrução processual, tendo proferido as partes alegações finais reiterativas. Assim, foi determinada a conclusão dos autos. Presentes intimados. Nada mais havendo a tratar, mandou o Juiz lavrar o presente termo que, lido e achado conforme, fica devidamente assinado. Para constar, eu,  Hebert Carvalho Santos, Técnico Judiciário, o digitei e subscrevi.


Edinaldo César Santos Junior
JUIZ DE DIREITO

 02/02/20 434-B

Rosângela Santana de Jesus



02/02/20 434-B

Elza Lucília Fontes Vasconcelos



*Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Lagarto/SE*

TERMO DE DEPOIMENTO PESSOAL

REQUERENTE: ROSANGELA SANTANA DE JESUS, depoente já qualificado(a) nos autos, ficando o seu depoimento registrado em audiovisual no banco de dados do tj/se. Sem mais. Depoimento formalizado. Eu, , Técnico Judiciário, subscrevo.


Edinaldo César Santos Junior
JUIZ DE DIREITO


REQUERENTE


ADVOGADO(A)


ADVOGADO(A)

SUBSTABELECIMENTO

Eu, **KELLY CHRYSTIAN SILVA MENÉNDEZ**, brasileira, advogada inscrita na OAB/SE sob o nº 2.592, substabeleço, **COM RESERVAS**, os poderes a mim concedidos por

Sequedora Lides
201654101421, nos

autos da ação que tramita no(a)

2ª Vara Cível da Comarca de
Leopoldo/SE, a

Thomas des. Palestina,
advogada inscrita na OAB/SE sob o nº 6803, residindo na Rua
Pacatuba, 254, Edf. Paulo Figueiredo, sala 210, Centro de Aracaju, Sergipe.

Aracaju, 06 de fev. de 2020.


KELLY CHRYSTIAN SILVA MENÉNDEZ
OAB/SE 2592

Rua Pacatuba, 254, Edf. Paulo Figueiredo, sala 210, Centro, Aracaju-SE.

CARTA DE PREPOSIÇÃO

SEGURADORA LIDER S.A., empresa seguradora com sede à Rua Senador Dantas, 74 – Centro, Rio de Janeiro – RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, representada por Kelly Chrystian Silva Menéndez, brasileira, advogada, inscrita na OAB/SE sob o nº 2.592, nomeia o seguinte preposto:

NOME: *Elza Paulo Frontes Vasconcelos*
RG: *040.536.705.86*

para representá-la na condição de **PREPOSTO**, podendo comparecer a audiências, fazer acordos, fazer requerimentos e depoimentos, enfim, podendo praticar todos os atos necessários para o perfeito cumprimento da presente.

Aracaju, *07* de *Fevereiro* de *2020*

Kelly Chrystian Silva Menéndez
KELLY CHRYSTIAN SILVA MENÉNDEZ
OAB/SE 2592



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

27/04/2020

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

O odontólogo Gilberth Tadeu dos Santos Aciole, concluiu que o quadro apresentado pela parte autora encaixa-se como invalidez permanente parcial incompleta, tendo ocorrido o percentual de perda equivalente a 75%, observado o disposto no artigo 3º, II, da Lei 6.194/74. Entretanto, o expert deixou de informar o percentual de perda da paciente conforme descrito na tabela anexa da Lei nº 6.194/74. Sendo assim, converto o feito em diligência e determino a intimação do referido perito para esclarecer, no prazo de 10 dias, sob qual percentual a lesão diagnosticada pode ser enquadrada. Findo o prazo, com ou sem manifestação, à conclusão.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário do Estado de Sergipe
2ª Vara Cível de Lagarto

Nº Processo 201654101421 - Número Único: 0006986-18.2016.8.25.0040

Autor: Rosangela Santana de Jesus

Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Movimento: Despacho >> Conversão >> Julgamento em Diligência

O odontólogo Gilberth Tadeu dos Santos Aciole, concluiu que o quadro apresentado pela parte autora encaixa-se como invalidez **permanente parcial incompleta**, tendo ocorrido o percentual de perda equivalente a 75%, observado o disposto no artigo 3º, II, da Lei 6.194/74.

Entretanto, o expert deixou de informar o percentual de perda da paciente conforme descrito na tabela anexa da Lei nº 6.194/74.

Sendo assim, converto o feito em diligência e determino a intimação do referido perito para esclarecer, no prazo de 10 dias, sob qual percentual a lesão diagnosticada pode ser enquadrada.

Findo o prazo, com ou sem manifestação, à conclusão.



Documento assinado eletronicamente por **EDINALDO CÉSAR SANTOS JÚNIOR**, Juiz(a) de 2ª Vara Cível de Lagarto, em 27/04/2020, às 10:21:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000808215-75**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

27/04/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico e dou fé que enviei email ao perito e aguardo manifestação.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

30/04/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Laudo pericial complementar

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª
VARA CÍVEL DE LAGARTO-SE

LAUDO PERICIAL ODONTO LEGAL COMPLEMENTAR DO
PROCESSO TJSE Nº 201654101421

Excelência, venho através deste informar que o percentual de perda
é de 100, conforme descrito na tabala anexa da Lei 6.194/74.

Aracaju, 30/04/2020

Dr. Gilberth Tadeu dos S. Aciole
Cirurgia e Traumatologia Buco Maxilo Facial
CE-SE 1547

PERITO DO JUÍZO DR.GILBERTH TADEU DOS SANTOS ACIOLE



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

03/05/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Tendo em vista a manifestação do perito faço estes autos conclusos.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

03/05/2020

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Tendo em vista a manifestação da requerente/exequente faço estes autos conclusos.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

30/05/2020

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Intimem-se as partes para se manifestarem, no prazo de 05 dias, acerca do laudo pericial complementar apresentado no dia 27/04/2020. Findo o prazo, com ou sem manifestação, à conclusão.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário do Estado de Sergipe
2ª Vara Cível de Lagarto

Nº Processo 201654101421 - Número Único: 0006986-18.2016.8.25.0040

Autor: Rosangela Santana de Jesus

Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Intimem-se as partes para se manifestarem, no prazo de 05 dias, acerca do laudo pericial complementar apresentado no dia 27/04/2020.

Findo o prazo, com ou sem manifestação, à conclusão.



Documento assinado eletronicamente por **EDINALDO CÉSAR SANTOS JÚNIOR**, Juiz(a) de 2ª Vara Cível de Lagarto, em 30/05/2020, às 14:48:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000999129-29**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201654101421

DATA:

09/06/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE LAGARTO/SE

Processo: 201654101421

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ROSANGELA SANTANA DE JESUS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à INVALIDEZ PERMANENTE.

Em que pese o caráter social do Seguro Obrigatório DPVAT, o beneficiário legal da indenização tem que, necessariamente, preencher os requisitos legais para recebimento do referido seguro.

Após a nomeação de perito as partes apresentaram quesitos para que fosse verificado qual o grau de comprometimento da Invalidez apurada, tendo sido produzido o laudo apresentado, bem como trazido aos autos laudo complementar, que concluiu pela existência de invalidez com repercussão de 75% após lesão na mandíbula.

Nota-se que, a Ré suscitou a existência de divergências sobre a dinâmica do fato, de modo que os documentos não corroboram entre si.

Além disso, conforme já sustentado não houve a necessária prova do fato em si, que é a prova do acidente, visto a ausência do registro de ocorrência.

Assim, documentos que não retratam a verdade dos fatos, não podem ser admitidos como prova para condenação da seguradora.

Neste sentido, requer a total improcedência dos pedidos da inicial.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

LAGARTO, 9 de junho de 2020.

KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ
2592 - OAB/SE